

Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos

1. Introdução

A atenção pela historiografia linguística portuguesa cresceu muito na última década, como testemunham o incremento de novos filões de investigação e as consequentes reedições de textos linguísticos antigos, como, *v.g.*, a *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (1996), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, o *Parvum Lexicon* (1998), de António Pereira de Figueiredo, a *Gramática da Linguagem Portuguesa* (2000), de Fernão de Oliveira, o *Methodo Grammatical para Todas as Linguas* (2002), de Amaro de Roboredo, e a *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (2005), de Jerónimo Soares Barbosa, entre outros. Essa valorização está, inclusivamente, plasmada nos objectivos do Centro de Estudos em Letras, com sede na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, especificamente numa das suas linhas de investigação, votada ao estudo, análise e reedição de textos linguísticos e gramaticais portugueses antigos.

Esse crescente interesse pela historiografia linguística não é exclusivo de Portugal, como demonstra a vitalidade da Sociedad Española de Historiografía Lingüística e dos seus congressos trienais, bem como a *International Conference on Missionary-Colonial Linguistics*

(1492-1850), organizada pelo Centro de Investigação sobre Textos Missionários (OSPROMIL), cujas reuniões científicas se têm realizado nas universidades de Oslo, Noruega (2003), S. Paulo, Brasil (2004), Hong Kong, China (2005), Valladolid, Espanha (2006), e Cidade do México, México (2007).

Contudo, o século XVII português e, em especial, o seu «maior gramático da língua portuguesa» (Assunção 1997:205), Amaro de Roboredo, ainda não mereceram, na nossa opinião, suficiente divulgação e análise.

2. Esboço biobibliográfico

Amaro de Roboredo nasceu nos finais do século XVI, provavelmente entre 1580 e 1585¹, na freguesia (antiga vila) de Algosos², que, actualmente, pertence ao concelho de Vimioso, distrito de Bragança,

¹ Não sabemos a data exacta de nascimento de Roboredo, porque os livros de baptismo desta época de Algosos estão desaparecidos, mas acreditamos que este tenha ocorrido depois de 1580 — talvez entre 1580 e 1585 —, por quatro razões fundamentais: 1.º) Em 1610, quando deixou Miranda do Douro para secretariar o arcebispo de Évora D. Diogo de Sousa, Roboredo já era sacerdote; 2.º) Nessa data, portanto, devia ter mais de 25 anos, porque, se fosse mais novo, não teria a confiança do prelado eborense e, se fosse bastante mais velho, talvez não tivesse saído da sua terra natal para apenas secretariar o arcebispo, pois podia desempenhar essas mesmas tarefas em Miranda do Douro; 3.º) Quando publicou o *Methodo Grammatical*, em 1619, Roboredo já tinha uma acentuada maturidade científica e pedagógica e, portanto, nessa data, não devia ter menos de 35 a 40 anos; e 4.º) não é crível que o seu último livro, publicado em 1653 — na nossa hipótese, já septuagenário —, fosse publicado por outrem, pois não tem qualquer referência a outro nome nem a uma edição póstuma.

² Actualmente só existe esta freguesia com este nome, mas no século XVI e XVII também existia uma freguesia com o mesmo nome no concelho de Barcelos (Algosos da Pousa), distrito de Braga, que correspondia à actual freguesia de Pousa. No entanto, não nos parece possível Roboredo ser natural de lá, pois: 1.º) não consta do livro de baptismos dessa freguesia, que se encontra no Arquivo Distrital de Braga; 2.º) a freguesia do concelho de Barcelos era apenas uma aldeia e não vila como a do concelho de Vimioso; e 3.º) Roboredo não é um apelido usual na região, de maneira que hoje não há nenhum Roboredo ou Roboredo nessa freguesia.

Alguns autores, porém, colocam o seu nascimento em Viseu, mas trata-se de uma confusão com o facto de ele ter sido beneficiado da respectiva Sé e de o Padre Bento da Vitória (Vitorino José da Costa), ao (re-)editar as *Regras da Orthografia da Linguagem*

e à então recente³ diocese de Miranda-Bragança, cuja sede se situava em Miranda do Douro, a poucos quilómetros de Algosó.

Para o Abade de Baçal, P.^e Francisco Alves, Amaro era «irmão de António de Roboredo, licenciado, prior de Algosó pelos anos de 1603» (Alves 1931: 448; *vd tb* Alves e Amado 1968: 369). No entanto, não nos foi possível confirmar esta afirmação, por falta de documentos da época e por José de Castro o não apresentar como tal (Castro 1951: 388)⁴. Há também a possibilidade de Amaro de Roboredo ter sido tio de Afonso de Roboredo, que foi nomeado meio prebendeiro do cabido de Viseu em 1679, e, deste modo, seria filho de «Afonso Rodrigues e Catarina Rodrigues, naturais de Algosó», e irmão de Maria Rodrigues (mãe de Afonso de Roboredo), que casou com Francisco Gonçalves Torráo, filho de «Francisco Gonçalves e Inês Pires, naturais de Viseu» (Ms. da Cx. 1, n.º 7 do ADV)⁵.

Portuguesa, o ter dado, nas páginas 1 e 2 do Prólogo, como «natural de Viseu». No entanto, não parecem restar quaisquer dúvidas de Roboredo ter nascido em terras transmontanas, pois é o próprio quem o afirma na *Verdadeira Grammatica Latina* (1615) e no *Methodo Grammatical* (1619).

A antiga vila de Algosó, também denominada Ulgoso e Ylgoso, «é uma das povoações mais notáveis do distrito de Bragança, pela sua antiguidade, pela autonomia administrativa de que gozou, muitos anos, pelos seus monumentos históricos e, principalmente, pela comenda da Ordem de Malta que, durante séculos, ali teve a sua sede, e que muito a nobilitou, ligando a ela o nome de representantes da mais alta fidalguia de Portugal» (Alves e Amado 1968: 437). Foi vila e sede de concelho, tendo recebido o foral por D. Afonso V, em 1480, e D. Manuel I, em 1 de Junho de 1510. A 1 de Janeiro de 1592, o rei concedeu à Câmara Municipal de Algosó carta de privilégios (*Ibidem*: 16). Contudo, o concelho de Algosó foi provavelmente extinto pelo decreto de 6 de Novembro de 1836, passando a integrar o de Vimioso (*Ibidem*: 441-442).

³ Este bispado foi criado em 22 de Maio de 1545, pela Bula *Pro Excellentí Apostolicæ Sedis* do Papa Paulo III.

⁴ Sobre este hipotético irmão, contudo, nada mais conseguimos saber, a não ser que havia um padre chamado António de Roboredo (ou *Rebolledo*, em Castelhanos), natural de Algosó (da diocese de Miranda), que «estudió Gramática, Cánones y Leyes» (Dios 1992: 105) na Universidade de Salamanca, nos anos lectivos de 1582 a 1587. No entanto, houve outro (?) António de Roboredo (*Rebolledo*), de Miranda do Douro, que também estudou Cânones, em 1616, naquela universidade (*Ibidem*). Estas informações não são suficientes para saber qual deles é o irmão de Amaro, se algum deles o é, ou se ambos são a mesma pessoa.

⁵ Trata-se de uma mera dedução hipotética, assente: 1.º) no apelido do «sobrinho», Roboredo; 2.º) na naturalidade dos avós maternos, de Algosó; e 3.º) no facto de Amaro de Roboredo ter sido beneficiado nessa diocese.

Não nos foi possível saber onde Amaro de Roboredo efectuou os seus primeiros estudos, mas, sendo natural de Algosó, há apenas três hipóteses a considerar: ou no Colégio do Santíssimo Nome de Jesus (fundado em 1562), em Bragança; ou no Colégio ou Seminário de S. Pedro (fundado no mesmo ano), em Bragança; ou ainda no Seminário de S. José de Miranda, na sede diocesana (Varizo 1993: 3-29; Baptista 1995: 95-123; Castro 1946; Almeida 1986; Alves 1982). Contudo, é (quase) certo que estudou com os jesuítas e foi influenciado pelos seus métodos de ensino, positiva e negativamente.

Existe uma grande probabilidade de Roboredo ter estudado *Artes* (gramática latina) na Universidade de Salamanca⁶, possivelmente entre 1610 e 1615, isto é, depois da morte do Arcebispo D. Diogo de Sousa (1610) e antes da publicação da *Verdadeira Grammatica Latina* e das *Regras da Orthographia Portuguesa* (1615). A corroborar esta hipótese está o facto de ele ter conhecido a *Janua Linguarum* dos jesuítas irlandeses de Salamanca, que saiu dos prelos em 1611 e foi re-editada por Roboredo, em Portugal, doze anos depois (1623), e de ele ter sido incentivado a publicar um novo método de ensino-aprendizagem do Latim por Gaspar Alvarez Vega (ou da Veiga)⁷, que, sendo natural de Freixo-de-Espada-à-Cinta, estudara na Universidade de Salamanca *Artes, Teologia e Cânones*, entre 1592 e 1608, e, em 1618, era regente de gramática de 2.^a classe na mesma universidade.

Quanto à vida profissional e eclesiástica, sabemos apenas que, em 1610, foi secretário do arcebispo de Évora D. Diogo de Sousa⁸.

⁶ Na dissertação doutoral de Ángel Marcos de Dios, contudo, embora se analise a proveniência de cerca de 10.000 portugueses a estudar em Salamanca neste período, não foi possível encontrar nenhum Amaro (em latim, *Mauro*) de Roboredo (ou, em Castelhanó, *Rebolledo*), mas o seu autor refere que, entre 1580 e 1640, estudaram em Salamanca doze (12) alunos naturais de Algosó, da diocese de Miranda do Douro (Dios 1986: 238).

⁷ Cf. o Prólogo do *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (1619), que se intitula «Carta do autor Amaro de Roboredo ao D. Gaspar Alvarez Vega lente de Latim na Universidade de Salamanca».

⁸ D. Diogo de Sousa foi eleito 7.º bispo de Miranda-Bragança (1597-1610), no consistório secreto do Vaticano, realizado no palácio do Quirinal, em 4 de Julho de 1597, pelo papa Clemente VIII. Em 27 de Novembro de 1608 foi eleito arcebispo de Évora, cargo de que tomou posse a 27 de Maio de 1610, vindo a falecer a 31 de Dezembro desse mesmo ano.

Em 1625⁹, Roboredo era o preceptor (mestre) de D. Duarte e de D. Francisco de Castelo Branco Coutinho, filhos de D. Francisco de Castelo Branco e netos de D. Duarte de Castelo Branco, conde de Sabugal, meirinho-mor do Reino e vedor da Fazenda. Nesta época, também era o professor particular dos filhos de D. Baltasar de Teive, um fidalgo espanhol a residir em Portugal, (talvez) natural de Salamanca. Dois anos mais tarde, em 1627, Amaro de Roboredo era beneficiado da Igreja de Nossa Senhora da Salvação¹⁰, em Arruda dos Vinhos, pertencente à Vigararia de Alenquer, da diocese de Lisboa¹¹.

Amaro de Roboredo deve ter falecido depois de 1653, em Viseu, com mais de 70 anos, pois o seu último livro foi publicado nesse ano e não faz qualquer referência a uma edição póstuma nem apresenta quaisquer outros nomes responsáveis pela edição.

As obras de Roboredo merecem um especial interesse para a romanística, em geral, e para os estudos linguísticos portugueses, em particular. Com efeito, o gramático publicou, com certa regularidade, durante uma dezena de anos (entre 1615 e 1625), várias obras de carácter linguístico-didáctico. O mais curioso e, talvez, significativo,

⁹ Entre a morte do arcebispo, em 1610, e o seu Benefício na Sé de Viseu, em 1625, há um hiato temporal de 15 anos. Nesse período, colocámos duas hipóteses para a estada de Roboredo: 1.^a) pode ter estado a morar em Viseu e ter ficado por lá; ou 2.^a) pode ter ido, nesta época, estudar para Salamanca, pois a *Verdadeira Grammatica Latina* foi publicada em Lisboa, em 1615, e a edição original da *Ianua Linguarum* saiu dos prelos salmantinos em 1611, altura em que ele a deve ter conhecido.

¹⁰ Cf. rosto da obra Roboredo, Amaro de (1627): *Socorro das Almas do Purgatorio, para se saberem tirar com indulgencias as almas nomeadas, e applicar-lhes bem a satisfação de obras penaes, e pias. Ajuntase hum modo facil, e artificioso de rezar bem o Rosairo, e Coroas da Virgem Nossa Senhora*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

¹¹ Segundo o pároco de Nossa Senhora da Salvação, em Arruda, não há qualquer documento da época nessa paróquia nem há qualquer dado sobre Roboredo em monografias locais. No entanto, e de acordo com o mesmo pároco, no século XVII, o reitor e, mais tarde, o prior de Arruda era apresentado pelos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, a partir da Igreja da Graça, em Lisboa, os mais pertenciam ao Mosteiro de S. Vicente de Fora. No entanto, ele apenas era beneficiado lá e Arruda tinha, nesta altura, seis (6) beneficiados, para além do prior. Daí não podermos concluir se Roboredo pertencia à ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Tudo parece indicar que Amaro de Roboredo seria um padre secular.

no entanto, é o facto de essas obras só terem primeiras edições, ao contrário das suas publicações de cariz religioso.

As primeiras obras de teor linguístico de Amaro de Roboredo datam de 1615: uma é dedicada à ortografia portuguesa e outra ao ensino da língua latina, a saber, *Regras da Orthographia Portugueza* (Lisboa: António Álvares) e *Verdadeira Grammatica Latina para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua Portuguesa com exemplos na Latina* (Lisboa: Pedro Craesbeeck), respectivamente.

As *Regras*, ainda hoje desaparecidas, eram, para o P.^e Francisco Alves (Abade de Baçal), constituídas apenas por uma «uma folha raríssima» (Alves 1931: 449), que o P.^e Vitorino José da Costa, sob o pseudónimo Bento da Vitória, (re-)edita, mais de um século depois, possivelmente em 1738. No entanto, apesar de pretender fazer uma 2.^a edição da «ortografia» roborediana, Vitorino José da Costa acrescenta que a adaptou «de algum modo ao estylo, que introduzirão os modernos, sem offensa do respeito devido á sua antiguidade» (Vitória 1738: A IV r.), isto é, pô-las em forma de diálogo entre o Mestre e o Discípulo, mas também admite que alterou o conteúdo das mesmas:

na sua abreviação não so se incluem as que escreveo o Doutissimo Bispo D. Antonio Pinheiro, Fr. João Soares (...); mas tambem as do insigne João de Barros, Alvaro Ferreira de Vera, João Franco Barreto, Duarte Nunes de Leão, e outros que lemos, e veneramos (*Ibidem*).

Ora, por causa de ter «fortes dúvidas acerca da originalidade do texto» (Kemmler 1996: 39), é que, por exemplo, Rolf Kemmler se limitou a uma breve notícia bibliográfica, «prescindindo de um estudo mais aprofundado das *Regras*» (*Ibidem*: 40) no seu *Magisterarbeit*.

Também nós, por razões conteudísticas, resultantes da comparação entre o estilo utilizado por Roboredo ao longo de toda a sua obra, e as teses nela defendidas, entendemos que as *Regras da Orthografia da Linguagem Portugueza* setecentistas não nos merecem (total) confiança quanto à sua autoria, isto é, quanto a se, de facto, foram, ou não, teorizadas por Roboredo ou se são uma mescla das perspectivas de vários ortógrafos, quer anteriores quer posteriores. Há uma clara contradição entre algumas regras da edição da *Orthografia* de 1738 e das *Raizes da Lingua Latina*. Por exemplo, o princípio A5 diz

que os nomes Gregos, que se escrevem com ph, podeis em seu lugar escrever f, apropriando-os á Linguagem Portuguesa: v.g. Filosofia, por Philosophia, &c. (Roboredo 1738: 12),

mas é o seu oposto que encontramos nas *Raizes* quando o seu autor diz que

a palavra que se achar escritta com algũa destas letras, Y, Ch, Ph, Rh, Th, e com estas finaes An, In, On, he grega, e guardará sua original ortografia; como Lacryma, Machina, Euphonia, Rhetorica, Theologia, Aenean, Delphin, Christallon &c. (*Idem* 1621: 31).

Por isso, não consideramos a edição de 1738 da autoria de Amaro de Roboredo, mas de Bento da Vitória (Vitorino José da Costa).

A Verdadeira Grammatica Latina, para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua Portuguesa com exemplos na Latina esteve até há pouco tempo desaparecida e só recentemente foi descoberto um exemplar seu na Biblioteca da Universidad de Barcelona (Signatura 0700 C-213/8/19). Esta obra, de tamanho *in* 8º, é constituída por um prólogo (2 folhas), a «grãmatica latina» (56 folhas) e um suplemento com 8 «Obieições contra esta grammatica, & resposta a ellas» (11 folhas).

Trata-se de uma gramática latina escrita em Português (a segunda no território nacional, depois da de Pedro Sanches), abreviada:

fugindo pois extremos quanto pude, elegi do muito, o necessario, e de muitos o melhor, mais breve & facil a quem imito (Roboredo 1615: «Prologo», ¶ 3 r.).

A maior influência é Francisco Sánchez, o Brocense, como diz Roboredo também no prólogo:

Este hê o Doutor Francisco Sanchez, a quem tambem seguirão os reformadores de Nebrissense no anno de noventa, & oito, se elle não foi o principal (*Ibidem*).

A Verdadeira Grammatica Latina está organizada em dez capítulos ou «divisões», estruturadas em dois níveis ou fases de aprendizagem: nível inicial (até à «divisão», V) e de consolidação (da «divisão VI» à «divisão» X). Sobre a segunda «divisão», ou parte, Roboredo tem

uma perspectiva didáctica bastante original, pois pressupõe a aprendizagem da língua latina em espiral ou «circulo»:

Das dez divisões, em que este methodo vai repartido, vão as ultimas cinco, como em circulo, porque por qualquer divisaõ, ou artigo se pode começar, e fazer delle primeiro (Roboredo 1615: 3v.-4r.).

O que se segue nesta Arte vai como em circulo, porque de qualquer divisaõ, ou artigo podem fazer principio sem o impedir supposição, ou dependencia (*Ibidem*: 31v.).

Trata-se de um método completamente inovador para a época, dominada pedagogicamente pelos jesuítas e, em particular, no referente ao ensino do Latim, por Manuel Álvares:

O methodo he o mais facil, que me occoreo, ainda que largo por tocar com clareza cousas novas, & satisfazer a velhas, sem o que não seria a novidade bem acceita (*Ibidem*: «Prologo», ¶ 3r.)

Esta primeira experiência editorial de Roboredo deve ter sido bastante criticada pelos seus coevos, pois é o próprio quem diz, no Prólogo do *Methodo Grammatical*, o seguinte:

participou este Methodo o aborrecimento do outro tambem apressado dirigido sô aa Latina, em que não fiz mais que provar a pena, & juntamente as mordeduras. Porque lhe chamarom confuso, deminuto, instavel; nem querião que se intitulasse verdadeiro, ainda que de sua verdade constasse. Arguião per hum dos argumentos de sua Logica, que he Enthimema de antecedente calado, assi: Eu não entendo este Methodo; logo elle não presta. O Antecedente por lhe tocar calarão: o Consequente por perjudicar, publicavão (*Idem* 1619: «Prologo», a 2r.).

Rogelio Romeo especifica que as reacções negativas ao método da *Verdadeira Grammatica Latina* tiveram a sua origem nos jesuítas:

Que la reacción de los docentes jesuitas más conservadores, ante tales Artes – y sobre todo ante la *Verdadeira grammatica latina* – no iba a ser precisamente pacífica lo muestra a las claras el hecho de que el mismo Roborado optase por justificar la fundamentación teórica y metodológica de su gramática, con el fin de refutar las críticas más previsibles, en opúsculo publicado al final de aquélla, intitulado *Obieções contra esta Grammatica, & resposta a estas* (Romeo 2006: 63).

Em 1619, Roboredo publica a sua mais importante obra linguística, o *Methodo Grammatical para Todas as Línguas* (Lisboa: Pedro Craesbeek). O *Methodo* está dividido em três partes ou livros: a primeira, que vai da página 1 à 78, terminando com o suplemento *Recopilaçam*, é a «Arte» ou a *Grammatica exemplificada na Portuguesa, & Latina*; a segunda, *Copia de Palavras exemplificada nas latinas, artificio experimentado para entender Latim em poucos meses*, que vai da página 79 à 181, corresponde às 1.141 sentenças/frases da *Ianua Linguarum* dos jesuítas irlandeses de Salamanca, com a colocação por Roboredo de números e notas interlineais e as declinações e géneros dos nomes e as conjugações dos verbos; a terceira parte, *Phrase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica*, que vai da página 182 à 241, é a segunda parte da *Copia*, onde, mais detalhadamente, Roboredo analisa a sintaxe e a retórica e apresenta outros exemplos de frases latinas e portuguesas, extraídas de autores clássicos ou criadas por ele. Amaro de Roboredo publica, ainda, no interior do *Methodo Grammatical*, o já mencionado suplemento de três páginas, entre as 78 e 79, denominado *Recopilaçam da grãmatica portugueza, e latina, pela qual com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as línguas*.

Roboredo fez sair dos prelos ainda o dicionário *Raizes da Lingua Latina mostradas em hum trattato e diccionario, isto he, hum compendio do Calepino com a composição, e derivação das palavras, com a ortografia, quantidade e frase dellas*, com a data de 1621, mas possivelmente só publicado em 1623 em conjunto (suplemento?) com a *Porta de Linguas*, pois não tem as licenças de publicação e encontra-se, em algumas bibliotecas, encadernado com aquela. Também o título da *Porta de Linguas* o regista como sendo sua parte integrante: *Com as raizes da Latina mostradas em hum compendio do Calepino, ou por melhor do Tesouro*. Parece, assim, que as *Raizes* são a segunda parte da *Porta de Linguas*.

Trata-se de um dicionário trilingue, com as entradas em Latim e as respectivas traduções em Português e, quando a forma é diferente, em Castelhana, ou, como diz o gramático-lexicógrafo seiscentista,

a interpretação he dobrada, Portuguesa, e Castelhana; e faltando a Castelhana, sabe que a mesma palavra sem nenhuma diferença, he Portuguesa, e Castelhana, ao menos quanto aas letras, e significação, posto que a pronunciação seja diversa (*Idem* 1621: «Advertencia», 1-2).

Trata-se do terceiro dicionário Latim-Português publicado em Portugal, depois de várias edições do *Dictionarium Latino-Lusitanicum et vice versa Lusitanico-Latinum*, do lamacense Jerónimo Cardoso, e do *Dictionarium Lusitanicolatinum*, do vimaranense Agostinho Barbosa, e o primeiro a integrar o Português e o Castelhana.

Grande parte das palavras latinas das *Raizes* corresponde às da *Porta de Linguas*, trazendo a referência numérica da respectiva sentença, como, por exemplo, a palavra «Methodus. f. 868, Metodo (*sic*), via, ou modo de ensinar breve» (*Ibidem*: 228), que, de facto, se encontra na sentença 868 da nona centúria: «Ethicae, & arithmeticae notitia, cum methodo, & norma tradenda est» (*Idem* 1623:221); ou, v.g., «Ascribo, is, ptum ac. & d. ad, in. 1042. Assentar em rol, matricular, atribuir, ajuntar, assinar. Hisp. Alistar, escrever persona. &c.» (*Idem* 1621: 59), que está na sentença 1.042 da *Porta de Linguas*, que não existe na edição *princeps* salmantina – a edição salmantina não tem quaisquer sentenças entre a 1.041 e a 1.100 –: «Litaniae tuae complures indigetes ascribito» (*Idem* 1623: 259).

Segundo o autor português, a *Porta de Linguas* tinha 5.202 palavras diferentes, que ele nas *Raizes* analisou, às quais acrescentou 17.214 palavras derivadas, perfazendo um total de 22.416:

Para compor esta primeira parte do vocabulario, que aqui offereço, trouxe a juizo cada palavra do calepino, e as ponderei, e contei. Porque nas sentenças se conteem 5202. das quaes se colligem outras 17214. E todas fazem somma de 22416 (*Ibidem*: «Ao Juiz», ¶¶ 47-48).

Contudo, das palavras que não faziam parte das sentenças da *Porta de Linguas*

acrescentei mais significados para os Portugueses, que para os Castelhanos; porque estes as tomarão facilmente daquelles, pera os quaes principalmente se ordena a obra (*Idem* 1621: «Advertencia», 2).

Roboredo, nas palavras com mais do que um significado, optou por um critério, a nosso ver, actual:

Cada palavra tem hũa significação propria que vai no primeiro lugar, e logo se seguem as mais significações, a que se estende per semelhança (*Ibidem*: «Advertencia», 1).

Por isso, Telmo Verdelho refere que as *Raizes* têm uma informação sinonímica mais ampla e um maior número de equivalências, sobretudo em Português, que os outros Calepinos e, por esse facto, têm um interesse particular para o reconhecimento do léxico português e para o estudo da diacronia lexical (cf. Verdelho 2000: 141-146).

O lexicógrafo seiscentista também não descurou as palavras derivadas e apresentou, assim, as mais recorrentes. Não lhes deu uma entrada própria, «porque seria enfastiada, e superflua a interpretação de muitas vozes, que facilissimamente se collige» (Roboredo 1621: «Advertencia», 1), mas colocou-as a seguir às primitivas, estabelecendo assim nexos semânticos. O lexicógrafo ainda descreveu expressões idiomáticas latinas, procurando o significado exacto de cada uma delas, especialmente no referente aos verbos com acusativo ou com infinitivo.

Em 1623, o gramático português nordestino seiscentista publicou a tradução portuguesa da *Ianua Linguarum* dos jesuítas irlandeses, que intitulou de *Porta de linguas ou modo muito accommodado para as entender publicado primeiro com a tradução Espanhola. Agora accrescentada a Portuguesa com numeros interliniaes, pelos quaes possa entendersem mestre estas linguas o que as não sabe, com as raizes da Latina mostradas em hum compendio do Calepino, ou por melhor do Tesouro, para os que a querem aprender, e ensinar brevemente; e para os estrangeiros que desejão a Portuguesa, e Espanhola* (Lisboa: Pedro Craesbeek). O compêndio apresenta, na totalidade, 1.262 sentenças latinas com as respectivas traduções portuguesa e castelhana, isto é, 1.200 das doze centúrias (Roboredo preencheu as 59 sentenças deixadas em branco pelos jesuítas salmantinos da décima primeira centúria), acrescidas

de 62 finais num «Appenso de palavras duvidosas» – da *Janua Linguarum sive Modus maxime accomodatus, quo patefit aditus ad omnes linguas intelligendas. Industria Patrum Hibernorum Societatis Iesu, qui in Collegio eiusdem nationis Salmanticae degunt, in lucem edita: & nunc ad linguam latinam perdiscendam accommodata. In qua totius linguae vocabula, quae fraequentiora, & fundamentalia sunt continentur: cum indice vocabulorum, & translatione Hispanica eiusdem tractatus*, publicada originariamente em 1611, em Salamanca, e cuja autoria tem sido atribuída a William Bathe (1564-1614).

A *Porta de Linguas* de Roboredo, segundo Mantuna, «from a pedagogical point of view it was the most interesting of all editions» (Mantuna 1986: 84). Respeita a ordenação original, mas contribui com números interlineais, a enunciação dos substantivos e adjetivos e a conjugação dos verbos, para, mais facilmente, os alunos as entenderem melhor.

Em 1625, Amaro de Roboredo publicou a *Grammatica Latina de Amaro de Roboredo. Mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras* (Lisboa: Antonio Alvarez). Roboredo refere na «dedicatoria» que «esta he a Grammatica, ã no prologo da geeral¹² toquei, e V. M. desejou pera os aprêdizes» (Roboredo 1625: «Dedicatoria», 1).

Segundo Roboredo, a *Grammatica Latina* é uma gramática escolar para as crianças, e não para os mestres, para os quais ainda não tinha escrito, embora tivesse a intenção de o fazer:

Quem desejar provas das figuras Ellipses desfeitas as achará em Linacro, Francisco Sanchez, e na arte de Nebrissense reformada. A prova de quanto aqui se diz pertence a outra parte: não he para arte do minino (*Ibidem*: «Prologo», § 4 v.);

Achei varios usos de Autores Latinos, e varias opiniões de Grammaticos: e desses usos escolhi os que aqui escrevi, reservando algũas cousas de toda

¹² Parece-nos muito significativo o facto de Roboredo se referir ao *Methodo Grammatical para todas as Linguas* como «grammatica geeral», tendo em consideração que Claude Lancelot e Antoine Arnauld publicaram, 41 anos depois, a *Grammaire Générale et Raisonnée*.

a arte para se declararem com mais palavras per notas no metodo (*sic*) de ensinar Grammatica, que servirá de arte para o Mestre, se Deus quiser que a escreva (*Ibidem*: § 4r.).

Trata-se, ao contrário do *Methodo Grammatical*, de uma obra dedicada apenas à análise da língua latina segundo uma metodologia completamente inovadora para a época – mesmo hoje, apesar de os metodólogos do Latim a defenderem, não é ainda muito usual serem publicadas gramáticas com este formato: as regras gramaticais só são consideradas depois de uma demonstração inequívoca das mesmas através de várias frases, isto é, Roboredo usa completamente o método indutivo, como se, de facto, de uma sequência de aulas se tratasse.

3. Roboredo e a Didáctica das Línguas

A época em que Roboredo viveu foi muito conturbada, em termos políticos, religiosos, científicos e didácticos, com Portugal politicamente dominado pelos Filipes (1580-1640) e com a emergência da Reforma (protestante) e da Contra-Reforma da Igreja católica. Por outro lado, Roboredo também viveu sob a égide da gramática latina do jesuíta madeirense Manuel Álvares (1526-1583), *De Institutione Grammatica Libri Três* (Lisboa 1572), que, depois da publicação da *Ratio Studiorum* de 1599, fora a gramática adoptada em todos os colégios da Companhia, tendo-se caracterizado, em termos científicos e didácticos, a nível europeu e não tanto no espaço português, por uma ruptura epistemológica, que se traduziu na negação do método dedutivo aristotélico e, consequentemente, tomístico-escolástico, e na afirmação, por parte de alguns cientistas e «epistemólogos», como Copérnico (1473-1543), Kepler (1571-1630), Galileu (1564-1642), João Luís Vives (1492-1540), Francisco Sanches (1550-1623), Francis Bacon (1561-1626) e João Amós Coménio (1592-1670), do método indutivo e experimental.

Contudo, o século XVII, em Portugal, não se apresenta mais evoluído que o anterior, nas ideias gramaticais. A prosa portuguesa ganha plasticidade nas mãos de um Frei Luís de Sousa, de um Bernardes e de um Vieira, graças ao trabalho de polimento dos

poetas quinhentistas. Mas os gramáticos continuam formalistas, presos à rotina velha, agora embrulhados na teoria das elipses, de que Sánchez (1523-1600) fora o campeão. Escrevera a *Minerva, seu de causis linguae latinae et elegantia* (1562) e, 25 anos depois, publicou a edição final com o título *Minerva, seu de causis linguae latinae* (1587), que serviu de base aos trabalhos posteriores, até mesmo a aspectos da gramática de Port-Royal, *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660), de Lancelot e Arnaud, e ao livro de Lhomond. Reisig chamou a Sánchez o «cavalheiro da elipse». Também Álvares, Ramus e Escalígero influenciaram a gramática francesa de Lancelot e Arnaud. Saiu dos prelos de Port-Royal, hostis aos jesuítas como aos oratorianos, em Portugal, na época pombalina. Faziam todos parte da conjura europeia contra a Companhia de Jesus e propunham-se, mormente em Portugal, reformar o ensino que, até ali, estivera nas mãos dos jesuítas. Por esta altura, um dos traços mais constantes em todas as gramáticas aparecidas desde havia cerca de um século era a procura da simplicidade, traço postulado pelo método ramusiano, que visava hierarquizar as análises ao apoiá-las sobre alguns princípios elementares.

Amaro de Roboredo foi, em primeiro lugar, um «mestre» de Latim, leccionando em casas particulares e não (que se saiba) em turmas colectivas, quer do ensino «básico» ou «secundário» quer do «superior», como hoje os entendemos. Defendeu que os alunos só deveriam começar a estudar as línguas estrangeiras, incluindo o Latim, depois de adquiridas as noções básicas essenciais de língua materna. Foi um acérrimo defensor de a língua utilizada nas aulas, especialmente de Latim, ser a materna (portuguesa), para, mais rápida, fácil e solidamente, os alunos assimilarem os conteúdos, afinal objectivos operacionais ainda – e cada vez mais – com actualidade, que defende, em oposição a Erasmo (1469-1536) e a Vives (1492-1540), por exemplo, e na senda do Brocense (1523-1600).

Até Roboredo, as gramáticas latinas publicadas em Portugal ou usadas nas escolas portuguesas eram escritas em Latim e os seus autores – na maioria das vezes apenas compiladores – defendiam que essa devia ser a língua oficial do ensino, mesmo no começo da aprendizagem da antiga língua do Lácio. Houve, inclusivamente, muitos mestres de Latim que tiveram enorme sucesso com essa metodologia, como,

por exemplo, o flamengo Nicolau Clenardo, quando leccionou em Braga. Exceptua-se a *Arte de Grammatica, pera em breve se saber Latim* de Pedro Sánchez, que foi a primeira a ser publicada em língua portuguesa, em 1610. Todavia, não deve ter sido conhecida pelos seus contemporâneos, pois não só não lhe são conhecidas quaisquer referências, como Roboredo refere, primeiro no *Methodo Grammatical*, que

pode ser que seja eu o primeiro, que rompa o mato da minha Materna, como melhor soffrerem suas muitas irregularidades; exposto aos encontros de muitos que quererão defender suas Orthographias, cujas raizes ignoradas serão patentes na Grammatica: *Et nos manum ferulae subduximus* (*Idem* 1619: b. 1 v.)

e, mais tarde, na *Grammatica Latina Mais Breve*, que

todas as artes estão feitas para o Mestre descer em seus discursos, e não vemos aquella per onde o discipulo melhor possa naturalmente subir; se não he esta. A qual por ser a primeira que sae neste estylo se for dos Mestres desfavorecida, não me espantarei, porque não serve para elles (*Idem* 1625: «Prologo», § 2 r.-§ 2 v.).

Com efeito, desde o início das suas publicações, em 1615, Roboredo parece defender que o início da aprendizagem dos estudos linguísticos deve ser feito na língua materna dos estudantes. Para isso, baseia-se na perspectiva de Aristóteles quando, segundo o próprio, afirmara *Absurdum est simul quaerere scientiam, & modum sciendi* (*Met.* 1.5), porque

os que screverom Grammatica na lingua Latina, quãdo ella era vulgar, acertarom; porque sô restava ao minino entender o conceito das regras, retelas, & applicalas. Os ã os seguirom despois que ella não foi vulgar, forom ovelhas que receando perigo ao passar de hũa porta se deteem; mas se hũa, ou duas passaõ, todas as seguem sem examinar o incommodo da detença. Assi os sequazes dos Latinos, detidos muitos annos nesta primeira porta das sciencias, se arremessarom apos as frases dos primeiros; & por assoalharem as quatro, que alcançarom, não examinarom, o incommodo de quem havia de entrar per ella. Finalmente screverom debalde: porque os que não sabem Latim, não entendem suas artes; & os que as entendem, bẽ as escusaõ; porq̃ entendem qualquer livro Latino, de que colhem a lingua, & não dessas artes nem o entendimento as quer ver, quando com artes, & materias superiores se pode melhorar (*Idem* 1619: «Prologo», a 3 r.).

O recurso ao método indutivo ou à aprendizagem por descoberta, na designação ausubeliana, é a maior inovação desenvolvida por Roboredo nos seus tratados linguísticos, chegando inclusivamente a ser mais vanguardista que muitos metodólogos actuais. Amaro de Roboredo, especialmente na *Grammatica Latina* de 1625, vai opor duas noções essenciais no campo da didáctica: os verbos «aprender» e «ensinar». Depois de defender a utilização da língua materna no processo de ensino-aprendizagem do Latim, diz, também, Roboredo que

esta he a causa, porque hum discipulo anda tanto tempo na arte cego, e perdido; porq̃ lhe metem na mão não a sua arte para aprender, mas a do Mestre para ensinar, que excede sua capacidade, havendoselhe de dar a sua arte mui proporcionada a sua rudeza (*Idem* 1625: «Prologo», § 2r.).

Com efeito, para Roboredo, bem como para os metodólogos actuais, o método mais eficaz e que melhor proveito traz aos alunos na aprendizagem da língua latina é o indutivo, o que parte dos casos/exemplos concretos para as regras gerais ou, como prefere, «cousas universaes», seguindo o exemplo das metodologias das disciplinas ditas exactas, ou, segundo Roboredo, mecânicas:

Alem das razões que me moverom a escrever em Português as regras com seus exemplos em Latim (...), se me offereceo outra razão mais nova pela qual me parecem as regras das artes postas aas avessas antes dos exemplos. Porque sempre o exemplo devia preceder; e ensinaremse as artes liberaes a modo das mecanicas, em que se obra com o exemplo diante, o qual fica servindo juntamente de regra: pois mais facilmente colhe o entendimento a regra do exemplo que o exemplo da regra (*Ibidem*: § 1v.).

Esta defesa do experimentalismo e da simplificação das regras, ao contrário do que muitos afirmam, não foi Roboredo procurá-la em Francis Bacon (1561-1626), uma vez que, quando o português os utilizou pela primeira vez (1615), ainda o britânico não havia publicado o *Novum Organum* (1620) nem o *De Dignitate et Augmentis Scientiarum* (1622), mas apenas a primeira versão deste, reduzida e em Inglês, com o título *Of Proficience and Advancement of Learning, Human and Divine*.

Todavia, havia já alguns defensores deste método, entre os quais o português Francisco Martins (1530?-1596), natural de S. Pedro de Rio

Seco, Lamego, professor de Latim na Universidade de Salamanca na segunda metade da século XVI, regente entre 1557 e 1589 e catedrático entre 1589 e 1596 (González 1932: 148-149), cujos

planteamientos (...), expuestos en el opúsculo *De grammatica professione declamatio* (Salamanca 1588), se fundamentan en el rechazo a la gran cantidad y la inútil complejidad de los preceptos que conformaban las artes gramaticales (...). Para Francisco Martins, los presupuestos gramaticales deben estar sometidos a la práctica de la enseñanza, lo que implica reducir al máximo la explicación gramatical y en consecuencia los preceptos; se propone, en suma, una adquisición, por parte del alumno, más o menos inconsciente de la lengua – en este caso, latina –, que constituye una propuesta próxima, *mutatis mutandis*, al método directo para el aprendizaje de idiomas, surgido a comienzos del siglo XX (Romeo 2002: 4.).

Com efeito, Francisco Martins defendia a simplificação e clareza das regras, evitando complicadas questões filosóficas, excessivas divisões das diversas partes da oração, e entendia que a aprendizagem de uma língua se devia fazer a partir de bons textos dos autores clássicos, poetas, historiadores, etc.. De facto, para o lamecense,

es (...) la inteligencia de los escritos clásicos el único y supremo fin del estudio de la gramática; ello supone, además de los conocimientos puramente lingüísticos, una no pequeña cultura clásica (usos, costumbres, instituciones romanas), per debe, no obstante, contenerse en límites prudentes la aplicación de estos conocimientos para que no se pueda decir, en frase de un profundo humanista del siglo XVI, que «la salsa vale más que el pescado» (González 1933: 186).

Por isso, Rogélio Romeo, com quem concordamos, refere que Francisco Martins é, «en nuestra opinión, precursor de los gramáticos experimentalistas portugueses de la centuria siguiente» (Romeo 2002: 4), e um dos autores que didacticamente mais influência teve em Roboredo (cf. *Idem* 2001: 323, nota 27).

A este novo método de aprender chama Roboredo «novo estilo» e inspira-se, para o teorizar, em outras artes, que denomina mecânicas, e ainda, por exemplo, na geometria, aritmética, música, pintura e disciplinas similares, pois

a eficacia deste estilo de precederem exemplos se nota não somente nas artes mecanicas que se ensinaõ obrando logo: mas em outras como na prattica da

Geometria, Arismetica, e Musica, na pintura, e armas, e na arte de memoria local, que com hum exemplo se alcança, e com hum livro de regras se não entende bem: e se lhe tirarem os exemplos he como se não fosse (Roboredo 1625: § 2 v.).

Um dos grandes objectivos no ensino-aprendizagem do Latim era, também para Roboredo, a aquisição do vocabulário essencial da língua do Lácio. Com efeito, não seria possível que alguém tivesse quaisquer conhecimentos de uma dada língua se dela não tivesse assimilado, pelo menos, as palavras mais usuais. Por isso, é com naturalidade que, desde o início das suas obras linguísticas, o gramático transmontano propusesse que os alunos adquirissem rapidamente o maior número possível de palavras no menor espaço de tempo. No entanto, colocava-se a questão de saber qual era a melhor metodologia para atingir esses objectivos, já que os procedimentos habituais dos gramáticos anteriores não o satisfaziam por completo, enquanto mestre de gramática.

Assim, depois da publicação, em 1611, da *Ianua Linguarum* dos jesuítas irlandeses radicados em Salamanca, Roboredo encontrou a obra que melhor resposta dava a essa problemática, porque, nas 1.141 sentenças das doze centúrias, encontrou mais de 5.000 vocábulos diferentes, sem nunca, porém, haver quaisquer repetições; daí que imediatamente a pusesse ao dispor dos alunos portugueses, primeiro, na segunda parte do *Methodo Grammatical* e, depois, na *Porta de Linguas*, já com a tradução portuguesa.

Conjuntamente com a análise das sentenças da *Ianua*, auxiliada pelos números interlineais, Roboredo propôs o uso de traduções para o conhecimento das línguas, por ser a melhor estratégia para se conhecer as estruturas morfossintáticas de ambas as línguas estudadas. Já no *Methodo Grammatical*, especialmente nas 2.^a e 3.^a partes, propunha a tradução para entendimento também da ortografia da língua materna:

O que explicar no livro Latino traduzirá o ouvinte na sua Materna, cuja frase irá assi aprendendo, exercitando a pena, & Orthographia, notando a differença, & conveniencia de ambas as linguas (*Idem* 1619: «Prologo», b 2 v.-b 3 r.).

Efectivamente, para Roboredo, existem quatro formas distintas de tradução, embora pareça admitir outras, que não refere: «Para que

entendas qual he a melhor tradução das linguas, quatro generos della te direi brevemente» (*Idem* 1623: 23). Assim, Roboredo apresenta as quatro seguintes modalidades: 1.^a) tradução ao pé da letra; 2.^a) tradução quase atada às palavras; 3.^a) tradução por cláusulas (frases); e 4.^a) tradução pelo conceito ou parafrástica.

Com efeito,

a primeira tradução faz se de tal maneira ao pee da letra; que toda a frase da lingua, que traduzimos, se observa. Como se traduzisses assi em Português esta clausula de Cicero; *Tu velim, quod commodo valitudinis tuae fiat, quam longissime poteris obviam nobis prodeas*. Tu, queria, o que com commodo de saude tua se faça, quam muito longe ao caminho nos saias. As palavras são Portuguesas, a frase latina, a tradução absurda (*Ibidem*);

A segunda tradução he quasi atada aas palavras, na qual a frase da lingua, em que traduzimos se observa não totalmente, mas pela maior parte; e algum tanto se arrasta: vese na tradução de algũas sentenças. Advirte de caminho nestas sentenças, como para o mesmo conceito usa hũa lingua de mais palavras que a outra: e pelo diverso sitio de palavras, e pelo numero de particulas considéra a diversa; e particular frase de cada hũa. Porque a Portuguesa, e Castelhana teem articulos a modo dos Gregos, e Preposições de Genitivo, e Dativo, aos quaes articulos, e Preposições não responde a Latina (*Ibidem*: 23-24);

A terceira tradução he per clausulas guardando cada lingua suas palavras, e frases, e concordando com a outra nas palavras, e frases em que pode concordar. Esta he mais elegante, a qual pede hũa solicita intelligencia assi dos conceitos, como de ambas as linguas (*Ibidem*: 24);

Da quarta te não convem usar até que não saibas bem a terceira: porque respeita sômente o conceito do período, quer uses da mesma frase, quer de diversa: hora exclusas algũas palavras, hora ajuntes mais. Chamase tradução parafrástica (*Ibidem*).

Esta última forma de tradução é, de facto, livre relativamente ao vocabulário seleccionado e à estruturação frásica, respeitando apenas o conteúdo essencial do texto original e dando total liberdade criativa ao «tradutor». Por isso, Roboredo também reconhece que, neste caso e quando as alterações são demasiado profundas, relativamente às frases e ao vocabulário original, não se trata propriamente de tradução, mas de criação ou, na sua nomenclatura, de *compêndio*, quando há redução,

quer de frases, quer de conceitos, e de *declaração parafrástica*, quando há expansão frástica:

Se reduzires a hũa clausula muitas de muitas palavras cada hũa: ou se reduzires muitos conceitos a hum mais principal, ou na mesma lingua, ou em diversa, não lhe chamarás tradução; mas compendio. E se tresladares hua clausula em duas, ou mais, usando de mais frases diversas: ou se declarares o mesmo conceito com dous, ou mais; não lhe chamarás tradução, mas declaração parafrastica. As quaes pertencem mais aos mestres, que aos discipulos (*Ibidem*: 24-25).

Assim, em conclusão, parece claro que, para Roboredo, os alunos devem exercitar preferencialmente a segunda e a terceira formas de tradução, isto é, a tradução o mais literal possível, mas respeitando sempre a correcção gramatical e estilística da língua de chegada, no caso, o Português, só depois partindo para traduções mais livres ou parafrásticas.

4. Ideias Linguísticas de Roboredo

4.1. A Gramática Geral e os Universais Linguísticos

Amaro de Roboredo, trinta e cinco anos antes da saída dos prelos da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal, havia apelidado o *Methodo Grammatical para todas as Linguas* como gramática «geeral» (Roboredo 1625: «Dedicatória», 1), como já fizemos referência. Essa designação só foi apresentada uma vez, mas deixa perceber as intenções do seu autor: se, por um lado, pretendia criar um método de ensino que fosse universal à aprendizagem de todas as línguas, como o título da obra demonstra, por outro, deixa antever uma tentativa de sistematização do que seria comum a todas as línguas (por si) conhecidas. Por isso, podemos considerar a obra roborediana como precursora da gramática geral, isto é, de uma gramática universal (para todas as línguas), que procura formular “«observações que convêm a todas as línguas» (...). A gramática universal tem, então, como objeto de estudo, mecanismos necessários e comuns a todas as línguas, isto é, os universais lingüísticos” (Dubois 1993: 316).

É, contudo, evidente que o gramático português Amaro de Roboredo, que – recorde-se – publicou o *Methodo Grammatical para todas*

as *Linguas* antes do *Novum Organum* de Francis Bacon, bem como do *Discours de la Méthode* de Renée Descartes, e ainda da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal, tem uma perspectiva dos universais linguísticos ainda muito incipiente, mas já com uma enorme coerência lógica. Com efeito, para o transmontano seiscentista, o conceito de gramática aparece já como um sistema abstracto universal que pode ser ilustrado com exemplos de várias línguas concretas, no caso, o Português e o Latim:

Foramos certamente collegindo per esta ordem a differença, & conveniencia natural das linguas. *Omnium esta natura communis* [Cicer., *De Fin.*]. Porque acho grande confusão nas artes, ou Syntaxes, que teem misturado, o que he particular de hũa lingua, com o que he commum a muitas, ou a todas (Roboredo, 1619: b 1 v.- b 2 r.).

Roboredo, noutra passagem do mesmo prólogo, afirma mesmo que apresenta poucos (finitos) preceitos e, desses, muitos são universais, uma vez que os princípios sempre permanecem, mesmo das línguas que diz não conhecer:

Pretêdia ã fosse este Methodo universal: porque, *Omnes natura duce vehimur* [Cicer., *De Natura Deorum*]. A disposição da materia V. M. a verã com a correspondencia da Portuguesa & Latina & não lhe descontentará o artificio das conjugações. E se as Scolas lhe não derem com a porta nos olhos, sei que lhe darão os aprendizes muitas graças, polo trabalho que com elle forraõ: & que me darão animo de lhes offerecer outra ajuda de custo. Ordenei poucos preceitos, porque, *Melius est ponere principia finita, quam infinita* [Arist., *Phys.*]. E muitos delles são universaes; porque, *Oportet principia semper manere*. Inquiri as regras pela natureza dos significados, ainda nas linguas que não sei: porque, *Naturam ducem si sequamur, nunquam aberrabimus* [Cicr., *Offic.*] (*Ibidem*: b 4 r.).

Ainda acrescenta que, na terceira parte do *Methodo Grammatical*, segunda da «Copia», apresenta uma série de frases latinas, cujo princípio se pode imitar e aplicar a qualquer outra língua, que se queira aprender/ensinar:

A terceira parte (...) he hum exemplo Latino, que não houve lugar de proseguir, encaminhado ao terceiro grao da Frase Latina. Aa imitação delle se pode ordenar outro semelhante em qualquer lingua, que se aprender: não observando para elle a frase, ã interpretada palavra por palavra, he Materna, & desta tal lingua (*Ibidem*: c 1 r.).

O *Methodo Grammatical para todas as Linguas* é, por isso, um dos primeiros exemplos de uma gramática geral ou universal. Como os seus antecessores, especialmente Francisco Sánchez de las Brozas, Roboredo encontra na razão a base dos universais linguísticos. Com efeito, em vários momentos, quer do *Methodo Grammatical* quer da *Grammatica Latina*, o transmontano faz depender o conhecimento linguístico da abstracção racional:

A Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalham (*Ibidem*: b 1 r.);

Levado deste pensamento [«devem também suar os Grammaticos»] empreendi na Grammatica, o que na copia [isto é, no léxico] emprenderom os Autores da Ianua Linguarum. Carga pera outros ombros, *Sed ego homo sum, humani a me nil alienum puto* [Ter., in *Heaut.*]. Havia hũa sô lingua quando a razão era mais unida a qual como vinculo dos entendimentos, & artes, importa ir ao menos per divisões descobrindo. Porque, *Omnes artes, quae ad humanitatem pertinent, habent commune quoddam vinculum: & quasi cognatione quadam inter se continentur* [Cic., *Pro Archias Poeta*] (*Ibidem*: b 4 v.);

Nella [*Grammatica Latina*, 1625] achará o Mestre regras novas: porem mui ajustadas com a razaõ, e propriedade do Latim em correspondencia do Portugues. Não he novidade diliciosa, he brevidade proveitosa (*Idem*, 1625: «Prologo», §3 r.).

Assim, podemos concluir que Roboredo tem uma concepção racionalista da língua e idealiza a sua descrição

a partir do significado universal para as formas de línguas particulares, utilizando o português como língua de explicação do significado, ou seja, como metalíngua. Roboredo não só realiza este princípio na prática, como também o explicita (Kossárik 1997: 434).

Em concreto, poucos são os conceitos que Roboredo considera, de facto, universais. No entanto, de vez em quando, refere a existência de similitudes em línguas diferentes. É o que acontece, por exemplo, quando, na «universal explicação resolutive, & compositiva das partes da oração», apresenta os seis casos das várias línguas, quer vulgares, quer clássicas. Com efeito, por exemplo, para Roboredo,

caso he special differença do Nome. Chamase Caso, que he queda, que o Nome dà do seu direito assento, que he o primeiro. *Nominativo*, para o *Genitivo*, &

para o *Dativo*, *Accusativo*, *Vocativo*, & *Ablativo*. E são estes Casos assi chamados seis, naturalmente necessarios para declarar os varios conceitos do animo (...). As ultimas syllabas dos Casos em cada Numero são semelhantes em muitas linguas, principalmête vulgares, & Hebreia; porem na Latina, & Grega não são semelhantes em todos os casos, senão em algũs (Roboredo 1619: 65-66).

Já anteriormente, no «Prologo», se havia referido à universalidade do terceiro livro, cujas regras/princípios Roboredo considera presentes em todas as línguas, entendendo que, a partir dos exemplos latinos, se podem extrair/inferir outros para cada língua em concreto:

O terceiro livro he de principios universaes resolutiva, & logo compositivamente: os quaes segundo hũa accommodada applicação se acharão certos em todas as linguas. Porem em lugar dos exemplos Latinos, de que uso para a Latina, se devem enferir os exemplos da lingua, para a qual o principiante quer passar, & traduzir os principios na sua lingua Materna (*Ibidem*: «Prologo», c 2 r.).

Também na *Porta de Lingua*, ao especificar as classe de palavras (*partes orationis*), Roboredo afirma que estas são cinco em toda e qualquer língua:

Esta multidão assi de palavras, que vês nestas sentenças, em qualquer lingua se dividem em cinco generos, que se chamão partes da Oração. E ainda que algũs te enculquem mais, e outros menos, tu com melhor fundamento reconhecerás por partes a estas, Nome, Preposição, Verbo, Adverbio, Conjunção (*Idem* 1623: «Introduçam para as Sentenças», 25).

Todavia, há na *Grammatica Latina* uma especificidade aristotélica, uma vez que, por causa do método adoptado (indutivo), Roboredo se refere ao conhecimento sensível e intellectivo e ao facto de que este está representado nas regras, que caracterizam as «cousas universaes», ao contrário dos exemplos, que significam as «cousas singulares»:

Notorio he ser o entendimento naturalmente tam dependente em seu obrar dos cinco sentidos corporaes, q̃ nenhũa cousa percebe sem entrar per elles, e que estes teem por objectos as cousas singulares, as quaes são representadas nos exemplos. Onde o entendimento começa per elles a subir fazendo seus cursos, e discursos até chegar, aas cousas universaes, que são representadas nas regras (*Idem* 1625: «Prologo», § 1 v.).

Por outro lado, entendemos que Roboredo também é um precursor naquilo que Noam Chomsky denominou de «estrutura profunda»

(*deep-structure* ou *d-structure*) e de «estrutura de superfície» (*surface structure* ou *s-structure*). O criador do gerativismo transformacional entende que «estrutura profunda» é a organização de uma frase num nível mais abstracto,

antes de se efectuarem certas operações, chamadas transformações, que realizam a passagem das estruturas profundas às estruturas superficiais. A estrutura profunda é uma frase abstracta gerada unicamente pelas regras de base (componente categorial e léxico) (Dubois 1993: 488).

Nas palavras de Chomsky,

as estruturas-P funcionam como representação abstracta de relações gramaticais semanticamente relevantes, tais como sujeito-verbo, verbo-objecto, e outras, elemento essencial para a interpretação semântica das frases (Chomsky 1994: 81).

Assim, na estrutura profunda cabem apenas as proposições nucleares (*kernel sentences*) ou frases-núcleo que, por meio de regras de transformação, derivam em todas as orações da língua. Uma proposição nuclear é, deste modo, para Chomsky, «a frase activa, declarativa, afirmativa, constituída de um sintagma nominal e de um sintagma verbal, reduzidos em sua realização a seus constituintes elementares» (Dubois 1993: 436.).

Com efeito, para a gramática gerativa e transformacional, a estrutura profunda de uma frase

é constituída por um Núcleo (abreviação F) e de outro constituinte chamado, conforme os autores, Modalidade (...), ou Constituinte de Frase (...), ou Tipo de Frase, cuja presença provoca uma transformação (interrogativa, passiva, negativa, etc.). O núcleo é constituído de duas partes: o sintagma nominal (SN) e o sintagma verbal (SV), seus constituintes imediatos ($F \rightarrow SN + SV$) (*Ibidem*).

Por outro lado, a estrutura de superfície de uma frase é o resultado de uma estrutura profunda depois de sofrer as regras transformacionais, ou seja, é a frase tal qual ela se apresenta ao (perante o) falante. Esta distinção entre as estruturas profundas e superficiais é bastante vantajosa para explicar, por exemplo, as frases homónimas e as sinónimas.

Chomsky ha explicado esta homonimia y sinonimia por la existencia de una considerable diferencia entre el contenido de la oración y su forma. Ha sido

justamente para aclarar esta diferencia que ha introducido los conceptos de la estructura profunda (...) y estructura superficial (...), correspondiendo la primera al contenido semántico de la oración y la segunda a su ordenación formal (Černý 1998: 237).

Efectivamente, Chomsky defende que as estruturas profundas ou

estruturas-P são projectadas, através de regras de outro tipo (regras transformacionais), em estruturas que correspondem mais intimamente às formas realmente observadas nas estruturas de superfície (...). As regras transformacionais exprimem as propriedades «globais» dos indicadores sintagmáticos, como no caso da concordância em número, e também permitem derivar estruturas complexas (passivas, interrogativas, construções relativas, etc.) a partir das estruturas-P que correspondem directamente a frases simples (Chomsky 1994: 79).

Chomsky explica também que só é possível a passagem de uma (estrutura profunda) a outra (estrutura de superfície) com a introdução da componente semântica, uma vez que o fim último de uma frase é a comunicação, isto é, a interpretação semântica de uma representação fonética:

The syntactic component consists of a base that generates deep structures and a transformational part that maps them into surface structures. The deep structure of a sentence is submitted to the semantic component for semantic interpretation, and its surface structure enters the phonological component and undergoes phonetic interpretation. The final effect of a grammar, then, is to relate a semantic interpretation to a phonetic representation – that is, to state how a sentence is interpreted. This relation is mediated by the syntactic component of the grammar, which constitutes its sole «creative» part (Chomsky 1965: 135-136).

Amaro de Roboredo, no primeiro quartel do século XVII, já preconizava, de certo modo, este tipo de diferenças. Com efeito, para o gramático seiscentista transmontano, obviamente de uma forma muito rudimentar e incipiente, a análise linguística de «qualquer língua» devia ser feita em três graus: gramatical, lexical e frásico. De facto, Roboredo considerava que havia

em qualquer lingua tres graos de menor a maior (...). O primeiro grao he a Grammatica. O següdo maior, que o primeiro, he a Copia de palavras. O ter-

ceiro maior, que ambos, he a Frase, em que se encerra a elegancia, que he hum accidente da Frase (Roboredo 1619: «Prologo», b 4v.).

O primeiro grau, que é constituído pelos três livros da primeira parte do *Methodo Grammatical* (*Exemplo Portugues, e Latino da Grammatica*), engloba a morfologia e a sintaxe; o segundo, as 1.141 sentenças da *Ianua Linguarum* (*Exemplo Latino da Copia de Palavras*) e visa a aquisição vocabular; e o terceiro, a segunda parte da «Copia» ou terceira parte do *Methodo* (*Exemplo Latino da Frase*) e tem por finalidade o conhecimento essencial da frase latina.

Especificamente sobre este último grau, terceiro nível ou grau, Roboredo esclarece que

a Frase (...) que he hũa das propriedades de cada lingua, muitas vezes se não pode interpretar em outra lingua palavra por palavra: mas duas, tres, quatro, ou mais: com outra, ou outras duas, tres, quatro, & mais da outra lingua que guardem sua particular posição. Como se pode ver interpretando palavra por palavra estas frases Latinas: *Multum isthac opus est arte: Eris mihi solatio: Hoc tibi laudi vertam: & boni consulam*, &c. que não ficaõ frases Portuguesas nem Castelhanas (*Ibidem*: c 1 r-c 1 v.).

E, já na terceira parte do *Methodo*, volta a referir que a frase é um modo próprio de o locutor se exprimir de acordo com uma determinada língua e, por isso, varia segundo a especificidade de cada uma:

Frase he hum particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunciação, & ajuntamento de palavras per certa collocação dellas (*Ibidem*: 182).

Assim, quase poderíamos dizer que Roboredo está a referir-se à «estrutura de superfície» de cada língua, embora o uso desta designação seja obviamente impróprio por ser desfasada no tempo.

Por outro lado, a constituição «normal» / «perfeita» da frase, para Roboredo, é Nominativo mais Verbo mais Acusativo (N + V + A), os elementos essenciais numa construção prototípica na «estrutura profunda», pois

não se dará Oração sem Nominativo declarado, ou entendido de fora per figura, Ellipse (*Idem* 1625: 90-91)

quantos são os Verbos Pessoaes tantas são as Orações, cuja alma fica sendo o Verbo. E se depois do Verbo se segue Accusativo he Oração perfeita, e fundamento das mais partes da Oração, que a ornaõ e acrescentaõ (*Ibidem*: 91).

No entanto, essa «ordem natural» pode estar alterada na estrutura de superfície, existindo frases/orações, por exemplo, apenas com o Verbo ($\emptyset + V + \emptyset$), devido à existência da elipse, «que he tam ordinaria nas linguas que não podemos fallar polidamente sem ella» (*Ibidem*: 98). Fundamentalmente, é no nominativo que pode ocorrer mais frequentemente a elipse nos verbos que os «gramatistas» classificam de «impessoais».

Ora, para Roboredo, sempre que falta o nominativo da frase, ou está implícito nas primeiras e segundas pessoas verbais, no caso dos pronomes pessoais, ou é uma oração que desempenha essa função, ou ainda é alguma palavra que está elidida, como «Deus», «homines»/ «os homens», etc.. Com efeito, para o transmontano seiscentista:

O Nominativo he principio da Oração, o qual todo o Verbo Pessoal quer antes de si ou expresso, ou entendido de fora (*Idem* 1619: 73);

A significação, & acção de algũs Verbos naturalmente não pertencem a estes Nominativos, *Ego*, *Tu*, nem a outros de Plural; & assi se usaõ sômente nas terceiras pessoas do singular: como saõ *Pluit*, *Ningit* (...), nos quaes dizião, que Deus era o Nominativo: & estes *Taedet*, *Piget*, *Poenitet* (...), &c. Nos quaes chamados dos Grammatistas Impessoaes, a Oração proxima lhes serve de Nominativo, *ut Pompeium nobis amicissimum constat esse*. Ou se entende o Nominativo verbal tirado dos mesmos Verbos; *ut Taedium taedet: Pluvia pluit*; &c. Porque dar Oração sem Nominativo, seria artefacto sem principio. Nestes verbos de fama *Aiunt*, *Dicunt*, *Ferunt* (...), entendese, *Homines*, per figura *Ellipse* (*Ibidem*: 184).

Anteriormente a Roboredo, já Francisco Sánchez de las Brozas havia teorizado desenvolvidamente a elipse. Salor sintetiza a teoria do salmantino da seguinte forma:

El Brocense distingue dos niveles de análisis lingüístico: el nivel del sistema racional y el nivel del uso. En el nivel del sistema racional es aquel que en el que se encuentran los esquemas racionales de las construcciones sintácticas. Pues bien, si entre esos esquemas racionales y las realizaciones de uso se produce

algún desajuste, ese desajuste se explica normalmente porque ha intervenido la elipsis. Así (...), el esquema racional de una oración simple es N + V; de manera que si a nivel de uso nos encontramos con oraciones que tengan sólo V (...), el desajuste se explica recurriendo a la elipsis (...). De esta forma, la elipsis, para el Brocense, tiene, creo, las siguientes características: en primer lugar, para él ya no es una figura retórica, sino que es un procedimiento gramatical y lingüístico. En segundo lugar, es un procedimiento gramatical parecido a las reglas de delección de alguns gramáticos generativistas actuales; efectivamente, entre la estructura profunda y superficial intervienen reglas de transformación de distinto tipo; un tipo de ellas son las de delección, que dan cuenta de la desaparición de determinados constituyentes que estaban en la estructura profunda y no están en la superficial. En este sentido la elipsis del Brocense desempeña un papel parecido al desempeñado por las reglas de delección de los generativistas. En tercer lugar, la elipsis opera no esporádicamente, sino sistemáticamente; no es un procedimiento lingüístico aislado, sino frecuente en ese paso del esquema racional al esquema de uso (Salor 1995: 25, nota 20).

Efectivamente, quer para o Brocense quer para o Algosense de Seiscentos, a elipse desempenha o mesmo papel que a regra (princípio) transformacional gerativista de (recuperabilidade do) apagamento¹³, que é a responsável pelo desaparecimento, na estrutura de superfície, de determinados constituintes da estrutura profunda. Efectivamente, esse princípio (de recuperabilidade do apagamento), para Chomsky,

estabelece que um elemento pode ser apagado apenas se for completamente determinado por um sintagma estruturalmente relacionado com aquele, que contenha os seus traços lexicais, ou se for um «elemento designado» (Chomsky 1994: 84-85).

¹³ “O sistema de projecção (...) estipula que a estrutura lexical deve ser representada categorialmente em cada nível sintáctico. Este princípio é um dos que contribuem para eliminar completamente as regras sintagmáticas, à excepção de algumas idiossincrasias específicas de cada língua (...). Uma consequência do princípio de projecção é, em termos informais, o facto de, se um elemento for «interpretado» como ocupando uma dada posição, esse elemento ter de estar *aí* na representação sintáctica, quer como uma categoria evidente que está foneticamente realizada, quer como uma categoria vazia, à qual não é atribuída forma fonética (...). Por isso, se *see* for caracterizado lexicalmente como verbo transitivo, tem de ter um objecto, representado sintacticamente como seu complemento num sintagma verbal, em cada nível sintáctico, isto é: em estrutura-P, em estrutura-S, em FL, mas, é claro, não necessariamente na estrutura de superfície (FF). Se não houver qualquer elemento realizado nesta posição, terá de existir uma categoria vazia do tipo adequado” (Chomsky 1994: 97).

O próprio Chomsky admite que não é o criador das propriedades formais de análise mas estas remontam, pelo menos («at least»), à *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660) de Lancelot e Arnaud:

To say that properties of the base will provide the framework for the characterization of universal categories is to assume that much of the structure of the base is common to all languages. This is a way of stating a traditional view, whose origins can again be traced back at least to the *Grammaire générale et raisonnée* (Lancelot *et al.*, 1660) (*Idem* 1965: 117);

It is commonly held that modern linguist and anthropological investigations have conclusively refuted the doctrines of classical universal grammar, but this claim seems to me very much exaggerated. Modern work has, indeed, shown a great diversity in the surface structures of languages (...). The fact that languages may differ from one another quite significantly in surface structure would hardly have come as a surprise to the scholars who developed traditional universal grammar. Since the origins of this work in the *Grammaire générale et raisonnée*, it has been emphasized that the deep structures for which universality is claimed may be quite distinct from the surface structures of sentences as they actually appear. Consequently, there is no reason to expect uniformity of surface structures, and the findings of modern linguistics are thus not inconsistent with the hypotheses of universal grammarians (*Ibidem*: 118);

It is worth mentioning that with this formulation of the theory of transformational grammar, we have returned to a conception of linguistic structure that marked the origins of modern syntactic theory, namely that presented in the *Grammaire générale et raisonnée* (*Ibidem*: 137).

Numa obra posterior, *Language and Mind*, Chomsky já não faz apenas referência à *Grammaire Générale et Raisonnée*, mas também a Francisco Sánchez de las Brozas como o teorizador da elipse, por exemplo, e da função que esta desempenha na estrutura de superfície de uma dada língua:

There is a similarity, which I think can be highly misleading, between the theory of deep and surface structure and a much older tradition. The practitioners of philosophical grammar were very careful to stress this similarity in their detailed development of the theory and had no hesitation in expressing their debt to classical grammar as well as to such major figures of renaissance grammar as the Spanish scholar Sanctius. Sanctius, in particular, had developed a theory of ellipsis that had great influence on philosophical grammar. (...) Philosophical

grammar is poorly understood today. But such antecedents as Sanctius have fallen into total oblivion (*Idem* 2006: 16);

There is no doubt that in developing his concept of ellipsis as a fundamental property of language, Sactius gave many linguistic examples that superficially are closely parallel to those that were used to develop the theory of deep and surface structure, both in classical philosophical grammar and in its far more explicit modern variants. It means, however, that the concept of ellipsis is intended by Sanctius merely as a device for the interpretation of texts (*Ibidem*);

The concept of ellipsis in Sanctius, if I understand it correctly, is one of many techniques, to be applied as conditions warrant and having no necessary mental representation as an aspect of a normal intelligence. Although the linguistic examples used are often similar, the context in which they are introduced and the framework in which they fit are fundamentally different (*Ibidem*: 17).

Efectivamente, Chomsky desenvolve os estudos da gramática universal clássica, que, para o criador do gerativismo transformacional, remonta pelo menos à gramática de Port-Royal e a Francisco Sánchez de las Brozas, que é, por sua vez, também a fonte de inspiração do gramático português seiscentista Amaro de Roboredo.

Roboredo também distinguiu vários níveis ou «raízes» no sistema linguístico, entre os quais o fonológico, morfológico, sintáctico, lexical e literário (metafórico), aproximando-se claramente das concepções modernas de análise linguística:

A primeira raiz (...) he a varia significação metaforica, na qual se usaõ as palavras, alem da propria: & o vario sitio, & ornamento dellas. A segunda hé a multiplicação de palavras para hum conceito, & a de conceitos pelas mesmas, ou varias palavras. A terceira he o conhecimêto, & uso da figura Ellipse. A quarta he o conhecimêto de Dativo, & de Sustãtivos, q̃ ou per cõtinueação no mesmo caso, ou postos em diverso, fazê diverso modo de fallar: & o conhecimêto, & uso de algũs Adjectivos, Adverbios, & Conjunções. A quinta he o uso das Preposições, que com seus casos, & varios significados produzê varios modos de fallar (Roboredo 1619: 182).

Um outro aspecto particularmente importante é o facto de Roboredo ter especificado que o domínio lexical, da frase e, consequentemente, da língua depende da competência linguística do locutor e

não da competência gramatical, que dela distingue claramente. Com efeito, o gramático transmontano refere, a propósito dos conhecimentos gramaticais e linguísticos do Brocense, de Cícero e Varrão, que aquele sabia mais gramática e estes mais léxico (*Cópia*) e frase, porque a gramática é racional e o conhecimento linguístico é maior para quem tenha a língua como materna:

De star a Latina reduzida a arte ha tantos annos, & irse sempre a arte aperfeiçoando, podemos dizer q̃ soube Francisco Sanchez Brocense mais Grammatica Latina em nossos tempos, que Cicero, & Varrão columnas da lingua, nos seus, que lhe precederom 1640 annos. Elle mais Grammatica, & estes mais Latim (...). & como a lingua consta de Grammatica, Cópia, & Frase (...) aquelle alcançou mais Grammatica, & estes sabião mais Cópia, & Frase com mais propriedade, porque como Materna lingua a usavão des os berços (*Ibidem*: «Prologo», b 1 r.).

4.2. O Comparativismo Linguístico de Roboredo

A gramática comparada, também denominada linguística comparada ou comparativa, é uma das áreas da linguística que teve o seu maior êxito no século XIX, com o estudo do parentesco das línguas indo-europeias. Há, pelo menos, quatro aspectos importantes sobre o «clima» da época, que parecem ter uma importância fulcral no desenvolvimento científico da gramática comparada: a «descoberta» do Sânscrito e do seu parentesco com a maioria das línguas europeias; o comparatismo (método comparativo) aplicado a todos os domínios científicos; a procura das origens (pensamento, religião, etc.); e o domínio cultural do Romantismo (alemão), com a promoção dos valores nacionais.

As bases teóricas desta corrente linguística foram lançadas, entre outros, por Herder, Grimm, Friedrich e August Schlegel e Humboldt, sendo a própria designação de «gramática comparativa» (*vergleichend Grammatik*) atribuída aos irmãos Schlegel. Procurava-se, então, saber – e reconstruir – a língua original ou protolíngua, a *Ursprache*, com base na comparação da morfologia do Sânscrito com várias outras línguas.

Os maiores impulsionadores desta novel ciência, porém, que a tornaram independente da filologia – e da gramática – e lhe deram

foros de verdadeira cidadania, foram, principalmente, Franz Bopp (1791-1867), Jakob Grimm (1785-1863), Friedrich Diez (1794-1876) e August Schleicher (1821-1867).

Com efeito, é o filólogo alemão Franz Bopp (1791-1867) que é considerado por muitos o verdadeiro fundador da gramática comparada. Depois de ter estudado Persa, Árabe, Hebreu e Sânscrito, em Paris, publica, em Frankfurt, em 1816, um tratado, *Über das Conjugations-system der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprachen*, onde compara o sistema de conjugações do Sânscrito, do Grego, do Latim, do Persa e do Germânico, a que juntou, mais tarde, outras línguas: o Lituano, o Zenda, o antigo Eslavo e o Arménio.

Em 1821, Humboldt, a quem Bopp tinha ensinado Sânscrito em Londres no ano anterior, convida-o para a cátedra de Sânscrito na Universidade de Berlim. Bopp vai, assim, poder dedicar-se, durante cerca de 50 anos, aos estudos comparatistas, publicando, na Academia de Berlim, entre 1824 e 1831, a *Vergleichende Zergliederung des Sanskrits und der mit ihm verwandten Sprachen*, e, entre 1833 e 1852, a sua *Vergleichend Grammatik*.

A principal teoria de Bopp é de que uma língua se assemelha a um organismo vivo, e, apesar de ainda ter colocado essa hipótese, nunca chegou a considerar verdadeiramente que o Sânscrito fosse a «mãe» de todas as línguas, vindo, antes, a entender que todos os idiomas, sem excepções, seriam modificações graduais de uma só e a mesma primitiva língua, o Indo-Europeu (Mounin s.d.: 177). Todavia, é através do Sânscrito, língua literária da Índia, porque é uma língua mais antiga que o Grego e o Latim e tem uma morfologia mais simples, que Bopp pensa «poder (...) remontar até ao primeiro estágio da linguagem, atingir assim as primeiras palavras, as raízes monossilábicas isoladas» (*Ibidem*), enfim, a *Ursprache*.

Concomitantemente, Jakob Grimm (1785-1863) dá uma nova orientação ao método comparativo e cria os fundamentos da linguística histórica. Publica, em 1819, o primeiro tomo da *Deutsche Grammatik*, onde analisa, com base na recolha de textos escalonados ao longo de catorze séculos, as diferentes fases da língua alemã, saindo dos prelos os tomos em 1826, 1831 e 1837, respectivamente. Com efeito, Grimm

«falava em sentido próprio dum tratamento histórico (e não comparativo) das línguas germânicas, o que pôde conduzir, pela aceitação da sua maneira de dizer, a considerá-lo o fundador da linguística histórica» (*Ibidem*: 183). No entanto, Grimm continuava a usar o método comparativo, só que, neste caso, dentro da mesma língua, o Alemão, ao tentar encontrar o estágio da língua imediatamente anterior, procurando estabelecer as suas diferentes fases. Grimm encontrou as regularidades nas semelhanças fonéticas, explicando-as através, entre outras, do vozeamento das surdas e da fricativação das oclusivas. Apesar de Ramus Rask já ter analisado este assunto, somente

Grimm sacó de ellas las consecuencias adecuadas sobre los cambios fonéticos del antiguo germánico, al explicar este proceso histórico de la manera siguiente: *en cierta parte del territorio en que se hablaba el indoeuropeo se produjo, en tiempos remotos, un cambio en la pronunciación de las consonantes oclusivas; las oclusivas sordas se convirtieron en fricativas, mientras que las sonoras perdieron la sonoridad; el resultado de estos cambios constituye uno de los rasgos más importantes con que las lenguas germánicas difieren de las demás lenguas indoeuropeas* (Černý 1998: 99).

Estas regularidades ficaram conhecidas como «Leis de Grimm» e, apesar de desenvolvidas posteriormente, ainda hoje são aceites pelos linguistas.

Friedrich Diez (1794-1876), por seu turno, dedicou-se ao estudo das línguas românicas, publicando a *Grammatik der romanischen Sprachen*, de 1836 a 1844, e o *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen*, em 1853, onde demonstrou que as línguas novilatinas se filiam primordialmente no latim popular ou *sermo vulgaris* e não, como até então se pensava, no latim literário.

August Schleicher (1821-1867) foi botânico durante a maior parte da sua vida e somente nos últimos dezassete anos publicou obras linguísticas, especialmente o *Compendium der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*, publicado em 1862, e *Die darwinische Theorie und die Sprachwissenschaft*, em 1865. Influenciado pela teoria darwiniana da origem e evolução das espécies, publicada em 1859, estabelece uma tese de relação genética entre as línguas, a *Stammbaumtheorie* ou teoria da árvore genealógica, na qual o tronco repre-

sentava a língua indo-europeia e cada uma das partes entre duas ramificações correspondia a uma dada língua. Para Schleicher,

la lengua es un organismo que nace, crece y evoluciona, envejeciendo y muriendo al final. Todo el ciclo de su evolución puede dividirse en dos períodos. En el período prehistórico la lengua está perfeccionándose, pasando sucesivamente por el estadio aislante (...), por el aglutinante (...), hasta alcanzar el estadio impecable de una lengua flexiva. Para el segundo período, el histórico, es característica la decadencia de la lengua (*Ibidem*: 103).

Todavía, no seguimento das pesquisas de Bopp, Schleicher inicia as primeiras formulações rigorosas das leis fonéticas e procura a reconstrução exacta do Indo-europeu. Com efeito, Schleicher conseguiu estabelecer, com base na comparação da fonética das várias línguas indo-europeias, desde a mais antiga à mais moderna, a protolíngua, ou *Ursprache*. É assim que, por exemplo, se afirma que a palavra «cavalo» deriva do Indo-europeu *akwa-s.

Alguns anos após a sua morte, a *Stammbaumtheorie* schleicheriana foi posta em causa por Johannes Schmidt (1843-1901), que considerava a tese de Schleicher demasiado rígida e não explicativa da realidade dos factos linguísticos. Com efeito, Schmidt criou a *Wellentheorie* ou teoria das ondas, segundo a qual «los fenómenos lingüísticos se propagaban en formas de ondas desde el centro hacia la periferia, extinguiéndose gradualmente» (*Ibidem*: 104). Com efeito, só a teoria das ondas explica o facto de haver miscigenizações entre as várias línguas que nada têm, aparentemente, em comum.

Estes trabalhos, especialmente os de Bopp e de Schleicher, prepararam o caminho dos neogramáticos (*Junggrammatiker*), August Leskien (1840-1916), Karl Brugmann (1849-1919), Hermann Osthoff (1847-1909), Berthold Delbrück (1842-1922) e Hermann Paul (1846-1921), que, principalmente na revista *Morphologische Untersuchungen auf dem Gebiete der indo-europäischen Sprachen*, cujo primeiro número saiu dos prelos em 1878, nos livros *Prinzipien der Sprachgeschichte*, de Hermann Paul, publicado em 1880, e em *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*, de Brugmann e Delbrück, publicado entre 1886 e 1900, procuraram soluções para o problema das alternâncias vocálicas nas línguas indo-europeias com base no princí-

pio da regularidade das leis fonéticas, dos empréstimos vocabulares, apenas admitindo, como única exceção, a «lei» da analogia. Assim, ao eliminarem as exceções, os neogramáticos esperavam integrar a «gramática comparada» entre as prestigiadas ciências naturais.

Los neogramáticos dedicaron mucha atención también a la psicología, que al final del siglo XIX gozaba de un florecimiento sin precedente. Se interessaban sobre todo por la relación que hay entre la lengua y el pensamiento. Esperaban que la lingüística histórica en cooperación con la psicología podrían aportar resultados muy positivos en este sentido. Con frecuencia hacían referencia a Wilhelm Wundt (...), que estaba trabajando, al igual que la mayoría de los neogramáticos, en la Universidad de Leipzig (*Ibidem*: 111).

A corrente neogramática do último quartel do século XIX constituiu, assim, o culminar da *vergleichend Grammatik*, que, no século XX, foi perdendo a sua influência, principalmente a partir do estruturalismo linguístico. No entanto, a gramática comparada acabou por dar origem à actual moderna linguística comparada (cf., v. g., García 2001), já que os linguistas descritivistas do século XXI, quando analisam uma dada língua, não podem deixar de a contrapor com outras, principalmente com aquelas com que tenha algum parentesco ou, pelo menos, afinidade.

Foi, assim, neste contexto histórico-cultural, principalmente do Romantismo – e consequente nacionalismo – alemão e das teorias darwinianas da evolução das espécies, que surgiu – e se impôs – a gramática comparada e, por consequência, a linguística como ciência, que rapidamente se

confundiu (...) com a gramática histórica, porque nasceu e se desenvolveu na época romântica muito imbuída de história nacional e cultura popular; donde a tendência a admitir-se que cada língua reflecte os modos de pensamento do povo que a usa e que a unidade de língua corresponde à unidade de raça. A família indo-europeia (...) forneceu à gramática comparada a melhor matéria de pesquisa» (Dubois 1993: 111).

Os méritos da gramática comparada foram imensos.

Fue ante todo la implantación de la metodología estrictamente científica, la solución de los principales problemas de la evolución lingüística, la clasificación genética de las lenguas indoeuropeas, así como la aclaración de los fenómenos fundamentales de la fonética articulatoria (Černý 1998: 111).

Por outro lado, nenhum dos «fundadores» da *vergleichend Grammatik* descobriu o Sânscrito. Georges Mounin, por exemplo, refere que «ce que ferá Bopp, le fondateur de la linguistique, ce ne sera (...) la découverte du sanskrit (...), mais leur utilisation pour poser et résoudre des problèmes nouveaux concernant les langues» (Mounin 1967: 163). Também Ferdinand de Saussure havia feito referência a esse facto: «Bopp não tem, pois, o mérito de ter descoberto que o sânscrito se relaciona com alguns idiomas da Europa e da Ásia, mas foi ele quem compreendeu que essas relações podiam ser matéria para uma ciência autónoma» (Saussure 1986: 22).

A língua literária dos antigos hindus não foi descoberta pelos «linguistas» europeus de um dia para o outro. Com efeito, já no século XVI, Filipe Sassetti, que viveu em Goa entre 1551 e 1558, escreveu algumas cartas, que, lamentavelmente, apenas foram descobertas e publicadas em 1855, onde mostrava haver algumas analogias entre os numerais do Sânscrito e os de algumas línguas europeias, especialmente o Latim, o Grego e o Italiano. Também o P.^e Coerdoux, missionário francês, enviou, em 1763, a um amigo seu uma gramática e um dicionário do Sânscrito e, nas várias cartas que lhe escreveu, referia as muitas semelhanças entre os seus vocábulos e os do Grego e, sobretudo, do Latim.

Todavia, só a partir de 1786 é que o Sânscrito de facto despertou o interesse dos filólogos europeus, pela acção de William Jones, juiz inglês em Bengala e membro da Sociedade Asiática de Calcutá, que, entretanto, fundara. Em 1786, escreveu Jones que

«El sánscrito... tiene una estructura magnífica; es más perfecto que el griego, de formas más diversas que el latín, de una cultura más fina que las dos lenguas mencionadas y, a pesar de ello, tiene tantos rasgos comunes con ellas que no puede ser por casualidad. Ningún filólogo que examine estas tres lenguas podrá negar que evolucionaron de alguna fuente común, que probablemente ya no existe». Esta afirmación, sin duda, recogía en forma embrional algunas ideas fundamentales de la gramática comparada e histórica del siglo siguiente (Černý 1998: 94).

De facto, estas e outras afirmações semelhantes do juiz William Jones incrementaram os estudos do Sânscrito na Europa, de tal modo que, em poucos anos, apareceram várias gramáticas da antiga língua literária dos hindus. Em Inglaterra, por exemplo, entre 1790 e 1815,

foram publicadas cinco gramáticas. A mais conhecida destas gramáticas foi a de Pānini, denominada *Oito Livros* (Asta-dhya-yi-), a mais antiga gramática conhecida do Sânscrito – e de qualquer outra língua –, constituída por 400 aforismos ou «*sutras*». Pānini viveu nos séculos V e IV a.C. e o sanscritólogo P. Thieme atribuiu-lhe o título de «Homero da Linguística» (*Ibidem*: 69). No entanto, o próprio Pānini diz que antes de si havia uma imensa tradição gramatical, ou de análise (*akshara*), mencionando inclusivamente 68 precursores seus. A gramática de Pānini não descreve exaustivamente a língua sânscrita, mas o estilo por que opta, em *sutras*, ajudava a memorizar melhor as regras gramaticais mais importantes. «Esta gramática (...) foi pela primeira vez traduzida na Europa por Böhtlingk [1815-1840]» (*Ibidem*: 66-67) e publicada em Leipzig apenas entre 1837 e 1840.

Contudo, assim como nenhum dos autores «fundadores» da *vergleichend Grammatik* descobrira o sânscrito, também nenhum deles foi o primeiro a usar, em nosso entender, o método comparativo ou o comparativismo linguístico. Georges Mounin, na mesma citação em que refere a não descoberta do Sânscrito pelos «fundadores» da gramática comparada, menciona especificamente que «ce que ferá Bopp (...) ne sera (...) la découverte (...) du comparatisme, mais leur utilisation pour poser et résoudre des problèmes nouveaux concernant les langues» (Mounin 1967: 163).

Metodologicamente, a linguística comparada confronta as palavras de duas ou mais línguas e procura semelhanças entre elas, quer quanto à forma (morfologia e fonética), quer quanto ao significado, quer, mais actualmente, quanto ao sentido. Quando (algumas de entre) essas similaridades são encontradas, coloca-se a hipótese de que ambas remontam a uma forma (língua) original comum, que evoluiu de forma diferente, através de leis fonéticas diversas, devido a múltiplos factores sócio-histórico-culturais. Com efeito, para Jean Dubois, «duas línguas são aparentadas geneticamente quando provêm da evolução de uma língua única. A história permite, às vezes, estabelecer um parentesco histórico» (Dubois 1993: 456-457).

Para se demonstrar a existência de um determinado grau de parentesco entre duas línguas é necessário haver coincidências de formas gramaticais entre ambas, pois não basta haver apenas semelhança

vocabular, porque, entre outras razões, pode ter havido empréstimos vocabulares entre elas. Quando apenas houver uma estrutura gramatical similar, considera-se que são duas línguas afins – ou parentes tipológicos – e não propriamente parentes genéticos. Jean Dubois, apesar de também aceitar a designação de parentesco tipológico, prefere «destinar o nome de afinidade às convergências fortuitas e falar de parentesco quando se coloca a hipótese de origem comum» (*Ibidem*: 457).

Actualmente, a linguística comparada não procura unicamente estabelecer os graus de parentesco entre as línguas, mas também comparações sintácticas, semânticas e, ainda, pragmáticas, para concluir sobre outro tipo de funções existentes nas línguas. A linguística descritiva, especificamente, usa o método comparativo muitas vezes para, mais facilmente, fazer demonstrações várias. É exemplo disso o trabalho de António Franco intitulado *Descrição Linguística das partículas modais no Português e no Alemão*, onde o linguista estabelece um paralelo entre as funções, principalmente, pragmáticas das partículas modais portuguesas e alemãs.

No entanto, como Saussure, também perguntamos: «Como procederam os que estudaram a língua antes da fundação dos estudos linguísticos, isto é, os «gramáticos» inspirados nos métodos tradicionais?» (Saussure 1986: 145). E, também com Saussure, concordamos em que, depois de terem acusado a gramática normativa «clássica» de ser pouco – ou nada – científica, «a sua base é menos criticável e o seu objecto melhor definido que na linguística inaugurada por Bopp» (*Ibidem*: 146).

Em certo sentido, os autores de estudos textuais gregos, especialmente os alexandrinos, usaram o método comparativo, ao contraporem as formas linguísticas dos textos arcaicos com as dos dialectos gregos. Também os gramáticos latinos usaram o método comparativo, principalmente por transporem os princípios metodológicos e a taxonomia gregos para a análise da língua do Lácio, ainda que, explicitamente, não tivessem feito comparações entre ambos os sistemas linguísticos.

No século XVI, surgem também as primeiras obras linguísticas das línguas nacionais/vernáculos, depois da *Grammatica da Lingua Castellana* de Nebrija, saída dos prelos ainda no século XV, especifi-

camente em 1492. Em Portugal, aparecem as gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), as ortografias de Pedro de Magalhães Gândavo (1574) e Duarte Nunes de Leão (1576), bem como a primeira sistematização sobre a história da língua portuguesa, a *Origem da Lingoa Portuguesa* (1606), de Duarte Nunes de Leão, que pode ser considerado como um precursor da Linguística Histórica.

Todas estas obras, ainda que em diferentes graus, são uma adaptação à língua portuguesa das gramáticas latinas, pois importam as taxonomias e até os procedimentos metodológicos. A única que pode ser exceção – ou, pelo menos, é a mais original – é a gramática de Fernão de Oliveira, embora também considere as mesmas oito partes do discurso que a maioria dos gramáticos latinos.

Assim como as primeiras gramáticas latinas adaptaram os conceitos, taxonomias, metodologias, etc., das gramáticas gregas, também as primeiras gramáticas vernaculares fizeram essa transposição das gramáticas latinas. Só em sentido estrito, porém, se pode considerar que usaram o método comparativo, porque não houve propriamente comparações/paralelos entre os sistemas linguísticos de cada uma das línguas vernáculas e o do latim. Esse método vai ser, entretanto, amplamente usado – assim pensamos – por Amaro de Roboredo, no *Methodo Grammatical*.

Amaro de Roboredo foi professor de gramática latina e o facto de ainda não haver então um estudo autonomizado da língua portuguesa – que só veio a acontecer na sequência da publicação do Alvará Régio de 30 de Setembro de 1770 – justifica plenamente a sua opção pela dedicação quase exclusiva ao estudo daquela língua clássica. No entanto, começou por escrever, em 1615, as *Regras da Ortografia da Língua Portuguesa*, (ainda) desaparecidas e, na primeira parte, até à página 78, do *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, apresentou um paralelo comparativo entre as estruturas de ambas as línguas – *Da Explicação Compositiva das Partes da Oraçam Portuguesa, & Latina* –, culminando na apresentação esquemática, numa folha, dessas comparações – *Recopilaçam da Grammatica portuguesa, e Latina, pela qual com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as linguas*.

Amaro de Roboredo, especialmente no Prólogo do *Methodo Grammatical*, que configura uma «Carta do Autor Amaro de Roboredo ao D. Gaspar Alvarez Vega lente de Latim na Universidade de Salamanca», apresenta as razões que o levaram a escrever esta gramática e aponta os benefícios do método por si defendido, – *novo estylo, novo modo e novo caminho*, como o foi denominando – favorecer a aprendizagem de várias línguas por parte dos alunos. Parece correcto poder, então, afirmar-se que, aí, Roboredo apresenta inequívocas justificações do novo método e, com Vicente Gomes de Moura, que «o nosso Grammatico [Amaro de Roboredo] concebeo a ideia (...) da Grammatica Comparada» (Moura 1823: 353), pela primeira vez na história da linguística portuguesa.

Entre essas razões, Roboredo justifica a criação de uma disciplina de língua materna (Roboredo 1619: a 4 r.) com o facto de, segundo o autor, os professores e os gramáticos até então não conseguirem destrinçar o que era de uma ou de outra língua, confundindo, muitas vezes, os seus alunos,

porque acho grande confusão nas artes, ou Syntaxes, que teem misturado, o que he particular de hũa lingua, com o que he commum a muitas, ou a todas. Donde nasce sabermos poucas, & chegarmos tarde na Latina a conhecer sua propriedade, que o uso, & não sô a arte, nos ensina (*Ibidem*: b 2 r.).

Nesta passagem, o autor também mostra que a aprendizagem de uma língua faz-se prioritariamente através do seu uso [correcto] e não somente através do que defendem os gramáticos, que, como ele também afirmou, muitas vezes erram.

Roboredo acrescenta, ainda, que, porque são sistemas linguísticos diferentes e não se estudava a idiosincrasia da língua portuguesa, abundavam os erros, quer no uso/selecção vocabular quer na ortografia:

Saberão os principiantes per arte em poucos annos, & melhor a lingua Materna, que sem arte sabẽ mal per muitos annos, com pouca certeza a poder de muito ouvir, & repetir (...): & serão mais certos, & apõtados no que fallão, & screvem: teraõ mais copia de palavras, & usaraõ dellas com mais propriedade. Porque por falta de regras, ainda nas Cortes, & Universidades se fallaõ & screvem palavras necessitadas de emmenda. Saberaõ per regras de compor, & derivar ampliar a lingua Materna, & ajuntarlhe palavras

externas com soffrivel corrução, & formar outras de novo: para que com menos rodeios se possaõ explicar os conceitos & as sciencias (...). Saberaõ fugir de palavras externas ainda não recebidas quando teem proprias, por não mostrarem que a lingua he mais pobre (*Ibidem*: a 4r.).

Também, na primeira parte do *Methodo*, Roboredo analisa separadamente as declinações portuguesas e as latinas, as (regências das) preposições, as conjugações e as vozes dos verbos, a formação dos participípios, algumas considerações de sintaxe («composição») latina e portuguesa («concordias», «regencias», complementos de «distancia, medida & tempo», verbos activos «certos & incertos», e verbos de «ensinar, amoestar, perguntar, encobrir»), outros «nomes» irregulares (pronomes), graus dos adjectivos, verbos defectivos e irregulares, etc.

Apenas a título demonstrativo, vejamos algumas passagens da *Recopilaçam da Grammatica Portuguesa, e Latina*. Aí, por exemplo, Roboredo divide «as partes da oração» em cinco espécies, do mesmo modo que em Latim: «Nome, & Verbo (...); & Preposição, Adverbio, & Conjunção» (*Ibidem*: «Recopilaçam», 1).

O nome subdivide-se em substantivo e adjectivo. O substantivo, “q̃ pode star na Oração sem *Adjectivo*, se divide em *Commum*, & *Proprio*” (*Ibidem*). O adjectivo é dividido, consoante o seu significado, em «Pronome», «Participio», «Interrogativo», «Relativo», «Partitivo», «Numeral», «Possessivo», «Positivo», «Comparativo» e «Superlativo» (*Ibidem*). Os géneros são dois na língua portuguesa, masculino e feminino, e três, na latina (mais o neutro). Quanto às declinações, Roboredo apresenta três para o Português e mantém as cinco latinas e, como paradigma, refere os substantivos «palmo», «palma» e «vide», como tendo os mesmos seis casos que os nomes latinos e apresentando as terminações «o», «a», e «e», no singular, e «os», «as» e «es», no plural.

O verbo é dividido em activo e passivo em Português, acrescentando o depoente para o Latim, que tem forma passiva e significado activo. “Cada hum destes, ou he *Pessoal* que tem algũa das tres *Pessoas*, que ha em cada hum dos seus dous *Numeros*; ou he *Impessoal*, como são os *Infinitivos*, & *Gerundios*” (*Ibidem*). Apenas o verbo «sou» ou «sum», em Latim, é irregular, pois “significa sustancialmente, quietação” (*Ibidem*). Roboredo também apresenta as três conjugações portuguesas,

por oposição às quatro latinas, e, como paradigmas, os verbos «am-o», «mov-o» e «vist-o», para o Português, e «am-o», «mov-eo», «defend-o» e «vist-io», para o Latim.

O que é, porém, bastante relevante é o facto de o segundo fólio da *Recopilaçam* (pp. 2 e 3) ser quase totalmente preenchido com as conjugações, apresentadas gráfica e esquematicamente, só aparecendo os sufixos modotemporais e numeropessoais, omitindo-se sempre o radical do verbo que se está a conjugar – este já está implícito na apresentação do mesmo –, de forma a que os «leitores» mais rapidamente pudessem visualizar as diferenças e semelhanças entre todas as formas, quer entre as latinas, quer entre as portuguesas, quer entre ambas. Assim, por exemplo, o «primeiro presente» das conjugações portuguesas e latinas é descrito da seguinte forma (*Ibidem*: 2-3):

Tempos	<i>Am-o</i>	<i>Mov-o</i>	<i>Vist-o</i>	<i>Am-o</i>	<i>Mov-eo</i>	<i>Defend-o</i>	<i>Vist-io</i>
Presentes	1. O as a	1. O es e	1. O es e	1. O as at	1. Eo es et	1. O is it	1. Io is it
Pluraes	âmos ais ão	êmos éis em	îmos îs em	âmus âtis ant	êmus êtis ent	imus itis unt	îmus îtis iunt

Figura 1

O mesmo acontece com todos os restantes tempos. Caso não haja algum, numa das línguas, Roboredo assinala essa omissão com o sinal ✱, como sucede, por exemplo, com o particípio presente, o supino, o gerundivo, o pretérito perfeito do conjuntivo («segundo preterito»), em Português, bem como com o Infinito Pessoal, em Latim.

Com se pode ver, Roboredo teve a intuição linguística de distinguir o radical dos sufixos, quer numeropessoais, quer modotemporais, ainda que, em ambos os casos, os não distinga entre si, por uma questão (talvez especificamente) didáctica. Não temos nenhuma informação de que outro gramático antes de Roboredo tenha procurado fazer essa mesma separação. Daí que, até novas descobertas, se possa afirmar que também aqui Roboredo foi um iniciador.

Ainda na *Recopilaçam*, Roboredo apresenta sinteticamente o mais significativo da sintaxe portuguesa e latina, que é constituída por concórdia, regência e posição.

A *Côcordia*, que succede antes da palavra, se faz entre *Sustantivo*, & *adjectivo* em *Genero*, *Numero*, & *Caso*, como *Porta alta*. E o *Relativo*, & o *Sustantivo* antecedente concordão em *Genero*, & *Numero*, como *Erat porta, quae stabit*. E o *Nominativo* concorda com o *Verbo Pessoal* em *Numero*, & *Eu*, toma as primeiras *Pessoas*, & *Tu*, as segundas (...). A *Pergunta*, & *Resposta* [sic] concordão em *Caso*, & muitas vezes em *Tempo*, *Numero*, & *Pessoa* (*Ibidem*: 1).

A regência, que se faz depois da palavra que exige determinado caso,

consiste na *Preposição* Portuguesa, *De*, que rege *Genitivo* quando per ordem direita vai entre dous *Sustantivos*, & o primeiro se se ajunta ao segundo, que o fica possuindo: & rege *Ablativo*, quando lhe precede outra palavra, ou significa separação, ou composição, como: *Esta he a syntaxe da arte. Lâçaste hum pucaro de barro da janela. Louvor, & vituperio* podem star em *Genitivo*, & *Ablativo*: como, *homem de bom ingenho; de mau costume*. E consiste na *Preposição*, *A*, que rege *Dativo*, significando aquisição, & *Accusativo* significando movimento, & *Ablativo* significando separação: como, *Socorre ao pobre: quando fores aa Igreja, pedir a Deus soccorro* (*Ibidem*).

Estes conteúdos são desenvolvidos na primeira parte do *Methodo Grammatical*, que termina na página 78 e é denominada *Exemplo Portugues, e Latino da Grammatica*. Assim, por exemplo, depois de definir *Gramática, palavra e sílaba*, refere que a

Letra he comprehensão, ou prolação de hum som indivisivel; como, A, B, C, – O qual som he ferimento de dous corpos entre si, mediante o âr; como acontece na prolação da Letra, & Palavra entre o paadar, lingua, dentes, beiços, & ar respirado. (...) As Letras se dividem em Vogaes, & Consoantes. As Vogaes em voz são cinco em todas as linguas; como na Latina, A, E, I, O, V em voz, & em figura são cinco. As mais Letras se chamão Consoantes (*Ibidem*: 64).

Na exposição da sua perspectiva sobre as regências, Roboredo apresenta casos paralelos para o Português e para o Latim, mas, na passagem seguinte, também menciona outras línguas vulgares:

O *Genitivo* na lingua Portuguesa, & outras Vulgares, sempre he regido da *Preposição*, *De*, expressa: como, *o somno he imagem da morte*: porem na Latina sempre he regido de Nome *Sustantivo*: *ut sopor lethi imago* (*Ibidem*: 73).

Especialmente importantes são as reflexões linguísticas de Roboredo na terceira parte do *Methodo Grammatical* denominada *Exemplo Latina da Frase*, particularmente no capítulo V, onde o gramático transmontano contrapõe «algũas *propriedades da Frase Latina, & Portuguesa entre si repugnantes*». Aí, e.g., Roboredo reflecte sobre a dupla negação latina e portuguesa:

He propriedade da lingua Latina duas negações em hũa Oração affirmarem; & da Portuguesa, negarem: como na sentença 127. da 2. parte [*Desinet ogganire conjux, si nil respondeas.*], tanto monta; *Se nada responderes*; como, *se não responderes nada: Si nihil respondeas*: da qual oração fica contradictoria esta; *Si non nihil respondeas*; que significa; *Se algũa cousa responderes*. Em algũas Orações comtudo concorda a Portuguesa com a Latina: como: *Não soamente não peccou, mas fez hum acto de virtude: Non solū non peccavit; sed etiam virtutis actum exercuit*: porque, *solum*, encerra em si negação de muitos (...) no adverbio, *Non*. *Não he desnecessario; não he indecente: não he inconstante*; & em semelhantes Nomes privativos, concorda a Portuguesa com a Latina (*Ibidem*: 227-228).

Entre vários casos analisados, Roboredo, por exemplo, também reflecte, numa perspectiva comparativista, sobre o comportamento linguístico das partículas expletivas latinas, que denomina ornativas, assim como sobre o dos artigos portugueses, que não existem na língua de Cícero:

A estas conjunções ornativas, *Autem, Vero, Quidem*, & outras semelhantes não responde a Portuguesa com palavra algũa: como tambem a Latina não responde com palavra algũa aos articulos (...) da Portuguesa; nem aas suas Preposições de Genitivo, & Dativo, nem ao, *Que*, quando pede infinitivo; nem a estes nomes, *Homem, hum, Hũa* quando são palavras mais ornamentaes, que demonstrativas de cousa singular, como, *hum mercador dando negocêa: Mercator largiendo negotiatur* (*Ibidem*: 229).

Muitos outros exemplos poderiam ser acrescentados, mas não nos parecem essenciais, uma vez que, quando apresentarmos as concepções linguísticas de Roboredo, teriam de ser repetidos. No entanto, não nos parece restar quaisquer dúvidas de que, pela primeira vez na história da Linguística portuguesa e europeia – não conhecemos uma análise semelhante nos restantes países da Europa –, aparece um estudo sistematizado e comparativo entre ambas as línguas, a portuguesa e a latina.

Marina Kossárik é da mesma opinião, ao afirmar, por exemplo, que,

comparando português e latim, Roboredo não se concentra nas proximidades estruturais, ligadas ao parentesco genético das duas línguas, no que difere de Duarte Nunes de Leão. A sistemática representação paralela de duas línguas (esporadicamente surge também a comparação com a grega e outras) dá-nos razões para caracterizar a obra de Roboredo como um dos primeiros exemplos de descrição linguística comparativa no próprio sentido da palavra. Na obra de Roboredo, a comparação chega a ser um objectivo pessoal, e isto constitui mais um passo em direcção à formação da tipologia de línguas, depois das gramáticas de vernáculos e de línguas exóticas, nas quais a comparação ainda está presente como modelo de descrição de uma língua com base no cânone gramatical de outra (Kossárik: 1997: 433).

Assim, em conclusão, pode afirmar-se que Amaro de Roboredo é um dos primeiros gramáticos a usar o método comparativo e, por conseguinte, pode – e deve – ser considerado, pelo menos, um dos precursores da Gramática (ou Linguística) Comparada.

4.3. Partes do Discurso

Como já referimos, o *Methodo Grammatical para todas as Linguas* está dividido em três partes, a primeira das quais dedicada maioritariamente à morfologia (Livro I e II) e, minoritariamente, à sintaxe ou composição (Livro III), quer a dita «normal», quer a figurada, encontrando-se esta última bastante desenvolvida na terceira parte. É, por isso, que principalmente na primeira parte, Roboredo analisa as «partes da oração». Ao contrário, porém, de Nebrija, que distinguia 8 partes para o Latim e 10 para o Castelhana, Roboredo considera a existência das mesmas para ambas as línguas, seguindo, assim, a coerência da universalidade linguística.

Com efeito, para o gramático transmuntano, as línguas, quer a portuguesa, quer a latina, têm apenas cinco partes. Na *Verdadeira Grammatica*: «Oração he hũa ordenada disposição de palavras, que são suas partes: & estas são cinco, Nome, Verbo, Preposição, Adverbio, Conjunção» Roboredo 1615: A 1); no *Methodo Grammatical*: «Das letras se compõem as palavras, que ou são Nomes, ou Preposições, ou Verbos,

ou Adverbios, ou Conjunções, que se dizem as cinco partes, de que a oração consta» (*Idem* 1619: 1-2); na *Porta de Linguas*:

Esta multidão assi de palavras, que vês nestas sentenças, em qualquer lingua se dividem em cinco generos, que se chamão partes da Oração. E ainda que algũs te enculquem mais, e outros menos, tu com melhor fundamento reconhecerás por partes a estas, Nomes, Preposição, Verbo, Adverbio, Conjunção (*Idem* 1623: 25);

na *Grammatica Latina*: “Esta Oração consta de cinco partes, em que a Palavra se divide; as quaes são Nome, Preposição, Verbo, Adverbio, Conjunção” (*Idem* 1625: 1).

Esta divisão das palavras ou partes da oração não segue directamente nenhum dos autores anteriores, aproximando-se, apenas ideologicamente, ao Brocense¹⁴, mas este, na edição da *Minerva* de 1562, considerava a existência de 6 partes da oração (nome, verbo, particípio, preposição, advérbio e conjunção) e, na de 1587, de apenas três (nome, verbo e partículas), ao contrário do que afirma, por exemplo, Rogelio Romeo: “Por lo que se refiere a la teoría gramatical propriamente dicha, Amaro de Roboredo, en el nivel morfológico, distingue cinco partes de la oración, a diferencia de otros gramáticos (...). Tal propuesta coincide con la que se presentara en la *Minerva*” (Romeo 2002: 6).

4.3.1. O Nome

Roboredo define o nome como “palavra participante de Numero casual com genero: como, *homo*, *ille*, *amans*” (Roboredo 1619: 65). Também na *Grammatica Latina* Roboredo apresenta uma definição morfológica de nome: “O nome he palavra, que tem Numeros, e Casos com Genero” (*Idem* 1625: 21). Esta é uma definição morfológica bas-

¹⁴ Dissemos, contudo, que havia em Roboredo uma influência ideológica de Francisco Sánchez de las Brozas e que aquele não seguia directamente nenhum autor precedente, mas pode afirmar-se que, indirecta e ideologicamente, o gramático português é influenciado pela *Minerva* de 1587, uma vez que, para além do nome e do verbo, que são comuns a ambos, Roboredo retirou as partículas (preposição, advérbio e conjunção) da classificação do Brocense e colocou a designação dessas mesmas partículas, isto é, a preposição, o advérbio e a conjunção, completando, deste modo, as cinco partes da oração.

tante antiga, pois, como refere o Brocense, já Escalígero o havia referido e ele próprio aceita essa perspectiva:

Est enim imago quaedam Nomen, qua quid noscitur. Haec Scaliger. Porro nominis finitio est per vocem numeri casualis cum genere, quae definitio propria est & perfecta: vox enim seu dictio, seu pars orationis genus proximum est, & casus est specialis differentia (Brozas 1587: 16 r.).

Pelos exemplos da primeira definição de Roboredo, pode perceber-se que o gramático transmontano engloba no «nome» os substantivos, pronomes, participípios e adjetivos (uma vez que «amans» é um participípio presente, mas tem uma morfologia idêntica aos adjetivos da 2.^a classe imparissilábicos). No entanto, a sua classificação não é assim tão simples, uma vez que, de entre os nomes, apenas considera o substantivo e o adjetivo:

Dividese o Nome em Sustantivo, & Adjectivo. Sustantivo hê (*sic*) o que significa sustancia, ou per modo de sustancia, & sustenta o Adjectivo na Oração, a qual o sustantivo per si o Verbo faz (...). Adjectivo he o que se ajunta ao Sustantivo, sem o qual não entra na Oração (...). Os Portuguezes reconhecem o Adjectivo ajuntandolhe o Sustantivo, *Cousa*, com a qual sôa bem aa orelha: como, *cousa pura*, *cousa agradável*. Nas outras linguas se pode ordenar a mesma regra (Roboredo 1619: 66).

Os substantivos ou são comuns ou próprios, que também denominou de singulares:

O Sustantivo se divide em nome Commum, & Proprio, ou Singular. Commum he o que significa hũa coisa commum a muitas singulares; como, *Cidade*, *Civitas*; *Rio*, *Fluvius*. Proprio, ou Singular he o que significa hũa sô coisa: como, *Lisbôa*, *Olyssipolis*; *Tejo*, *Tagus* (*Ibidem*).

Por outro lado, divide o adjetivo em duas modalidades, conforme a forma e o significado. Para a primeira, existem os adjetivos uniformes ou “adjetivos de hũa terminação: como, *Prudente*, *Prudens*” (*Ibidem*), e os biformes ou “adjetivos de duas terminações: como, *Todo*, *toda*, *Omnis*, & *omne*” (*Ibidem*). Nas línguas grega e latina, existem também os triformes ou “adjetivos de tres terminações: como *Altus*, *alta*, *altum*” (*Ibidem*). Relativamente à segunda modalidade, Roboredo subdivide o

adjectivo em dez espécies, consoante o significado («significação») de cada uma. Com efeito, para Roboredo existem as seguintes dez espécies de adjectivos: Pronomes, participípios, interrogativos, relativos, partitivos, numerais, possessivos, positivos, comparativos e superlativos.

Assim, para o gramático transmontano seiscentista, o pronome

he nome Adjectivo, do qual usamos em lugar do Sustantivo Singular, ou Proprio; como são: *Hic, Iste, Ille, Ipse, Is*, que são Primitivos, & irregulares: outros são Derivados, como *Idem, Meus, Tuus, Suus, Noster, Vester, Nostras, Vestras*. Mas *Ego, Tu, Sui* são Pronomes Sustantivos, Primitivos, & irregulares (*Ibidem*: 67).

O Participípio também é, para Roboredo, um adjectivo, mas derivado do verbo, que, em determinadas línguas, como na portuguesa e latina, tem tempo. Por isso,

o Participípio activo rege o caso do seu Verbo: como, *Amans, Amaturus: Movens, Moturus*. O Participípio passivo, nenhũa regencia admite, assi como o Verbo passivo de que se deriva nenhũa admite: como, *Amatus, Amandus: Motus, Movendus*. Porem na Latina estas terminações. *Di, Dum, Do* [gerundivo] formadas do Participípio passivo, teem actividade, & por consequente regencia (*Ibidem*).

No adjectivo interrogativo enquadra Roboredo os pronomes interrogativos e, por isso, define-o como “o Adjectivo com que perguntamos: como, *Qualis, Quantus, Quot, Quotus, Uter, Quis, Nunquis*, & outros compostos” (*Ibidem*).

Também Roboredo classifica o relativo como um adjectivo, apresenta-o como “o Adjectivo que refere Sustantivo, ou cousa passada, ou supposta: como, *Qui, Hic, Iste, Ille, Ipse, Is, Idem*” (*Ibidem*). Não deixa, porém, de ser curiosa a integração de alguns deícticos (pronomes / adjectivos demonstrativos) nos relativos, uma vez que, de facto, se referem a factos passados ou supostos, principalmente numa dêixis anafórica ou mostração textual.

Quanto ao partitivo, diz Roboredo tratar-se de um “Adjectivo que significa partição entre cousas: como, *Nemo, Uter, Ullus, Quis*, & muitos compostos destes: como *Nullus, Neuter, Ecquis, &c.*” (*Ibidem*).

O numeral, por sua vez, é, para o gramático transmontano, “o adjectivo, porque contamos: o qual ou he Cardinal: como *Unus, Duo, Tres*, & *tria* &c. ou he Ordinal: como *Primus, Secundus*, &c. ou he Distributivo: como *Singuli, ae, a: Bini, ae, a: Terni, ae, a* &c.” (*Ibidem*).

O adjectivo possessivo é, para Roboredo, não só o pronome/determinante possessivo, mas também o «adjectivo» que determina a origem, isto é, o “Adjectivo, com que significamos cousa possuida do Nome Primitivo, donde se deriva: como de, *Pater, Paternus*: de *Mater Maternus*, &c. de *Mei, Tui, Sui*, se derivão, *Meus, Tuus, Suus*” (*Ibidem*). Roboredo também considera na espécie dos possessivos

os Adjectivos, que significação materia, da qual se faz algũa cousa: como, de *Argentum, Argenteus*: de *Lignum, Ligneus, & Lignarius* &c.. E pertencem os Adjectivos Patrios: como, de *Lusitania, Lusitanus*: de *Hispania, Hispanus*: de *Italia, Italus*. E para significar cousas dos taes Reinos: como, *Lusitanicus, Hispanicus, Italicus*, &c.. E os Patronimicos: como, de *Peneus, Peneius* &c. *E Nostras, Vestras, Cuias* (*Ibidem*).

Por último, Roboredo ainda considera os graus dos adjectivos de entre as espécies destes. Assim, existem, em Português, o Positivo e o Superlativo e, em Latim, mais o Comparativo. No entanto, também acrescenta que nem todos os «seus» adjectivos podem ter comparativo e superlativo, referindo-se aos pronomes, interrogativos, relativos, partitivos, numerais e possessivos, “cuja significação não recebe augmento, ou diminuição” (*Ibidem*: 68).

Em síntese, pode esquematizar-se a divisão que Roboredo apresenta do nome (substantivo e adjectivo), nas várias obras, da forma que se apresenta na Figura 2 (ver página seguinte).

No entanto, Roboredo não especifica os valores semânticos que distinguem os substantivos dos adjectivos, como o Brocense havia feito, mas apenas a relevância sintáctica destes, ao afirmar, por exemplo, que

tem o Substantivo (*sic*) esta propriedade, que pode per si entrar na Oração sem Adjectivo; e o Adjectivo tem a contraria, que não pode entrar na Oração sem ir junto ao Substantivo declarado, ou enjêdiço de fora. De modo que o Substantivo he o fundamento, e principio da Oração (*Idem* 1625: 23).

Ainda sobre o nome, importa salientar o facto de, para o gramático transmontano, este ter, quer em Latim, quer em Português, seis casos (nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo). Quanto ao Grego, há uma breve referência marginal onde diz que “o Grego não

Parte da Oração	Divisão	Espécie	
«Nome»	«Sustantivo»	– «Commum» – «Proprio» ou «Singular»	
	«Adjectivo»	F O R M A	– «hũa terminação» – «duas terminações» – «tres terminações»
		S I G N I F I C A Ç Õ E S	– «Pronome» – «Participio» – «Interrogativo» – «Relativo» – «Partitivo» – «Numeral»: «Cardinal» «Ordinal» «Distributivo» – «Possessivo» «donde se deriva» da «Materia» «Patrios» de «Reinos» «Patronímicos» – «Positivo» – «Comparativo» (não há em Português) – «Superlativo»

Figura 2

carece¹⁵ de Abl.” (*Idem* 1619: 65). Esta citação é bastante indiciadora das influências sofridas pelo gramático seiscentista: Francisco Sánchez de las Brozas era de opinião que o Grego tinha de ter o sexto caso, ou ablativo, porque não seria possível com o terceiro caso, ou dativo, significar o preço, nem a matéria, nem o lugar:

Sed quoniam haec casuum partitio naturalis est; in omni item idiomate tot casus reperiri fuerit necesse, quare contra universum grammaticorum coetum Graecos sexto casu non carere, contendo. Primo enim in omni idiomate dativus

¹⁵ Significado etimológico do verbo latino *careo*, *-es*, *-ere*, *-ui*, *-iturus* («estar livre de, estar privado de...»).

acquisitioni tantum deseruit. Per illum igitur pretium, materiam, locum, & multa alia non significabimus. Deinde si Graecis non esset sextus casus, unde Latini, Penelope, Parasceue, Grammatice, in sextu casu dicerent? (Brozas 1587: 17r.).

Quanto ao facto de Roboredo considerar a existência, em Português, dos seis casos e todos com a mesma terminação, no mesmo número, Roboredo justifica-o com o valor/significado dos casos e com o exemplo do Hebraico, que, sendo uma língua antiga, já mantinha essa uniformização casual:

Caso he special differença do Nome. Chamase Caso, que he queda, que o Nome dà do seu direito assento (...). E são estes Casos assi chamados seis, naturalmente necessarios para declarar os varios conceitos do animo. Desta differença de Numeros, & Casos, nasce a Declinação do Nome: a qual não he mais que hum apartamento, que elle de seu direito assento pelos Casos abaixo (...). As ultimas syllabas dos Casos em cada Numero são semelhantes em muitas linguas, principalmête vulgares, & Hebraea; porem na Latina, & Grega não são semelhantes em todos os casos, senão em algũs (Roboredo 1619: 65-66).

No entanto, também neste caso parece haver uma influência clara do Brocense, uma vez que este defendeu a existência de seis funções semânticas universais correspondentes aos seis casos das declinações:

In omni porro nomine natura sex partes constituit. Primum ipsam nomenclaturam, cui merito datus est rectus, qui vere nomen est: reliqui, ut censet Aristoteles, non sunt nomina, sed casus nominis. Deinde quid generet aut possideat. Tertio cui fini vel operi destinetur. Quarto in quem finem tendat actio. Quinto vocandi officium. Postremo modum, in quo causas & instrumentum collocamus. Hic est sextus casus (...). Sed quoniam haec casuum partitio naturalis est; in omni item idiomate tot casus reperiri fuerit necesse (Brozas 1587: 16v.-17r.).

Por isso, não nos parece ter razão Cardoso quando refere que Roboredo declinou os nomes (substantivos e adjetivos) portugueses por questões didáticas e para, mais facilmente, os alunos aprenderem as declinações e as regências verbais latinas: “Este recurso lógico-funcional é importante para o aprendente do Português e do Latim reconhecer os termos da oração e o regime do verbo” (Cardoso 1999: 94).

O número das declinações é, todavia, diferente nas línguas portuguesa e latina, pois, enquanto aquela tem apenas três, cujas termina-

ções são, no singular, -o, -a, -e, e, no plural, -os, -as, -es, para todos os seis casos, e cujos paradigmas são «alt-o», «alt-a» e «torr-e», e «palmo» (Roboredo 1619: 2-3), «palma» e «vide» (*Ibidem: Recopilaçam*, 1), já a língua do Lácio apresenta as cinco tradicionais. Os géneros também diferem em ambas as línguas, uma vez que as duas têm o masculino e feminino, mas o Latim acrescenta o neutro.

4.3.2. O Verbo

Para Amaro de Roboredo, o verbo é a segunda parte da oração mais importante, pois sem ele não há oração, ou seja, a construção normal de uma frase é aquela que tem um nome em nominativo e o respectivo verbo (pessoal). Por exemplo, na *Grammatica Latina*, Roboredo refere que

o fundamento da Oração he o Substantivo (*sic*) que se, porá em Nominativo, como principio della; o qual Nominativo quer o Verbo Pessoal per Concordia antes de si (...). E nas primeiras, e segundas Pessoas do Verbo por não admittirem outros Nominativos senão *Ego, Tu, Nos, Vos*, de ordinario se calão (...). E em algũas terceiras Pessoas algũas vezes se cala: como nestas, *Aiunt, Dicunt, Ferunt* (...), nas quaes se entende, *homines*; per figura *Ellipse*. (...) E nestas Pessoas *Pluit, Ningit, Grandinat, Tonat, Fulminat* (...), se cala o Nominativo, que pode ser *Deus, Natura*, ou *Tempus*, ou *Temperies*: ou outro metaforico (...). De modo que não se dará Oração sem Nominativo declarado, ou entendido de fora per figura, *Ellipse* (*Idem* 1625: 89-91).

No entanto, a definição roborediana de verbo apenas apresenta características morfológicas e não sintáticas. Com efeito, para o gramático transmontano, o verbo

he palavra, que tem Numeros, & Pessoas verbaes com tẽpo. Pessoa, ou rosto do Verbo, he special differença do Verbo. São as Pessoas tres em cada Numero: como, *Amo, amas, amat*. Pl. *Amamus, amatis, amant*. Da differença de Numeros, & Pessoas com tempo nasce a Conjugação do Verbo, a qual não he mais que hum Ajuntamento, ou adaequação do verbo com seus rostos: como acontece ajuntando este Verbo *Amo*; a estas pessoas, ou rostos, *as, at, amus, atis, ant* &c. E para esta adaequação servem os Preteritos nas Artes (*Idem* 1619: 68-69).

A primeira sub-divisão que Roboredo faz do verbo é entre o passivo, que, para o próprio, não existe em Português, mas é suprido por

perífrases («rodeios»), isto é, com o verbo «sum» acrescido do participio passado do verbo principal, e o verbo activo. Com efeito, para o gramático seiscentista transmontano, “o Verbo, ou he Activo, ou Passivo. Na Portuguesa não ha mais voz Passiva, que o Participio, & Gerundio em, *Do*” (*Ibidem*: 13). No Livro III da primeira parte do *Methodo Grammatical*, Roboredo especifica que não é só a língua portuguesa que não tem voz passiva, mas todas as vulgares que ele conhecia:

Nas linguas vulgares, de que temos noticia, não ha Verbos Passivos: mas ha Participios Passivos, com os quaes, & com o Verbo Sustântivo, *Sum*, se suprem as Vozes Passivas; como em Português. *Amado*, ajuntase ao Verbo, *Sou*, assi; *Sou amado*; *Fui amado*; *Serei amado* &c. Semelhantes rodeios se fazem com estes Accusativos, *Me*, *Te*, *Se*, *Nos*, *Vos*, *Se*, junto aas vozes Activas; como, *Movome*, *Moveste*, *Move*, *Movemonos*, *Moveisvos*, *Movemse*; & assi nos mais tempos; mas nas terceiras Pessoas (*Ibidem*: 69).

Roboredo acrescenta, ainda, que o uso de um verbo activo acrescido do pronome pessoal em acusativo «se» se deve, primeiro, a faltarem formas verbais passivas e, segundo, à necessidade de se interpretarem os tempos de outras línguas, tendo como consequência o facto de impessoalizar/indeterminar o sujeito/agente da acção ou, noutros casos, fazer recair a acção sobre o próprio agente, sendo, portanto, o agente e o paciente a mesma pessoa:

Para supprirmos esta falta, & interpretarmos os tempos de outras linguas, usamos hum rodeio de terceiras pessoas passivas feito das activas, & do Accusativo, *Se*, como *movia se* (*sic*), *movera se*, *elle se movesse*, *mova se* &c. Por este rodeio se significa, ou o mesmo agente do verbo, que redobra sobre si, ou outro em commum, & confuso, que responde aos Impessoaes dos Grammaticos; como, *affirmava se que vinheis a esta cidade* (*Ibidem*: 32-33).

No entanto, à margem desta dupla classificação, isto é, a distinção entre os verbos passivos e activos, Roboredo acrescenta uma excepção. Com efeito, o verbo «sou» / «sum» é apresentado como verbo substantivo, irregular, não integrando nenhuma das outras categorias ou espécies (activo ou passivo), e é o fundamento de todos os verbos: “Este Verbo, *Sum*, he como fundamento de todos (...). He irregular; & significa sustancialmente, *ser*, ou *star*” (*Ibidem*: 30). Já o Brocense havia referido, *mutatis mutandis*, o mesmo:

Fundamentum, sive radix omnium verborum est verbum substantivum, quod Graece φύω latine Fuo, vel Fio dicitur. Et φύω quidem a φύσις, id est, natura, dici certum est, nisi mavis a φύω φύσις, & verbum ἐσί, Latinis, Est, & εἰμί Sum. Apte, & vere verbum est substantivum (Brozas 1587: 129v.).

Assim, os verbos activos “todos regem Accusativo” (Roboredo 1625: 67), segundo o gramático transmontano, e caracterizam-se por «traspassar» a sua actividade em substantivos, presentes ou ocultos (elididos), em acusativo. Os passivos, pelo contrário, não têm qualquer actividade, mas «padecimento» do nome em nominativo:

Nas linguas scholasticas dividese o verbo em Activo, & Passivo. Activo he o Verbo que de si lança actividade para algum Accusativo: como, *Amo literas; Ars imitatur Naturam*. Passivo he o Verbo, que não tem actividade algũa: antes padece o Nominativo, que concorda com elle; como, *Literae Amantur* (*Idem* 1619: 69).

Estas designações, apesar de serem fortemente influenciadas pelo Brocense, vão ser ligeiramente «modificadas» ou complementadas com a nomenclatura, já utilizada por Nebrija, de verbos «transitivos» e «intransitivos». Com efeito, para Roboredo, os

Verbos, que se dizem, *Transitivos*, são os que somente formão voz passiva, na qual se tomará para Nominativo, o que na voz activa tinha por Accusativo; como, *Virtus domat omnia; Omnia domantur a virtute*; ficando o Nominativo da activa em Ablativo com Preposição *A*, ou *Ab* (*Idem* 1625: 68).

Quanto aos intransitivos, Roboredo refere que se trata quer daqueles que não têm acusativo expresso, mas subentendido «dentro de si» (acusativo interno), os que fazem coincidir o agente e o paciente, isto é, que têm como acusativo os pronomes pessoais «me», «te», «se», «nos», «vos», «se», uma vez que, na língua latina, é incorrecto utilizá-los e, por isso, é como se não existissem, quer de alguns na voz passiva na terceira pessoa do singular (impessoais):

Ludo ludum; Curro cursum; Vivo vitam. Mostrão os Verbos que não regem outro Accusativo mais que o interior que dentro de si trazem, o qual por ser tam certo ainda que se não declare não suspende o entendimento; porque logo se entende; nem se costuma declarar, se não quando lhe ajuntamos a qualidade de algum Adjectivo: como, *Inanem Ludimus ludum; Velocem currimus cursum: Amaram vivimus vitam*. Estes Verbos se dizem, *Intransitivos*, dos quaes se achão algũas

terceiras Pessoas passivas de singular; como, *Curritur, Vivitur, Itur, Statur, Pugnatur*, &c. (...). Eu me apresso; *Festino*; Eu me inclino, *Vergo*. Eu me acostumo, *Assuesco*. Mostrão os Verbos que não admittem outro Accusativo mais que *Me, Te, Se, Nos, Vos, Se*, os quaes tambem se dizem, *Intransitivos*. E porque o Accusativo nunqua se declara na Latina he como se não tiveram nenhum (*Ibidem*: 68-69).

No entanto, a designação principal, que aparece nos vários livros, é a de verbos activos e passivos, acrescidos ao verbo substantivo «sum» / «sou». Esta classificação, mais uma vez, é influenciada pela *Minerva* de 1587 do Brocense, que só admitia a existência dos verbos activos, passivos e do verbo substantivo. Francisco Sánchez, nesta divisão, fora influenciado por Escalígero, como afirmou:

Grammatici nescio quo errore inducti verba omnia in quinque genera diviserunt, Activum, Passivum, Neutrum, Commune, Deponēs. Nobis autem, inquit Caesar Scaliger, satis sit universum verborum ambitum in duo dividere, quae actionem & passionem significant: quemadmodum horum utrumque ad unum quippe ad ipsum EST, quod est utriusque radix et fundamentum. Hanc Scaligeri rationem sic confirmare possumus. Philosophia, id est recta & incorrupta judicandi ratio nullum concedit medium inter agere, & pati. Omnis namque motus aut actio est, aut passio (Brozas 1587: 89r-89v).

Um dos gramáticos que aqui é criticado – talvez indirectamente – é o Jesuíta Manuel Álvares – não sabemos se o Brocense conhecia a sua obra ou não –, que, à semelhança de Nebrija, dividia os verbos em activo, passivo, neutro, comum e depoente.

Roboredo ainda subdivide os verbos activos em duas categorias, consoante a «casta» do(s) acusativo(s), isto é, conforme se trate de um acusativo exterior (construção normal) ou se trate de um acusativo certo ou interior, denominando-os de Activos Incertos ou Vários e de Activos Certos:

Dos Verbos Activos, hūs traspassão sua actividade em varios Accusativos, dos quaes, se se não declarar algum, logo a significação destes Verbos suspende a orelha, ou o entendimento, como hũa oração imperfeita: exemplos são, *Amo, Movo, Defendo*, &c. porque importa accrescentar a cousa, que amo, a cousa que movo, a que defendo. Estes Verbos se podem chamar Activos incertos, ou varios. Outros infundem sua actividade em hum soo Accusativo tam certo, que dentro de si o incluem. Donde ainda que o tal Accusativo se não declare, não suspende a orelha, ou entendimento sua significação: porque he facil de entender seu

Accusativo: como, *Curro, Vivo* &c. pois sta claro, que o que se corre he a carreira; o que se vive, a vida. Porem se quisermos declarar o Accusativo qualificado com adjectivo bem o admite a orelha: como, *Brevem currimus cursum: Miseram vivimus vitam*. Estes verbos, que muitos chamão Neutros, se podem dizer Activos certos, por amor da certeza de seu Accusativo (Roboredo 1619: 69).

Por outro lado, existe uma outra espécie de verbos activos, somente nas línguas clássicas («escholasticas»), “os quaes Verbos tendo voz Passiva, & lançando de si actividade, se chamão Activos Depoentes, deposta, ou deixada a significação Passiva, que algum tempo tiveram debaixo da mesma Voz” (*Ibidem*: 70).

Na *Grammatica Latina*, publicada seis anos mais tarde, Roboredo vai apresentar algumas alterações a estas designações. Com efeito, os Activos Incertos são aí também designados de verbos Transitivos e os Activos Certos, de Intransitivos. Também na *Gramática Latina* apresenta uma classe de verbos que tinha «esquecido» no *Methodo*, isto é, os defectivos, por lhe faltarem algumas das formas conjugáveis (cf. *Idem* 1625: 53-54 e 67-69).

Roboredo também declara que os verbos, quer na voz activa, quer na passiva, podem ser pessoais e impessoais:

Assi os Verbos Activos, como os Passivos se dividem em Verbos Pessoaes, que teem Pessoas; como, *Amas, Iuvat, Taedet* &c E em Verbos Impessoaes, que não teem tempos, nem Numeros, nem Pessoas distinctas: mas todos os Tempos, Numeros, & Pessoas confusas, & encerradas em hũa Voz; como *Amare, Amari, Amaturn, Amando; Taedere, Taiduisse*, &c. (*Idem* 1619: 69).

Em síntese, pode esquematizar-se a classificação do verbo, em Roboredo, da seguinte forma:

Parte da Oração	Espécie	Divisão	Variedades
«VERBO»	«ACTIVO»	Pessoal	– Incerto ou Vário ou Transitivo – Certo ou Intransitivo – Depoente
		Impessoal	– Incerto ou Vário ou Transitivo – Certo ou Intransitivo
	«PASSIVO»	Pessoal Impessoal	
	«SUSTANTIVO»		

Figura 3

Um outro aspecto importante do verbo no gramático transmontano diz respeito às conjugações, pois distingue três conjugações para o Português das quatro latinas. Com efeito, para Roboredo, a língua portuguesa tem conjugações cujos paradigmas são *amar*, *mover* e *vestir*, ou seja, de tema em *a*, em *e* e em *i*, integrando os verbos de tema em consoante latinos na segunda conjugação portuguesa:

Na lingua Portuguesa ha tres conjugações. & quatro na Latina: as quaes conjugações se differencião pelas segundas pessoas dos primeiros presentes; & tambem pelos Infinitivos se differencião as ultimas Conjugações (*Ibidem*: 13).

A partir desta citação já se pode apreender que Roboredo vai encetar a introdução de algumas diferenças de nomenclatura em relação aos tempos e modos verbais, pois refere a segunda pessoa do singular do primeiro presente. De facto, o gramático transmontano entende que não existem modos verbais, à semelhança do Brocense, e apresenta os tempos com base numa descrição numérica. Com efeito, o Brocense, na senda de Pierre de la Ramée e Escalígero, já na primeira edição da *Minerva* referiu que

el modo no es un atributo del verbo, ni toca la naturaleza de los verbos (...). La doctrina de los modos es inútil (...). Pierre de la Ramée, que estableció sólo tiempos en la conjugación, al que seguimos, en *Scholis Grammaticis*, ataca con más amplitud la doctrina de los modos (Brozas 1981: 18).

Também na edição de 1587 reitera a sua posição ideológica:

Modus in verbis, quae species vocatur a Varrone, non attingit verbi naturam, ideo verborum attributum non est (...) Viderat hoc Caesar Scaliger, quum dixit: Modus in verbis non fuit necessarius (*Idem* 1587: 30 v.).

Assim, quanto aos tempos, Roboredo apresenta uma posição ligeiramente diferente da do Brocense, uma vez que o imperativo é classificado como «mandativo» pelo transmontano e como terceiro futuro pelo gramático cacerenho. Este também não apresenta o infinitivo pessoal, porque só existe em Português, “que segue o 2. fut.” (Roboredo 1619: «Recopilaçam», 2). Com efeito, para o professor salmantino, existiam, na totalidade, onze tempos verbais, de entre os

finitos ou pessoais: dois presentes, dois imperfeitos; dois perfeitos; dois mais-que-perfeitos e três futuros:

Tempora finiti verbi natura tria sunt. Sed differentias undecim ficamos, duas praesentis ut amo, amem: duas infecti: ut amabam, amarem: duas perfecti. Ut, amavi, amaverim, duas plusquam perfecti. Ut amaveram amavissem. Tres futuri: ut amabo, amavero. Ama vel amato (Brozas 1587: 31r.-31v.).

Roboredo prefere, por sua vez, apresentar os tempos em correlação com a «cabeça», isto é, com o presente, pretérito e supino (para o Latim).

Com efeito, para o gramático de Algosó, a “primeira cabeça (...) contem sette tempos, dous Participios, e tres Gerundios” (Roboredo 1625: 32). Assim, os tempos da primeira «cabeça» são: primeiro (*amo-amo*) e segundo presente (*ame-amem*); primeiro (*amava-amabam*) e segundo imperfeito (*amaria, amara e amasse-amarem*); primeiro futuro (*amarei-amabo*); mandativo (*ama-ama vel amato*); e infinitivo (*amar-amare*).

Quanto à “segunda cabeça, que he o primeiro Preterito perfeito” (*Idem* 1619: 15), “contem cinco tempos e hum Infinitivo” (*Idem* 1625: 35), a saber: primeiro (*amei, tenho e tive amado-amavi*) e segundo pretérito (*tenha amado-amaverim*); segundo futuro (*amar, tiver e terei amado-amavero*); primeiro (*amara e tinha amado-amaveram*) e segundo «plusquam perfeito» (*amasse, teria, tivera e tivesse amado-amavissem*); e segundo infinitivo (*ter amado-amavisse*).

Assim, descontando os dois infinitivos, restam, na totalidade, onze tempos [seis na primeira série («cabeça») e cinco na segunda], mantendo-se, portanto, o mesmo número que na classificação do Brocense.

Todavia, na *Grammatica Latina*, Roboredo já apresenta uma denominação parcialmente diferente no respeitante aos tempos da segunda série («cabeça»). Assim, o primeiro e segundo perfeito passam a denominar-se primeiro e segundo «tempo Preterito perfeito»; o segundo futuro denomina-se «segundo tempo Futuro perfeito»; o primeiro e segundo «plusquam perfeito» passam a primeiro e segundo «tempo Preterito mais que perfeito» (*Ibidem*: 35-37), aproximando-se das designações mais actuais.

Roboredo teve a percepção/intuição linguística da existência do infinitivo pessoal na única língua do mundo, o Português. Pensamos tratar-se do primeiro a fazê-lo, pois não encontrámos nenhuma referência a esse infinitivo em gramáticos anteriores. Roboredo, apesar das grandes semelhanças do infinitivo pessoal com o segundo futuro, descobriu também verbos em que essas semelhanças não existem:

Tem finalmente a Portuguesa hum Infinitivo que o uso corrompendoo fez pessoal. & delle carecem as linguas, de que tenho noticia, *Como eu amar, tu amares, elle amar*. Pl. *Nos amarmos vos amardes, elles amarem*; he semelhante ao segundo futuro: mas em algũs verbos não; *como eu dizer, tu dizeres, &c. Eu fazer, tu fazeres, elle fazer. De nos fazermos arte Portuguesa resultará proveito na Republica*: o segundo futuro he; *eu fizer, tu fizeres, elle fezer (sic), &c. Eu disser, &c. (Idem 1619: 33).*

4.3.3. A Preposição

Para Roboredo, a preposição “he palavra, que carece de Numeros, & rege Casos, a que se antepõï; & faz composição com outra palavra; como, *Incidit in foveam, quam struxit*” (*Ibidem*: 68). Esta definição é quase uma tradução da do Broncense, que referiu ser a proposição uma “*vox expers numeri, quae casibus praeponitur, & in compositione reperitur. Proprium itaque est praepositionis ante ire casum nominis*” (Brozas 1587: 146v.-147r.).

No entanto, mais uma vez, o gramático transmontano observou que, em determinadas línguas, ao contrário do Latim, havia preposições a reger casos diferentes dos acusativos e ablativos, como era o caso do Português e do Grego clássico. Com efeito, para Roboredo, “em algũas linguas ha tambem Preposições, que regem Genitivo, & Dativo; como na Portuguesa, & Grega; mas na Latina regem soamente Accusativo, & Ablativo” (Roboredo 1619: 68).

As preposições portuguesas mais multifacetadas são o «de» e o «a», uma vez que podem reger casos distintos e, assim, ter significados diversos. A preposição

De, rege Genit. quando per ordem direita vai entre dous Sustantivos, & o primeiro se une com o segundo q̃ fica possuidor do primeiro: & rege Ablativo, quando significamos separação, ou cõposição. Porem, *A*, rege Dativo com aquisição: Accusativo com movimento: Ablativo com separação (*Ibidem*: 47).

Roboredo tem sempre o cuidado de contrapor as preposições portuguesas às latinas correspondentes e acrescentar a construção sintáctica que se lhe afigura mais correcta. No entanto, por exemplo, ao «de», quando rege genitivo, não corresponde nenhuma preposição latina, mas simplesmente um substantivo em genitivo para significar o ser possuído:

Quando a Preposição, *De*, rege Genitivo não lhe respõde a Latina cõ letra algũa; & assi na Latina fica o Genit. de possuidor regido do Sustantivo possuido, como fica mostrado (*Ibidem*: 48).

Por outro lado, muitas vezes, ou na língua portuguesa, ou na latina, dá-se uma elipse da preposição, o que, para Roboredo, não significa que ela não exista. Assim, por exemplo,

a *distancia*, *Medida*, & *Tempo*, se usão em Accusativo regido de preposição calada; como, *Dista tres passos: sobresta tres côvados: screvi duas horas* (*Ibidem*: 51).

Também, por exemplo, a preposição «com», introdutora de um complemento de instrumento, usa-se sempre em Português e elide-se em Latim, etc.:

Entre as Preposições, que regem Ablativo, ha estas mui repetidas na pratica Portuguesa, na qual sempre se declara *Com*, antes do instrumento; & na latina quasi sempre se cala: como, *Screvo com a pena: Scribo calamo* (*Ibidem*).

4.3.4. O Advérbio

Para Roboredo, o advérbio é uma das cinco partes da oração e

carece de Numero, & Regencia, & altera as outras palavras, a que se ajunta (...). Chamase Advérbio porque principalmente se ajunta ao Verbo, & tambem ao Adjectivo, & Advérbio: como, *Admodum prudens primum quaerit Deum cito mane* (*Ibidem*: 70).

No entanto, quando, por derivação imprópria, “tomado em lugar de Nome pode reger caso: como, *Satis Verborum*” (*Ibidem*). Todavia, na terceira parte do *Methodo Grammatical*, Roboredo apresenta outros «advérbios» que regem genitivo:

Adverbio com caso se toma em lugar de Nome; como são, *Satis, Abunde, Assatim, Parim, Instar, Ergo, Grego, id est, opere, pro causa*, aos quaes se ajunta Genitivo; & a, *Ubi, Ubinam, Minime*, & outros se ajunta, *Gentium* (*Ibidem*: 196).

Roboredo ainda considera que há outros advérbios que, por elipse, como salientara o Brocense, podem reger os vários casos, nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo:

Per figura, *Ellipse*, se ajunta Nominativo, ou Accusativo a estes advérbios, *En, Ecce*. E Genitivo, & Accusativo, a *Pridie, Postridie*. E Nominativo, Accusativo, Vocativo a, *O Heu, Proh*. E Dativo a, *Hei, Heu, Vae*. E Accusativo a, *Propius, Proxime*, calada, ou declarada a Preposição *Ad*. E Accusativo, & Ablativo a *Abhinc, ut Abhinc duos annos. sc. ante duos annos: Abhinc duobus annis. sc. in duobus annis* (*Ibidem*).

O gramático transmuntano divide, sinteticamente, os advérbios em duas categorias ou espécies, os que significam acções interiores e os que significam acções exteriores.

Na primeira, estão as palavras que habitualmente são denominadas de interjeições, como tinham afimado vários gramáticos anteriores, especialmente o Brocense e Dionísio da Trácia, o primeiro gramático de língua grega. No entanto, Roboredo diz que as interjeições não podem figurar aí, porque a representação dos gemidos e suspiros não cabe nas gramáticas, uma vez que pertence a todas as línguas:

Os q̃ significão acções interiores q̃ os Grãmaticos chamão, *Interjeições, ou interposições, entre as palavras*, como signaes naturaes do animo, não entrão em arte; porque os suspiros ou gemidos de cada hum servem em todas as linguas. Porem usamos na Latina de algũs destes sinaes (*sic*), que os Latinos nos deixaram. Como de admiração, *Papae, Hui, E, vah*; de fastio, *Ohe, Phy, Apage, Apagesis*: de alegria, *Evax, Io, O*; de dor, *Heu, Hei, Hoi, Ah, O*; de temor, *Oh, Atat, Hei*: de desejar, *Utinam, O, Osi, sic*: de amoestação, *Eia, Age, Sodes*: de riso, *Ha, ha, he: de O, Pro*: de ameaços, *Vae*: de zombaria ironica: *Hui, Vah, Oh*: de chamar, *Heus, Hem, Eho, Ehodum*: de aprovação, *Euge*: de afago: *Sodes*: de silencio: *Av, St*: de rogos brandos, *Quaeso, Obsecro, Amabo &c.* (*Ibidem*: 194).

Esta tese é directamente influenciada pelo Brocense, uma vez que este também afirmara que

Graeci, quas nos vocamus interiectiones, inter adverbia connumerant. Mihi sunt foni inarticulati, & naturales; ideo inter partes orationis non adnumeravi. Haec

sunt huiusmodi: Apage! phy! vae! papae! vah! o! osi! ei, hei! eu, heu. At at, au st, pro, proh, hahahe, euge (Brozas 1587: 43 r. - 43 v.).

Já anteriormente o Brocense defendera que

interiectionem non esse partem orationis sic ostendo. Quod naturale est, idem est apud omnes. Sed gemitus & signa laetitiae idem sunt apud omnes: sunt igitur naturales. Si vero naturales: non sunt partes orationis (*Ibidem*: 11 r.).

Na segunda espécie, a dos que significam acções exteriores, Roboredo apresenta os advérbios de quantidade (permanente, temporal e numeral), relação (ordem, repetição, semelhança, diversidade e comparação), qualidade (modo, de acrescentar, diminuir, apressar, juntar, dividir e excluir), acção e paixão (perguntar, responder, afirmar confirmar, negar, mostrar e duvidar) e lugar (onde, donde, para onde, por onde e «escontra que parte») (Roboredo 1619: 194-196).

Assim, em síntese, podem esquematizar-se as significações adverbiais, para Roboredo, do seguinte modo:

Advérbios	Espécies	Significações	Alguns Exemplos
Acção Interior	Interjeições ou Interposições	– Admiração – Fastio – Alegria – Dor – Temor – Desejo – Admoestação – Riso – Ameaça – Zombaria Irónica – Chamamento – Aprovação – Afago – Silêncio – Rogos Brandos	– <i>Papae, Hui, E vah</i> – <i>Ohe, Phy, Apage</i> – <i>Evax, Io, O</i> – <i>Heu, Hei, Ah, O</i> – <i>Oh, Atat, Hei</i> – <i>Utinam, Osi, O</i> – <i>Eia, Age, Sodes</i> – <i>Ha, ha, He</i> – <i>Vae</i> – <i>Hui, Vah, Oh</i> – <i>Heus, Hem, Eho</i> – <i>Euge</i> – <i>Sodes</i> – <i>Av, St</i> – <i>Quaesio, Obsecro</i>
Acção Exterior	– Quantidade	– Permanente – Tempo – Numeral	– <i>Late, Satis, Nimis</i> – <i>Hodie, Heri, Cras</i> – <i>Semel, Bis, Ter</i>

Acção Exterior	– Relação	– Ordem – Repetição – Semelhança – Diversidade – Comparação	– <i>Primum, Deinde</i> – <i>Rursus, Iterum</i> – <i>Uti, Velut, Sic</i> – <i>Aliter, Secus</i> – <i>Magis, Minus</i>
	– Qualidade	– Qualidade (modo) – Acrescentar – Diminuir – Apressar – Juntar – Dividir – Excluir	– <i>Bene, Docte, Forte</i> – <i>Valde, Prorsus</i> – <i>Vix, Paulatim</i> – <i>Statim, Subito</i> – <i>Simul, Pariter</i> – <i>Bipartito, Bifarim</i> – <i>Solum, Tantum</i>
	– Acção e Paixão	– Perguntar – Responder – Afirmar – Confirmar – Negar – Mostrar – Duvidar	– <i>Cur? Quare? An?</i> – <i>Etiam, Maxime</i> – <i>Certe, Quidem</i> – <i>Plane, Omnino</i> – <i>Non, Haud, Ne</i> – <i>En, Ecce</i> – <i>Forsan, Fortasse</i>
	– Lugar	– Onde – Onde – Para Onde – Por Onde – «Escontra que parte»	– <i>Ubi, Hic, Illic</i> – <i>Unde, Hinc, Illinc</i> – <i>Quo, Huc, Illuc</i> – <i>Qua, Hac, Illac</i> – <i>Quorsum, Sursum</i>

Figura 4

Todavia, os exemplos apresentados não deixam quaisquer dúvidas de que Roboredo apenas se interessou em sistematizar os advérbios latinos e não os de língua materna, ainda que, nas 187 frases finais do *Methodo Grammatical*, apresente alguns, se bem que não estejam analisados, mas apenas traduzidos (cf. *Ibidem*: 206-227).

Feito esse levantamento, apenas um advérbio, «não», sobressai pela sua frequência, pois aparece em 48 frases (13, 14, 19, 29, 30, 31, 32, 38, 40, 41, 45, 46, 50, 55, 57, 59, 64, 66, 73, 75, 76, 83, 87, 100, 103, 113, 119, 123, 126, 127, 131, 137, 139, 141, 142, 145, 148, 150, 152, 158, 171, 174, 176, 177, 178, 181, 183, 186); «mais», sozinho ou conjugado com outros advérbios, aparece em 8 frases (32, 45, 60, 67, 120, 135, 153, 169); cinco vezes, só 2 advérbios: «bem» (54, 55, 121, 157, 158) e «nunqua» (1, 17, 28, 58, 122); apenas 3 aparecem quatro vezes: «facilmente» (67, 120, 153, 169), «mal» (29, 32, 61, 62) e «tambem»

(7, 61, 162, 175); duas vezes, apenas 7 advérbios: «assaz» (28, 116), «encarecidamente» (98, 99), «injustamente» (19, 80), «mais ... que» (4, 56), «melhor» (42, 116), «muito» (138, 183) e «totalmente» (131, 162); todos os restantes – são apenas 18 – apenas estão presentes em uma única frase: «afincadamente» (96), «agora» (187), «ainda» (157), «antes» (156), «attentamente» (69), «debalde» (176), «difficultosamente» (16), «ditosamente» (165), «esforçadamente» (63), «finalmente» (15), «longe» (114), «menos» (50), «muito» (134), «nada» (134), «onde» (161), «prosperamente» (68), «sempre» (130) e «somente» (121).

No entanto, em toda a sua obra apenas menciona explicitamente os advérbios portugueses, referindo que poucos são os simples e que os compostos acabam maioritariamente em «-mente»: “Na Portuguesa como são poucos os Simples usamos de compostos: dos quaes acabão muitos em mente, como *Altamente*” (*Ibidem*: 70).

4.3.5. A Conjunção

A Conjunção é, para o gramático transmontano seiscentista, uma das cinco partes da oração, a qual

carece de Numero, & Regencia, & ata as outras palavras. Ajunta semelhantes Casos dos Nomes: & dos Verbos semelhantes Tempos, ou expressos, ou entendidos de fora per figura: como, *Tu et Paulus vendidistis amydalas denario in singulas libras: ego vero, & amydalas, & saccharum eodem pretio, & pluris emi. s. pro eodem pretio: & pro pretio pluris aeris*. Finalmente ajunta a Conjunção semelhantes Orações: como, *opinio, fidei et ad verum proprior, et menti, in tua voluntate adhaerescat* (*Ibidem*).

Na *Grammatica Latina*, sintetiza o conceito de conjunção de uma forma mais breve:

A Conjunção he palavra sem Numero que ajunta semelhantes casos, tempos, e orações declaradas, ou entendidas de fora per figura (*Idem* 1625: 87).

Todavia, Roboredo, neste aspecto específico, difere radicalmente do Brocense, que apelida de néscios aqueles que pensam que a conjunção pode unir casos iguais:

Coniunctio non iungit similes casus, ut inepte traditur, sed tantum iungit sententias. Nam quum dicis: Emi equum centum aureis, & pluris: Syntaxis est. Ego emi equum centum aureis, & ego emi equum pretio pluris aeris. Petrus & Paulus disputant: idest, Petrus disputat, & Paulus disputat (Brozas 1587: 43 v.).

Roboredo apresenta as seguintes sub-categorias (classes) de conjunções, “na lingua Portuguesa, & Latina” (Roboredo 1619: 197), apesar de não explicitar as diferenças e/ou semelhanças existentes entre elas nem explicar as razões das designações apresentadas: *copulativas*, *copulativas condicionais* e *disjuntivas*, *adversativas*, *racionais conclusivas*, *comparativas* e *racionais causais*. Esquemáticamente, podem apresentar-se do seguinte modo:

Conjunções	Exemplos Portugueses	Exemplos Latinos
Copulativas	<i>E</i> <i>Nem</i> <i>Tambem</i> <i>Item</i>	<i>Et, Ac, Atque, Que</i> <i>Nec, Neque</i> <i>Etiam, Quoque</i> <i>Item, Itemque</i>
Copulativas Condicionais e Disjuntivas	<i>Ou</i> <i>Por ventura</i> <i>Se</i> <i>Poremse</i> <i>Senaõ</i> <i>Como</i> <i>Emquanto</i> <i>Hora, Quer</i>	<i>Aut, Vel, Ve, Sive, Seu</i> <i>An, Necne, Utrum</i> <i>Si</i> <i>Sin</i> <i>Ni, Nisi</i> <i>Quum</i> <i>Dum</i> <i>Modo</i>
Racionais Conclusivas	<i>Logo, Pois</i> <i>Por tanto</i> <i>Assi, Assique</i> <i>Peloque</i>	<i>Ergo, Igitur, Ideo</i> <i>Propterea, Proptereaquod</i> <i>Ita, Itaque</i> <i>Quare, Quo circa, Quam obrem, Quapropter, Proinde</i>
Racionais Causais	<i>Porque, Que, Portanto</i> <i>Poisque, Jaque</i>	<i>Quia, Quoniam, Quippe, Nam, Namque, utpote, Enim, Enimvero, Etenim, Propterea quod etc. Siquidem</i>
Adversativas	<i>Mas</i> <i>Porem</i> <i>Contudo</i> <i>Postoque</i> <i>Aindaque</i> <i>Agora</i> <i>Ao menos</i> <i>Pelo menos</i>	<i>At, Sed, verum</i> <i>Autem, Vero, Ut vero, Verum, Enimvero</i> <i>Tamen, Attamen</i> <i>Etsi, Tametsi, Licet</i> <i>Quamquam, Quanvis</i> <i>Nunc, Interea, Interim, Porro</i> <i>Et</i> <i>Saltem, Quandoque</i>
Comparativas	<i>Assi, Assicomo</i> <i>Quasi, Como</i> <i>Tam, Quam</i>	<i>Ut, Uti, Velut, Veluti, Sicut, Sicuti, Ceu</i> <i>Quasi, Quemadmodum</i> <i>Tam, Quam</i>

Figura 5

Contudo, Roboredo ainda acrescenta (talvez incompreensivelmente) a estas as conjunções ornativas, que havia classificado umas como adversativas (*autem* e *vero*) e outra como advérbio de acção exterior de afirmar (*quidem*). As ornativas, que eram consideradas «tradicionalmente» como conjunções expletivas ou completivas pelos gramáticos latinos, apenas são apresentadas na comparação entre a construção latina e a portuguesa, afirmando Roboredo que

a estas conjunções ornativas, *Autem*, *Vero*, *Quidem*, & outras semelhantes não responde a Portuguesa com palavra algũa (*Ibidem*: 229).

No entanto, nas *Raizes* não considera estas palavras do mesmo modo, isto é, apresenta a sua tradução, ou seja:

Autem. conjunct. 653. *Mas, porem, e* Hisp. *Mas, empero* (*Idem* 1621: 63);

Vero conjun. quae in secundo loco orationis ponitur: ut ego vero. 35 *Mas, porem, em verdade*. Hisp. *Mas, de verdad* (*Ibidem*: 423);

Quidem, adv. affirmandi. 890. *Em verdade, certamente*. Hisp. *De verdad, verdad es, ciertamente*. Aliquando, conjunct. pro *autem*. Semper antecedit vox alia; & interdum distinctionem inducit, ut ego quidem seribo; tu vero, tu *autem*: interdum subsequuntur, sed verum, veruntamen, at, attamen, caeterum. Illud quidem certe: nunc quidem profecto. Cic. Ne in publicis quidem. Et quidem: Equidem. Siquidem (*Ibidem*: 330).

Esta divisão classificatória, apesar de parcialmente diferente, é muito próxima da do Brocense, que, apesar de considerar que essa divisão em classes não é própria dos gramáticos, distinguiu entre: copulativas absolutas, copulativas condicionais, disjuntivas adversativas, racionais conclusivas/ilativas ou unitivas, causais e declarativas/comparativas:

Coniunctionum officia distinguere (...) Grammatici munus non est. Nam si ad Grāmaticam spectes omnes sunt coniunctiones, idest omnes coniungunt, etiam si videantur disiungere. Nam qui minus coniungit, dormit aut vigilat; quam dormit, & vigilat? in sensu multum differt; in grammatica nihil. Eas tamen explicationis maioris causa in classes distribuamus.

Copulantes absolute. Et, que, nec, neque, ac, atque, quoque, etiam, item, itemque.

Copulantes ex conditione. Quum, tum, si, sin, nisi.

Disiungentes. Aut, vel, ve, sive, seu, an, necne, utrum, sed hoc nomen est.

Adversantes. At, sed, porro, tamen, tametsi, etsi, licet, quanquam, quanvis, autem.

Rationales illativae, sive colligentes, quas ratio praecedit: ergo, igitur, ideo, itaque, quocirca, proinde, quare, quapropter, sed haec duo nomina potius, qua de re, propter quae.

Causales, quando causa sequitur. Nam, nanque, enim, enimvero, etenim, quia, quoniam, siquidem, quippe, utpote, propterea, quod, quod (*sic*), ut putant grammatici, sed semper est nomen relativum, ubi intelligitur praepositio.

Declarantes: ut, uti, velut, veluti, sicut, sicuti, ceu, tanquam (Brozas 1587: 43v.-44r.).

4.4. Análise Morfossintáctica

O gramático transmuntano seiscentista considera que a sintaxe ou

composição de palavras, que os Latinos chamão, *Constructio*, e os Gregos, *Syntaxis*, he hũa ordenada disposição das partes da Oração unidas per Concordia, e Regencia. E alem desta Composição (*sic*), que he como natural, e geeral se respeita em cada lingua sua frase, particular, que guarda certo sitio das palavras. Porque não diremos em bom Portugues; *Eu mas uso dedos dous, os quaes escrevo*: nem em Latim: *Vero ego utor de digitis duobus cum quibus scribo*, sendo as palavras de cada lingua, e estando concordadas, e regidas; senão diremos: *Mas eu uso de dous dedos, com os quaes escrevo: Ego vero duobus digitis utor, quibus scribo*. Polo que a boa Composição consta de Concordia, e Regencia (...), e de Frase (Roboredo 1625: 88).

Esta citação, apesar de extraída da *Grammatica Latina*, parece-nos ser a mais completa e mais clara de todas, uma vez que não analisa apenas a questão das regências e das concordâncias, mas acrescenta o conceito da gramaticalidade ou da ordem das palavras na frase, que difere de língua para língua. Estas três características da sintaxe são, obviamente, analisadas no *Methodo Grammatical*, mas em locais diferentes e, portanto, difíceis de reunir numa visão abrangente.

Somos de opinião que, como temos vindo a referir, apesar de ter sentido influências directas, em vários pontos, do Brocense e de este defender que “*oratio sive syntaxis est finis grammaticae*” (Brozas 1587: 9r.) e que apenas “*constructionem diximus dividi in concordiam & rectionem*” (*Ibidem*: 44v.), o gramático transmuntano é mais completo

na sua definição de sintaxe/composição, ao explicar as razões por que, em seu entender, estas duas características (concordância e regência) não chegam para fazer a oração perfeita/correcta, sendo imperativo considerar a frase ou posição (das partes da oração na frase).

4.4.1. A Concordância

Para Roboredo, a concordância ou «concordia» efectua-se em quatro grupos linguísticos distintos: substantivo e adjectivo, (pro)nome relativo e seu (substantivo) antecedente, nominativo (sujeito) e verbo pessoal (predicado), e pergunta e resposta.

Com efeito, a primeira «concordia» faz-se entre o (nome) substantivo e o adjectivo, que “concordão em Genero, Numero, & Caso: isto he, que a terminação do Adjectivo se ajunta ao Sustantivo do mesmo Genero, no mesmo Numero, & no mesmo Caso, em que o Sustantivo estiver: *ut sapienti sua sors placet*” (Roboredo 1619: 71) ou “como *Porta alta*” (*Ibidem*: «Recopilaçam», 1). Esta concordância, no caso de haver vários substantivos, pode ser feita com o mais próximo ou com o género mais nobre, isto é, o masculino:

Como o Genero Masculino seja mais nobre, & despois d'elle o Feminino, precedendo muitos Sustantivos, concordará o seguinte Adjectivo com o Sustantivo mais chegado, ou com o Sustantivo de Genero mais nobre, que fica mais afastado (*Ibidem*: 71).

A segunda concordância efectua-se entre “o Relativo, & Antecedente, que he o Sustantivo, que lhe precede” (*Ibidem*), e estes “concordão em Genero, & Numero: *ut Flagittum, quod astu celatur, aetas indicat*” (*Ibidem*) ou “como *Erat porta, quae stabit*” (*Ibidem*: «Recopilaçam», 1). No entanto, são múltiplas as possibilidades dessa concordância, uma vez que o relativo pode estar entre dois substantivos e, nesse caso, também pode concordar com o posterior, à maneira grega, como na frase “*antiquissimum vitium est, quae invidia appellatur*” (*Ibidem*: 71). Também quando, por exemplo, o antecedente é composto por mais do que um substantivo, entre os quais há masculinos e femininos, pode o relativo, algumas vezes, colocar-se “na terminação Neutra de Plural, como apposto, em que se entende per Ellipse, negotia, ou outro

sustantivo semelhante: *ut Vidi lunam, & stellas, quae tu fundasti s. opera, quae tu fundasti*" (*Ibidem*: 72).

A terceira concordância é entre o nominativo (sujeito) e o verbo pessoal (predicado) e esta faz-se apenas em número. Com efeito, o gramático transmontano de Seiscentos defende que

o Nome posto em Nominativo concorda com o Verbo Pessoal posto na terceira Pessoa em Numero sômente. Porque estes Nominativos, Ego, Nos, tomão pera si as primeiras Pessoas: & estes, Tu, Vos, tomão as segundas Pessoas. Aos mais Nomes postos em Nominativo singular se lhe ajuntará a terceira Pessoa singular: & postos em Nominativo Plural, se lhes ajuntará a terceira Pessoa de Plural (*Ibidem*).

Também nesta terceira concordância, Roboredo defende haver gradações qualitativas entre os pronomes; daí a concordância se dever efectuar com o mais nobre:

Ego, he mais nobre que, *Tu*, & *Tu* mais nobre, que *Ille* para esta Concordia: por isso ficando dous Nominativos singulares, & o Verbo no Plural per figura Syllepsis respeita o Nominativo mais nobre: *ut studeamus ego*, & *tu: Paulus, & tu explicabit* (*Ibidem*).

Há, ainda, uma outra situação linguística que, apesar de ser considerada solecismo em Latim, fora herdada dos gregos, ocorrendo frequentemente em Português: é o caso de um verbo pessoal na terceira pessoa do singular concordar com um nominativo plural neutro, como, por exemplo, na frase "*havia diversas opiniões*" (*Ibidem*), mas, neste caso, Roboredo ou quis referir-se a outras irregularidades ou esqueceu-se de que, para ele, o Português só tinha dois géneros, o masculino e feminino, e nunca o neutro.

De facto,

como na Portuguesa ha Adjectivos de hũa terminação, & de duas: como *Elegante, Todo, toda*; & assi ha Genero *Masculino, & Feminino*: na Latina ha mais Adjectivos de tres, como *Elegans, Omnis, & omne; Altus, alta, altum*: & assi ha mais outro Genero, que se diz *Neutro* (*Ibidem*: «Recopilaçam», 1).

Também no *Methodo Grammatical* apresentara a mesma questão em termos simples e práticos:

Os Substantivos na Portuguesa, ou são Masculinos, ou Femininos: & na Latina ou são Masculinos, ou Femininos, ou Neutros: segundo as terminações dos Adjectivos, que na lingua houver; como na Portuguesa ha duas, como, *Alto, Alta*: & assi ha dous Generos. E na Latina ha tres terminações: como, *Altus, Alta, Altum*: & assi ha tres Generos (*Ibidem*: 2).

Estas três concordâncias eram comuns entre os gramáticos anteriores, especialmente o Brocense, que afirmara explicitamente que

diximus (...) item concordiam triplicem esse, adiectivi & substantivi: Nominis & verbi. Relativi & antecedentis. Substantivum & adiectivum numero, & casu tantum consentiunt, non genere. Nam adiectiva genus non habent: sed certas terminationes ad genera: propter quas substantivorum genus indagamus (...). Eadem ratio est in concordia nominis, & verbis: diximus enim hanc concordiam ex solo numero constare (Brozas 1587: 44v.-45r.).

Contudo, não encontrámos a quarta concordância, entre a pergunta e a resposta, em quaisquer outros autores. Por isso, pensamos tratar-se de uma perspectiva única de Roboredo. Com efeito, para este gramático,

a Pergunta, & Reposta (*sic*) concordão dereitamente em Caso, Tempo, & Numero: *ut, Quae oratio est optima? Est Dominica. Cuius est haec oratio? Christi. Cui debetur honos? Deo. Quam rem desiderant homines? Desiderant felicitatem. De quo digladiantur in mundo? Digladiantur de crepundiis* (Roboredo 1619: 72).

Há, no entanto, uma «eiceição» para Roboredo, em que a concordância pode não se fazer em tempo: quando a pergunta estiver no tempo «mandativo» (imperativo), “*ut, cur non audietis? Iam audimus. Qui scis? Ego observabam, vel observavi*” (*Ibidem*: 73).

4.4.2. A Regência

A regência, outra das componentes da sintaxe, caracteriza-se por uma determinada palavra exigir uma outra num caso específico. Com efeito, para Roboredo, em síntese,

a *Regencia*, que se faz despois da palavra regente, consiste na *Preposição* Portuguesa, *De*, que rege Genitivo quando per ordem direita vai entre dous *Sustantivos*, & o primeiro se ajunta ao segundo, que o fica possuindo:

& rege Ablativo, quando lhe precede outra palavra, ou significa separação, ou composição, como: *Esta he a syntaxe da arte. Lâçaste hum pucaro de barro da janela. Louvor, & vituperio* podem star em Genitivo, & Ablativo: como, *homem de bem ingenho: de mau costume*. E consiste na *Preposição*, A, que rege Dativo, significando aquisição, & Accusativo significando movimento, & Ablativo significando separação: como, *Socorre ao pobre: quando fores aa Igreja. pedir a Deus socorro*. E consiste nos *Verbos*, que suspendem a orelha, que regem vario Accusativo, como *Moveo, Dico, &c. (...)*. A *Distancia, Medida, & Tempo* se usa em Accusativo, & Ablativo. As mais *Preposições* regem Accusativo, ou Ablativo (*Ibidem*: «Recopilaçam», 1).

No entanto, para Roboredo, é preciso uma atenção especial ao nominativo (sujeito), que nunca é regido¹⁶, e ao verbo pessoal (predicado), porque aquele

he principio da Oração, o qual todo o Verbo Pessoal quer antes de si ou expresso, ou entendido de fora: *ut Excelsus humilia respicit. Ex arena retinacula nectis*. O Verbo, *Sum*, & algũs Passivos admittem dous Nominativos per modo de hum sô; *ut Homo est animal: Avaritia dicitur vitium* (*Ibidem*: 73),

e porque

quantos são os Verbos Pessoaes tantas são as Orações, cuja alma fica sendo o Verbo. E se depois do Verbo se segue Accusativo he Oração perfeita, e fundamento das mais partes da Oração, que a ornaõ, e acrescentaõ: *como, Tempus adimit maestitiam. Opes conciliant in vidiam* (*Idem* 1625: 91).

O outro caso que nunca é regido é o vocativo¹⁷, que

he sômente para chamar, ou mostrar a cousa a que a prattica se endereça: *ut O Deus: adjuva me Domine*. Nos Tempos mandativos parece o Vocativo, que tem vez de Nominativo (*Idem* 1619: 74).

¹⁶ Cf. Brozas 1587: 45r: "Nominativus a nulla parte regitur".

¹⁷ Cf. *Ibidem*: 54r: "Vocativus non est secundae personae, (ut aiunt Grammatici) sed res aliqua cum qua sermonem communicamus. Nam ut artifex perfecto opere, vocat homines spectatum: sic qui composuit orationem auditorem vocat auditum. Unde non potest hic casus regi, quia tota composita oratio ad vocativum dirigitur".

Por isso, o primeiro caso a poder ser regido é o genitivo, quer na língua portuguesa, quer nas clássicas, em particular, o Latim e o Grego. Assim, como sintetizara na *Recopilaçam*,

o Genitivo na lingua Portuguesa, & outras Vulgares, sempre he regido da Preposição, *De*, expressa: como, *o somno he imagem da morte*: porem na Latina sempre he regido de Nome Substantivo: *ut sopor lethi imago*. Na qual regencia concorrem dous Substantivos não continuados, mas diversos, & sempre o Genitivo he de Possuidor (*Ibidem*: 73).

Roboredo também defende que a partição, o louvor e o vitupério se constroem em genitivo, com elipse, ou não, da preposição (*ex*, para a partição). Por outro lado, esta regência também pode ser exigida por adjectivos,

como são os que significão, sciencia, abundancia, communicação, participação, & os contrarios a elles; *ut Peritus, Imperitus, Fertilis, Sterilis, Particeps, Expers &c.* (*Ibidem*).

Na *Grammatica Latina*, Roboredo é claríssimo na sua exposição sobre a regência da preposição portuguesa «de», pois, para si,

todo o Genitivo Portugues he regido desta Preposição (...), a qual como tambem rege Ablativo, resta advertir, que sómente rege Genitivo quando vai entre dous Substantivos significando posse que o segundo faz sobre o primeiro (*Idem* 1625: 105).

Contudo, Roboredo também analisa aqui, ainda que com brevidade, para além dos nomes e adjectivos apontados no *Methodo Grammatical*, a existência de verbos que «regem» a referida preposição, como «lembrar-se de» e «deixar de»:

Poucos são os Adjectivos, e Verbos que depois de si levaõ esta preposição, *De*, com seu Genitivo, que o uso ensinará; como: *O avaro de dinheiro não se lembra dos pobres, nem de si: Avarus pecuniae non recordatur pauperum, nec sui*. A estas Orações *He tempo de orar: não deixes de orar*: responde a Latina assi: *Tempus est orandi; ne desinas orare* (*Ibidem*).

Todavia, neste aspecto específico, Roboredo diverge claramente do Brocense, uma vez que este havia afirmado, na edição *princeps* da

Minerva, que “el genitivo nunca es regido por el verbo ni en griego ni en latin” (Brozas 1981: 33), porque “el genitivo, que significa también pasión, indica posesión. Por lo cual no pude unirse a los verbos” (*Ibidem*). Esta tese vai ser largamente desenvolvida na 2.^a e definitiva edição e aí afirma Francisco Sánchez que

Genitivus perpetuo significat possessorem, sive active, sive passive capiat. Ut amor patris: vulnus Achillis: unde fit ut a verbo regi non possit. Nam possessor & res possessa nomina relata sunt (ut vocant Dialectici) quum alterum sine altero nequeat intelligi. Possidere verba significabunt, at possessionem nunquam. Haec quum ignorarent grammatici, varias species statuerunt verborum quae genitivum regerent (*Idem* 1587: 46 r.).

De seguida, explica, obviamente, cada uma dessas classes de verbos, como vimos, e refuta cada um dos argumentos apresentados pelos gramáticos para a regência de genitivo dos verbos, recorrendo sempre à elipse.

O dativo, por seu lado, é regido “per modo de aquisição, que faz a cousa posta neste Caso attrahindo a Oração em que entra: & a qual-quer dicção, ou Oração se accomoda: *ut, Erranti medicina consessio*” (Roboredo 1619: 73). Em Português são, para Roboredo, as preposições «a» e «pera» que regem o dativo.

Com efeito, a preposição «a» rege dativo depois dos adjectivos

Commum, Proprio. E dos que significão, *conveniencia, inconveniencia, dano, proveito, deleite, desgosto, graça, desgraça, favor, disfavor, igualdade, desigualdade, fidelidade, infidelidade (sic), aproximação, & outros* acabados em, *avel; como, Amigavel ao homem he a razão*. E assi mesmo depois (*sic*) de verbos de, *aproveitar, ou danar, socorrer, favorecer, lisongear, convir, acontecer, ser solícito, & que significão, obediencia, sumissão, repugnancia, acontecimento; & depois (sic) dos de, dar, ajuntar, cometer, comparar, prometer, declarar, antepor, pospor, contrapor &c*. E quando se antepôi a pessoas, que fica sendo aquisição na Latina, que não responde com letra algũa a esta Preposição: como, *convem ao Mestre: Convenit Magistro (Ibidem: 48-49)*.

Na *Grammatica Latina* sintetiza a regência de dativo desta preposição do seguinte modo:

Esta Preposição, A, rege Dativo, como se notará depois dos Adjectivos, e Verbos, que significão dâno, ou proveito, e outros que o uso darà; como; *He proveitoso*

ao rico soccorrer ao pobre: Est utile divitio pitulari pauperi. No que se mostra que não responde a Latina a Preposição, e se encontrão as linguas mas concordão intervindo, *Eu, Tu, Se, Lhe, Lhes,* como; *he me util a oração, he te util o jejum, he lhe util a esmola: Mihi utilis est oratio, tibi utile est jejuniū, illi utilis est eleemosyna* (*Idem* 1625: 106).

A preposição «pera» também rege dativo em Português e antepõe-se a pessoas e aos mesmos adjetivos e verbos regidos pela preposição «a»

e então não lhe responde a Latina com letra algũa, & fica o seu Dativo de aquisição: como, *Pera os mininos sera isto mais facil, que pera os grandes sendo rudes: Pueris erit hoc facilius, quam grandioribus obtusis* (*Idem* 1619: 49).

Por seu turno, o acusativo é regido principalmente pelos verbos activos incertos ou vários, ou transitivos, na nomenclatura roborediana, e por preposições, quer estas estejam expressas ou elididas, fundamentalmente nos complementos de distância, medida e tempo.

De facto, “Qualquer Verbo Activo pode reger depois de si Accusativo” (*Ibidem*: 74);

Porem este Verbo regente, ou hé (*sic*) *Activo Incerto*, que passa sua actividade sobre Accusativos incertos, & se não lhes assinamos algum delles, nos suspende a orelha com a significação: ou he *Activo certo*, que passa sua actividade em hum sô Accusativo, que dêtro em si encerra, ou a pàssa (*sic*) em algum destes Accusativos *Me, Te, Se, Nos, Vos, Se*, os quaes por faceis de entender não he necessario declaralos, nem suspende a orelha com sua significação (*Ibidem*: 50).

Também há preposições que regem Accusativo e, especificamente na língua do Lácio, é

supposto de Infinitivo, que pede antes de si Accusativo: *ut, Invenies meum erga te amorem nescire ordinem: & ordinem nesciri ab amore meo.* Doutra maneira sempre o Accusativo depende de Preposição ou calada, ou expressa; como acontece na distancia, medida, & tempo, se a pergunta se fezer, ou entender per, *Quandiu.* Na qual distancia, medida, & tempo elegantemente se cala a Preposição: *ut sex ulnas eminet; tres passus distat: duas horas scripsi. Id est. per, In* (*Ibidem*: 74).

Em Português, a preposição que preferencialmente rege acusativo é «para» – Roboredo distingue-a de «pera», que, como vimos, rege dativo –

& ordinariamente se ajunta a lugares, & cousas. A Latina lhe responde com *Ad*, *In*, que algũas vezes cala, principalmente intervindo movimento para *Cidades*, *ou villas*, *ou lugares menores proprios*: como *Partio para Roma a dar conta do governo: Profectus est ad Romam, vel, in Romam, vel Romam, ad rationem reddendam de gubernatione*. Algũas vezes rege Acusativo de pessoa: como, *fugir para Deus, antes que para os homẽs, he cousa segura: Ad Deum potius, quam ad homines confugere, tutissimum est (Ibidem: 50)*.

O último caso a ser regido é o ablativo, que

sempre se rege de Preposição expressa, ou entendida de fora; mas per figura Ellipse muito elegantemente se cala a Preposição em algũas linguas; & sem figura na Latina se houvéra a Preposição de antepor ao Tempo, Modo, Instrumento (*sic*), Preço, Louvor, Vituperio, Parte do animo, ou corpo, Causa, & ao Ablativo, que chamão absoluto de cousa, ou pessoa, aa Materia de que se faz, ou compõĩ algũa cousa, aa Medida, ao Extremo comparado, ao Peso, Excesso, Ornamento, ao Lugar Onde, per Onde, aa distancia, ao Crime, & Pena (*Ibidem: 74-75*).

Em Português, as preposições mais frequentes que regem ablativo são, para Roboredo, «com», «de» e «em»:

Entre as Preposições, que regem Ablativo, ha estas mui repetidas na prattica Portuguesa, na qual sempre se declara *Com*, antes do instrumento (*sic*); & na Latina quasi sempre se cala: como, *Screvo com a pena: Scribo calamo*. Esta Preposição, *De*, quando tem por Ablativo algum nome Proprio de lugar, sempre se declara na Portuguesa; & mais vezes se cala na Latina a Preposição que lhe responde: como, *parti de Coimbra para Lisboa: profectus sum Conimbrica Ulyssipolim*. Esta Preposição, *Em*, se declara sempre na Portuguesa, & se cala mais vezes na Latina, antes de nomes Proprios de lugares, & partes do animo, ou corpo: como, *em Roma stavas, quando eu em Lisboa: Romae eras, quando ego Ulyssipoli*. Não tinha lesão no entendimento: *Non erat sibi mente laesio (Ibidem: 51)*.

Todavia, depois de analisarmos os quatro casos regidos (genitivo, dativo, acusativo e ablativo), não percebemos as intenções comunicacionais de Roboredo ao afirmar que as

regencias são (...) tres, que naturalmente succedem depois da palavra regente; a qual ou he Substantivo (*sic*) que rege Genitivo, ou he Verbo activo que rege

Accusativo, ou he Preposição que rege Accusativo, ou Ablativo: a que se ajunta a accomodação de Dativo, que não he propriamente Regencia. E não ha outros regentes (*Idem* 1625: 89).

Essa nossa estupefacção deve-se fundamentalmente ao facto de ele próprio a ter exposto e defendido no *Methodo Grammatical*. Parece, contudo, ser uma influência do Brocense, que, em 1587, defendeu que

dativus nunquam regitur, nec in activa, nec in passiva: & ubique acquisitionem significat. Nunquam est rei agentis (...). Nam dativus ultimum finem significat (...). Sic dativus constructae, atque perfectae orationi per modum acquisitionis supervenit. Nulla igitur erit oratio, cui per modum acquisitionis dativus adiungi non possit (...). Intelligendum igitur nullam esse orationem, aut verbum ullum, cui dativus non possit accommodari: dum tamen hoc intelligatur aliud esse: Amo me: aliud Amo mihi. Aliud doceo vos: aliud doceo vobis (Brozas 1587: 49r.-49v.).

Apesar de não ser integrada nas regências, Roboredo analisa a questão do agente do passiva, contrariando na íntegra as teses do Brocense. Com efeito, para o transmontano,

as Orações das vozes activas dos Verbos, que dissêmos, que suspendião a orelha com sua actividade (...) se fazem per tres rodeios na voz passiva (...). Os quaes rodeios, ainda que não fazem direito agente, como o da activa, supprem suas partes. O primeiro he ajuntando Ablativo com Preposição, *Abs, Ab, A*, que significação fazerse a cousa de parte do agente. O segundo menos usado, he ajuntando Accusativo com a Preposição, *Per*. O terceiro he ajuntando Dativo de aquisição. Como, Sempre approvarei os bõs costumes: *Semper bonos mores approbabo*. O verbo irá buscar na voz passiva o mesmo tempo, que lhe responde: *ut semper boni mores approbabitur a me: Per me boni mores semper approbabitur: Sēper boni mihi mores approbabitur: Semper boni a me mores approbandi sunt: Semper erunt per me boni mores approbandi: Semper mihi boni approbandi mores: Nunquam a me boni mores desinent approbati &c..* Mas as Orações que se fazem pelo Mandativo da voz Activa se convertem pelos segundos presentes da Passiva: como, *Cole Deū patres, ac magistros: Deus, Pater, & Magistri a te colan-tur (sic)* (Roboredo 1619: 189).

Para Francisco Sánchez de las Brozas, como vimos brevemente, a frase passiva só exige o nominativo e o agente não se pode construir com dativo, nem com a preposição *per* e acusativo, nem mesmo com as preposições *a* ou *ab* com ablativo, que tem outros significados.

Efectivamente, para o Brocense,

saepe quidem Grammatici, nunquam tamen ita egregie delirarūt, quam in verborum passivorum deliramentis tradendis. Aiunt enim rem, quam vocant agentem, in passiva, in casu sexto cum A vel Ab, vel in dativo debere collocari. Nec desunt hebetiores qui addāt, etiam in casu quarto cum Per: ut, Res agitur per eosdem creditores. Totum falsum est (Brozas 1587: 121 r.).

Especificamente sobre a presença do dativo em frases passivas, que gramáticos como Roboredo, entre outros, consideram como o agente da passiva, o Brocense afirma que

de dativo quidem facile deijcientur: nā uno aut altero male intellecto testimonio nituntur. Cicero dixit: Neque senatui, neque populo, neque cuiquam bono probatur. Sed deberent illi advertere saepe apud Ciceronem, & alios reperiri in activa eundem dativum (...). Nec Servium consulunt, qui id Graece dictum ostendit. Mihi tamen hic, & ubiq; dativus acquisitionem significat: & quemadmodum dativus a nullo verbo regitur, ita cuivis orationi aptissime iūgetur (*Ibidem*: 121 r.-121 v.).

Quanto ao acusativo com a preposição *per*, refere o Brocense que,

qui asserunt rem agentem in accusativo collocari cum Per, magis falluntur. Nā quum Cicero dixit: Res agitur per eosdem creditores: nō significavit creditores agere rē, sed regis amicos agere rem per creditores, istorum error satis refellitur ex innumeris testimoniis, ubi in voce activa, Per, adhibetur (*Ibidem*: 122 r.).

Ainda relativamente à construção do agente da passiva na sua forma mais comum, isto é, em ablativo com *a* ou *ab*, o Brocense é peremptório ao afirmar que essa preposição com o referido caso tem outros significados e só imprópriamente é que pode configurar o agente:

Si praepositio Per non significat rem agentem (ut facile demonstrari potest) nec A, vel ab significabit. Nā Cicero interrogatus per Per, respondit per A (...). Si per A, vel Ab, res agens significaretur, semper apponeretur, vel saltem suppleretur ablativus cū praepositione: sed in multis suppleri non potest; non est igitur res agens ablativus. Cice. pro lege Manil. In quo agitur populi Rom[ani] gloria, agitur salus sociorum, aguntur certissima populi Rom[ani] vectigalia (...). Virg[ilius]. Tum vero in curas animum deducitur omnes. Huc adde illa: Linquor animo:

consternor mentem: videris esse doctus: afficior pudore: & innumera eiusmodi. Regula igitur artis nostrae Grammaticae vera est: Passivum verbum nihil praeter suppositum desiderat (*Ibidem*: 122 r.-122 v.).

Em suma, para o Brocense, diferentemente de Roboredo, quer nas línguas clássicas quer nas vernáculas, o verbo na voz passiva apenas exige o sujeito, sendo o sentido de uma frase na activa e o sentido de uma frase na passiva obrigatoriamente diferentes:

Verbum igitur passivum solo supposito contentum est. Cicer. lib. 15. Epist. citat versiculum Naevij, Laetus sum laudari me, abs te pater laudato viro. Sed attende quomodo distingat idem Cicero libr. 5. ad Luceium: Placet enim Hector ille mihi Naevianus, qui nō tantum laudari se laetatur: sed addit etiam, a laudato viro. Item pro Milone. Factumne sit? at constat: a quo? at patet. Vides particulas (a quo) separari a verbo passivo (...). Denique eodem prorsus manente sensu activa oratio in passivam verti nō potest (...). Quae dixi de verbis passivis Latinis eadem de Graecis dicta esse velim. In omni enim idiomate passivum solo supposito contentum est. Et quamvis vernaculae linguae careant omnino passiva voce, dicimus tamen, corre se, anda se, acabo se la guerra, mejor se vive en el campo que en la ciudad. ubi solo supposito, etiam sub intellecto perficitur oratio (*Ibidem*: 129 r.-129 v.).

4.4.3. A Posição

A última componente da sintaxe ou composição é, segundo Roboredo, a frase ou posição (das palavras/*partes orationis* na frase/oração), que, em síntese, deve respeitar a seguinte ordem «natural»:

aa *Preposição* antes de Nome; ao *Adverbio*, antes de *Verbo*, *Adjectivo*, & *Adverbio*; aa *Conjunção*, porque ou se antepoï, ou se pospoï (Roboredo 1619: «Recopilaçam», 1).

As palavras não podem ser colocadas segundo o livre arbítrio de cada um nem essa ordem é idêntica em todas as línguas, porque, para o gramático transmontano,

frase he hum particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunciação, & ajuntamento de palavras per certa collocação dellas (*Ibidem*: 182).

Por isso, é imprescindível um conhecimento o mais completo possível de cada língua particular, para a falar e escrever correctamente.

Deste modo, um dos temas tratados por todos os gramáticos, entre os quais naturalmente se inclui Roboredo, é a questão do erro, que é tipificado em três variantes ou aspectos diferentes: o solecismo, o barbarismo e o uso impróprio das palavras e/ou das frases.

Com efeito, o solecismo

he hum desconcerto, ou desigualdade das partes da Oração entre si encontrando as Concordias, & regencias: *ut pons munitissima erant iuxta turris, qui eminebatis urbis*: & não guardando aquella concordia do Infinitivo Latino, que quer antes de si Accusativo: & usando hum caso por (*sic*) outro: *ut eo Romae; pro, eo Romam* &c. E usando de palavras de significação contraria; como, *de eo foris*; em lugar, de, *eo foras*: afirmando com duas negações, o que se havia de negar, como, *non nihil* em lugar de, *Nihil* &c. (*Ibidem*: 230).

O segundo tipo de erro que Roboredo considera é o barbarismo, que se caracteriza pelo

uso estranho da palavra segundo a pronunciação, ou scrittura (*sic*), Declinação, & Conjugação. Acontece este erro usando de alguma palavra estranha cuidando, que he propria: ou pronunciando mal a propria: ou não a screvendo com as letras devidas; acrescentando letra como, *Reffero*: diminuindo, como, *Consili*: usando de hũa letra por outra, ou fora de seu lugar a letra ou accento: como se vê nesta palavra, *Cormina, Cramina, Carmina*. Acontece tambem dando ao Nome diversa terminação, ou Declinação, ou Numero: como: *Templus, Gestus, i? Divitia, ae.* &c. dando ao Verbo diversa Conjugação, ou preterito: como, *Faciebo, Fricavi*: ou fazendo o de voz activa Depoente: como, *Defendebat*: ou fazendo o Depoente, de voz activa, como, *Mirabam*, ou fazendo de hũa syllaba duas: como, *soluendo*: ou de duas hũa: como, *poeta*: ou usando de hũa parte de oração por outra fora do uso: como de, *Grave, pro, Graviter.* &c. (*Ibidem*).

O terceiro e último tipo de erro é o uso impróprio da palavra ou da frase. Trata-se, segundo Roboredo, do

uso indecente da palavra, ou frase. Da palavra, quando não usamos della na propria significação, ou na metaforica recebida, ou que se possa receber. Da frase, quando ajuntamos alguma palavra com outra, com a qual se não deve ajuntar, ou lhe damos sitio indecente, & não usado: ou fallamos frase de hũa lingua com palavras de outra: como, *erat dignus de laude. vero milites*: em lugar, de, *milites vero* &c. (*Ibidem*).

Assim, para o gramático transmontano seiscentista, é necessário respeitar a ordem natural de cada língua ou a

sua frase, particular, que guarda certo sitio de palavras. Porque não diremos em bom Portugues; *Eu mas uso dedos dous, os quaes escrevo*: nem em Latim: *Vero ego utor de digitis duobus cum quibus scribo*, sendo as palavras de cada lingua, e estando concordadas, e regidas; senão diremos: *Mas eu uso de dous dedos, com os quaes escrevo: Ego vero duobus digitis utor, quibus scribo* (*Idem* 1625: 88).

No entanto, a ordem gramatical é substancialmente diferente da usada pelos rétores, muitas vezes, até oposta, já que “o Grammatico segue a ordem natural” (*Idem* 1619: 203) e o

Rhetorico, como pretende enfeitar essa Oração, collôca as palavras no sitio, que melhor harmonia faz aa orelha: & nesta harmonia consiste seu elegante ornamento, hora alongando, hora abbreviando, hora levando as palavras fora de sua propria significação (*Ibidem*).

Por isso, Amaro de Roboredo apresenta três regras distintas, onde se enunciam e demonstram essas diferenças fundamentais.

A primeira refere a situação entre o regente e o regido, pois o gramático deve colocar primeiro aquele e só depois este, mas

põe o Rhetorico no primeiro lugar o caso regido; no segundo, o Nominativo: no terceiro, o Verbo. E se o caso regido for negativo, o collôca no fim. Exemplo.

Grammatico. *Virtus occupavit animam.*

Rhetorico. *Animam virtus occupavit.*

Grammatico. *Nullam animam cogito puriorem.*

Rhetorico. *Puriorem animam cogito nullam* (*Ibidem*).

A segunda regra também se refere à ordem entre o regente e o regido, envolvendo, porém, outras partes do discurso. Assim, o gramático deve colocar primeiro o substantivo, seguido do adjectivo, não entremetendo aí nenhuma palavra alheia a esse grupo nominal. Por seu lado,

põe o Rhetorico o Adjectivo primeiro, que o Sustantivo: & entre ambos põe Genitivo regido do Sustantivo. Põe sempre o caso regido primeiro, que a palavra regente. Converte algúas vezes o Genitivo em Adjectivo possessivo. Entre o Adjectivo, & Sustantivo entremette algúia palavra, ou palavras. O Adverbio,

& Preposição com seu caso põi no lugar, que melhor harmonia (*sic*) faz; mas principalmente antes do Verbo & Adjectivo. Exemplo.

Grammatico. *Virtus occupavit animam sanctissimam.*

Rhetorico. *Sanctissimam animam virtus occupavit.*

Grammatico. *Virtus occupavit animam sanctissimam Virginis.*

Rhetorico. *Sanctissimam Virginis animam virtus occupavit.*

Virgineam quidem animam virtus Santissime occupavit.

Sanctissimam profecto Virginis animam virtus occupavit.

Illam Virginis animam longe ante omnes sanctissimam virtus occupavit egregia.

Qua de re Doctores quam plurimi omni literaturae genere ornatissimi dicendi finem nunquam imponent (Ibidem: 203-204).

A terceira e última regra relaciona-se com a coerência interna do texto e, principalmente, com o embelezamento do próprio texto, pois, normalmente, em português corrente, segundo Roboredo, a um substantivo junta-se um adjectivo e vice-versa, mas o rétor

ajunta (...) a hum Substantivo dous Adjectivos: & dous Substantivos a hum Adjectivo, duplicando estas particulas, *Tum, Cum, Et*. E se na primeira parte da clausula, quer dizer menos, que na segunda; põi na primeira, *Cum*, & na segunda: *Tum*. Exemplo.

Intensissimis, & precibus, & laboribus Virgo illa tum humilis, tum prudens nobis, e Paternae mentis sinu divinum deduxit Redemptorem: quae mirificam cum in proximos humanitatem, tum in Deum religionem, omni tempore exercebat (Ibidem: 204).

Só encontrámos uma referência (Livro II, Capítulo VIII) do Brocense à possibilidade de união de vários adjectivos a um único substantivo, em construção elegante/retórica?¹⁸, porque a uma substância podem unir-se vários accidentes, desde que os mesmos não sejam contraditórios entre si ou antónimos, diríamos nós. Com efeito, Francisco Sánches refere que

dicimus, inquit Valla, hic robust[us] messor, ista robusta mulier. Neq; dicimus antiquus robustus messor. Antiqua robusta mulier. Haec ille. At vero ratio ipsa praescribit uni substantiae simul multa cohaerere posse accidentia. Nam ut libenter fateor: Catonem non posse simul esse frigidum & calidum, ita libenter concedam, simul frigidū crassum, ac album esse (Brozas 1587: 59r.-59v.).

¹⁸ *Ibidem*: 59 r.: “Plura adiectiva uni substantivo eleganter iungi”.

Este capítulo é o único em que o salmantino se refere especificamente à construção «elegante» e à ligação dos substantivos com os adjetivos, não se referindo à ordem ou posição das palavras na frase, nem na perspectiva «normal» nem na do «rétor».

Todavia, para Roboredo, não há uma preferência específica por uma das ordens, isto é, pela ordem gramatical ou pela retórico-estilística. Com efeito, Roboredo defende que não se deve usar apenas a ordem do «grammatico», que é a mais normal, mas ir juntando progressivamente a do «Rhetorico», “entersachando esta com aquella” (Roboredo 1619: 204) e imitando os bons autores clássicos, porque a variedade sintáctica desenvolve o gosto e “deleita a orelha, como na Musica com altos, & baixos” (*Ibidem*).

Roboredo, por outro lado, nada especifica sobre a ordem «retórica» e «gramatical» portuguesa, mas, a partir das três regras latinas e da tradução parafrástica da última centúria da *Porta de Linguas* (*Idem* 1623: 307-309), podemos deduzir que, em ambos os casos, primeiro deve vir o regente, depois a preposição e, por último, o regido; primeiro o nominativo, depois o verbo e, por fim, o acusativo; o substantivo deve preceder, por regra, o adjetivo; a preposição, o substantivo regido; o advérbio deve ser colocado depois do verbo, etc.. Vejamos apenas uma passagem demonstrativa:

Havendo de tirar a publico este artificio de palavras de ninguem conhecido até agora (o qual assi como ao presente faço em prosa, comporá outro dia alguém engenhosamente em versos elegantes) me pareceo que daria gosto aos mais prudentes, se confiado em sua humanidade, como a criança que ainda chora nos berços, o defendesse contra os murmuradores, os quaes estou vendo como de hũa alta atalaia, que como cobras contrapostas se hão de atrever a contradizelo, e mordelo em seu princípio (*Ibidem*: 307).

Deste parágrafo, podemos destacar algumas notas importantes: o nominativo vem colocado quase sempre primeiro que o verbo e o acusativo (*a criança o defendesse contra os murmuradores*), mas também acontece o contrário, isto é, o verbo vir colocado antes do nominativo (*comporá outro dia alguém engenhosamente em versos elegantes*) e o acusativo primeiro que o nominativo (*o qual faço em prosa, os quaes estou vendo*); a preposição vem sempre antes do substantivo

(a publico, de palavras, de ninguém, em prosa, contra os murmuradores, etc.), a conjunção vem depois dos verbos (*me pareceo que, vendo como*) ou no início da oração (*se confiado, como a criança*), o adjetivo pode antepor-se ao substantivo (*alta atalaia*), etc..

5. Conclusão

Amaro de Roboredo foi, ao nível da didáctica do Latim, bastante inovador para a época, recorrendo sempre ao método indutivo e experimental, mesmo antes de Bacon se ter afirmado como um símbolo do experimentalismo científico. Ainda nos dias de hoje, o seu método pode ser considerado actual e é, muitas vezes, mais inovador e «radical» que os dos metodólogos contemporâneos dessa língua clássica. Exemplo claro desse indutivismo científico-literário são as obras *Verdadeira Grammatica Latina, para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua Portuguesa com exemplos na Latina* (Lisboa 1615) e *Grammatica Latina mais Breve e Fácil* (Lisboa 1625).

As suas fontes para a metodologia e didáctica das línguas são, possivelmente, as reflexões do (também) português, professor em Salamanca, Francisco Martins, mas Roboredo prefere referir que as vai procurar no ensino das outras artes, especialmente a geometria, aritmética, música, pintura, estudo das armas e similares. Esse método, Roboredo denomina-o, apropriadamente, de «novo estylo», «novo modo» e «novo caminho», pelo que as designações setecentistas (principalmente) dos oratorianos («novo methodo») são manifestamente incorrectas e pouco originais.

Comparando as suas com as propostas metodológicas actuais, nota-se que Roboredo se preocupava bastante com a aprendizagem da(s) língua(s), quer no respeitante ao conhecimento das estruturas linguísticas específicas, quer quanto à aquisição de vocabulário, quer, ainda, no concernente ao uso e/ou construção de uma tradução correcta, e descurou os aspectos civilizacionais do povo do Lácio, a que, hoje em dia, se dá tanta importância, embora preconizasse que, numa fase posterior de ensino, os alunos deveriam estudar os textos dos grandes autores clássicos, como, por exemplo, Cícero, César, Vergílio, Horácio, Terêncio, Salústio, etc., quer na língua original, quer em

traduções. Deste modo, esses aspectos culturais, literários e artísticos seriam adquiridos, também de forma indutiva, isto é, sempre a partir dos textos e das situações linguísticas concretas veiculadas pelos textos dos autores nativos dessas línguas.

Ao nível dos conteúdos linguísticos, Roboredo tenta estabelecer uma ligação entre as perspectivas mais tradicionalistas, que vinham desde os primeiros gramáticos gregos, e as mais inovadoras, representadas em especial por Francisco Sánchez de las Brozas, cuja formação inicial havia sido adquirida entre os portugueses, mas da qual rapidamente se haveria de distanciar.

Relativamente ao Português, apesar de não apresentar uma referência objectiva, parece-nos que, em certos aspectos, é influenciado quer por Fernão de Oliveira, quer por João de Barros, especialmente na defesa da língua materna, na quantificação das conjugações e em considerar que a língua portuguesa tinha declinações, com seis casos, os mesmos que em Latim (e o Grego, como o Brocense), embora com terminações idênticas em todos eles, excepto nos pronomes pessoais, que, de facto, tinham formas completamente diferentes umas das outras. Pensamos que a manutenção, por Roboredo, das declinações em Português se deve a dois factores fundamentais: o primeiro é esse comportamento diferenciado dos pronomes, que obrigou, inclusivamente, os autores da *Grammaire Générale et Raisonnée* a considerar também a existência de declinações em Francês, depois de as terem negado; e o outro é o facto de, segundo o próprio e o Brocense, os casos serem comuns/universais a todas as línguas.

Por outro lado, um dos objectivos de Roboredo era formalizar uma gramática que tivesse os princípios gerais a todas as línguas, cuja meta-língua seria o Português, seguindo a linha aristotélica dos universais e, principalmente, a perspectiva linguística de Francisco Sánchez de las Brozas, especialmente no respeitante à elipse, antecipando-se algumas décadas aos monges de Port-Royal, com a *Grammaire Générale et Raisonnée*, cuja primeira edição data de 1660.

Pudemos, efectivamente, constatar na obra de Roboredo várias passagens que nos remetem para o conceito de *universais linguísticos*, quando afirmava, por exemplo, que “muitos delles [preceitos] são universaes” (*Idem* 1619: b 4 r.), uma vez que “oportet principia semper

manere” (*Ibidem*), mesmo naquelas línguas que o transmuntano (ainda) não conhecia. Em síntese, na *Grammatica Latina* Roboredo (re-)afirma que as “cousas universaes (...) são representadas nas regras” (*Idem* 1625: «Prologo» § 1 v.). O primeiro factor que «provoca» essa universalidade é o facto de uma gramática ser racional e, por isso, depender sempre da razão e das capacidades intelectivas humanas. O segundo é o facto de alguns conceitos serem comuns a “muitas [línguas], ou a todas” (Lieb 1978: 177-178). Entre esses universais, contam-se as partes da oração, que, para Roboredo, são apenas cinco – nome, verbo, advérbio, preposição e conjunção –, e os seis casos – nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo –, que, em algumas línguas, têm as mesmas terminações, isto é, “as ultimas syllabas dos casos em cada numero são semelhantes” (Roboredo 1619: 65-66), em particular nas vulgares e na língua hebraica. Todavia, considera a sua existência em todas elas, porque são “naturalmente necesarios para declarar os varios conceitos do animo” (*Ibidem*).

Também observámos, na obra de Amaro de Roboredo, conceitos que viriam a ser fundamentais na linguística contemporânea, em especial no estruturalismo gerativista transformacional de Chomsky, em particular aquilo que se viria a denominar *deep-structure*, *surface-structure* e *kernel sentences*. Com efeito, para o gramático seiscentista transmuntano, uma frase prototípica ou «oração perfeita» (proposição nuclear) é sempre constituída por um sujeito (nominativo), um verbo e um objecto (acusativo), mas nem sempre assim acontece na realidade, isto é, nas manifestações concretas de uma dada língua, já que “a Frase (...) he hũa das propriedades de cada lingua” (*Ibidem*: c 1 r.) e “hum particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunciação, & ajuntamento de palavras per collocação dellas” (*Ibidem*: 182) (estrutura de superfície). O que provoca essa idiossincrasia frásica, para além das peculiaridades de cada língua, é o papel que a elipse desempenha, “que he tam ordinaria nas linguas que não podemos fallar polidamente sem ella” (*Idem*: 1625: 98).

Efectivamente, muitas vezes, há uma elisão, por exemplo, do nominativo, quer por estar subentendido na forma verbal, se estiver nas primeiras e segundas pessoas, quer por estar na “significação, acção de algũs verbos” (*Idem* 1619: 184), como no caso daqueles que são con-

siderados impessoais pelos “grammatistas” (*Idem* 1619: 184). Noutras ocorrências linguísticas, muitas vezes concomitantemente com a elipse do nominativo, há um desaparecimento do acusativo, que pode estar subentendido no significado do verbo (acusativo interno) e, por razões estéticas (pleonasma), não se deve mencionar. No entanto, “quem desejar provas das figuras Ellipses desfeitas as achará em linacro, Francisco Sanchez, e na arte de Nebrissense reformada” (*Idem* 1625: «Prologo», § 4 v.) porque, como se disse, as suas obras se destinam aos “minino[s]” (*Ibidem*) e não à análise de todas as ocorrências linguísticas. De qualquer modo, no *Methodo Grammatical* há uma panóplia bastante extensa das elipses mais representativas.

A elipse, de facto, quer no Algosense quer no Brocense, desempenha um papel linguisticamente importante: deixa de ser uma figura de retórica ou estilística e passa a ser uma peça fulcral no procedimento gramatical e linguístico normal; desempenha uma função próxima da regra transformacional de apagamento dos gerativistas transformacionais e/ou da máxima conversacional da quantidade de Paul Grice.

Em síntese, parece legítimo concluir-se que, em muitos aspectos, Amaro de Roboredo foi um precursor da Gramática Geral de Port-Royal e, em consequência, do Gerativismo Transformacional de Chomsky e analisou muitos aspectos que vieram a ser determinantes na linguística contemporânea. A proposta, por Roboredo, de criação de princípios comuns a todas as línguas, a gramática universal, deve entender-se como um dos contributos mais acentuados da gramatologia portuguesa para a gramática que surge quarenta e um anos depois, a gramática de Port-Royal, e para a desenvolvida, na segunda metade do século XX, por Noam Chomsky.

Amaro de Roboredo deu o seu contributo regional para aquelas gramáticas que vieram a ser determinantes para a criação da ciência da linguagem: a Linguística.

Referências Bibliográficas

- AA.VV. (s.d.): *Encyclopaedia Britannica, A New Survey of Universal Knowledge*. Vol. 23. London-Chicago-Genève, Sydney-Toronto: William Benton, Publisher.
- ALMEIDA, Fortunato de (1986): *História da Igreja em Portugal*, II. Porto/Lisboa: Livraria Civilização Editora.
- ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal) (1931): *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança VII, Os Notáveis*. Porto.
- ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal) (1982): *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, II. 2.^a Ed. Bragança: Museu Abade de Baçal.
- ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal) e AMADO, Adrião Martins (1968): *Vimioso: Notas Monográficas*. Coimbra: Publicação da Junta Distrital de Bragança.
- ASSUNÇÃO, Carlos (1997): *Gramática e Gramatologia*. Braga: Edições APPACDM.
- ASSUNÇÃO, Carlos (1998): «Amaro de Roboredo: Gramático e Pedagogo Transmontano». In: *Estudos Transmontanos*. Vila Real.
- BAPTISTA, Maria Isabel Alves (1995): «O Ensino na Diocese de Miranda – desde 1545 até às reformas pombalinas». In: *Brigantia-Revista de Cultura*, XV, 1. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança, 95-123.
- BROZAS, Francisco Sánchez de las (1562): *Minerva seu de Latinae linguae causis et elegantia*. Lugduni.
- BROZAS, Francisco Sánchez de las (1587) *Minerva seu de causis linguae Latinae*. Salmanticae: Apud Ioannem, et Andream Renaut, Fratres.
- BROZAS, Francisco Sánchez de las (1981): *Minerva (1562) o de los fundamentos y elegancia de la lengua latina*. Introdução e tradução de Eduardo del Estal Fuentes. Salamanca: Edições da Universidade de Salamanca, Acta Salmanticensia, Col. «Filosofia y Letras», n.º 132.
- CARDOSO, Simão (1999): «A inter-relação gramatical no ensino das línguas portuguesa e latina». In: BARBOSA, J. Morais (Org.): *Gramática e Ensino das Línguas, Actas do I Colóquio sobre Gramática*. Coimbra: Almedina, Coimbra, 87-95.
- CASTRO, José de (1946): *Bragança e Miranda*, I. Porto: Tipografia Porto Médico.
- CASTRO, José de (1951): *Bragança e Miranda*, IV. Porto: Tipografia Porto Médico.

- ČERNÝ, Jiří (1998): *Historia de la Lingüística*. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura.
- CHOMSKY, Noam (1965): *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: The MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (1978²): *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Coimbra: Arménio Amado.
- CHOMSKY, Noam (1994): *O Conhecimento da Língua, sua Natureza, Origem e Uso* [tradução portuguesa de *Knowledge of Language, Its Nature, Origin and Use* (1986), por Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves]. Lisboa: Editorial Caminho, Coleção Universitária, Série «Linguística».
- CHOMSKY, Noam (2006³): *Language and Mind*. New York: Cambridge University Press.
- DIOS, Ángel Marcos de (1975): *Portugueses en la Universidad de Salamanca (1580-1640)*. Dissertação de Doutoramento. Salamanca: edição de autor.
- DIOS, Ángel Marcos de (1986): «Portugueses na Universidade de Salamanca (1580-1640)». In: *Brigantia - Revista de Cultura*, VI, 1,2,3. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança.
- DIOS, Ángel Marcos de (1989): «Índice de Portugueses en la Universidad de Salamanca». In: *Brigantia - Revista de Cultura*, VIII, 1/2. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança, 101-189.
- DIOS, Ángel Marcos de (1992): «Índice de Portugueses en la Universidad de Salamanca (1580-1640)». In *Brigantia - Revista de Cultura*, XII, 1. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança.
- DUBOIS, Jean, *et alii* (1993): *Dicionário de Lingüística*. S. Paulo: Editora Cultrix, 9.^a edição.
- FERNANDES, Gonçalo (2002^a): *Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Línguas*. Dissertação de Doutoramento. Vila Real: Edição do Autor, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- FERNANDES, Gonçalo (2002^b): A primeira gramática latina escrita em Português. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 6, Fasc. 1-2. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, 481-495.
- FERNANDES, Gonçalo (2004): *A Ianua Linguarum* dos Jesuítas Irlandeses (Salamanca, 1611) e a *Porta de Linguas* de Amaro de Roboredo (Lisboa, 1623). In: *Boletim de Estudos Clássicos*, vol. 42. ISSN: 0872-2110. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra, 165-181.
- FERNANDES, Gonçalo (2005): «Ideias Pedagógico-Didácticas de Amaro de Roboredo». In: *Gramática e Humanismo, Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*, Vol. I. Braga: ALETHEIA – Associação Cultural e Científica, Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, 331-346.
- FONSECA, Maria do Céu (2006): *Historiografia Linguística Portuguesa e Missionária: Preposições e Posposições no Século XVII*. Lisboa: Edições Colibri, Coleção «Estudos e Ensaaios», 1.

- FRANCO, António (1991): *Descrição Linguística das partículas modais no Português e no Alemão*. Coimbra: Coimbra Editora, Coleção Linguística «Coimbra Editora», n.º 5.
- GARCÍA, Miguel Peyró 2001: «Factores Ideológicos de la Hipótesis Uralo-Altaica». In: *Actas del II Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*. Madrid: Arco/Libros, 763-771.
- GONÇALVES, Maria Filomena Candeias (1998): *As Ideias ortográficas em Portugal: da Etimologia à Reforma (1734-1911)*. Dissertação de Doutoramento. Évora: Edição da Autora, Universidade de Évora.
- GONZÁLEZ, Eugenio Agustín de Asís (1932): «Un testimonio de inapreciable valor para la metodología del Latin». In: *Boletín de la Biblioteca Menéndez y Pelayo*, XIV, n.º 1. Santander: 46-68.
- GONZÁLEZ, Eugenio Agustín de Asís (1932): «Un testimonio de inapreciable valor para la metodología del Latin (continuación)». In: *Boletín de la Biblioteca Menéndez y Pelayo*, XIV, n.º 2. Santander: 135-149.
- GONZÁLEZ, Eugenio Agustín de Asís (1933): «Un testimonio de inapreciable valor para la metodología del Latin (conclusión)». In: *Boletín de la Biblioteca Menéndez y Pelayo*, XV, n.º 2. Santander: 179-188.
- KEMMLER, Rolf (1996): *Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa, O texto meta-ortográfico e a periodização da ortografia do século XVI até aos prelúdios da primeira reforma ortográfica de 1911*. Dissertação de Mestrado. Tübingen: Universidade de Tübingen.
- KOSSÁRIK, Marina A. (1991): *As primeiras gramáticas e tratados linguísticos portugueses: para a história da doutrina linguística*. Tese de Doutoramento, edição de autor. Moscovo: Universidade Estatal de Lomonóssov.
- KOSSÁRIK, Marina A. (1995): «On the Problem of Tradition and Innovation in the History of Linguistics Studies. Renaissance and Contemporary Linguistic Paradigms: two epochs' bondage». In: *Moscow State University Bulletin (Vestnik Moskovskogo Universiteta)*, Série 9, Filologia, n.º 5, Setembro-Outubro: 104-116.
- KOSSÁRIK, Marina A. (1997): «A Doutrina Linguística de Amaro de Roboredo». In: *Actas do XII Encontro da APL*, vol. II, *Linguística Histórica, História da Linguística*. Lisboa: APL: 429-443.
- KOSSÁRIK, Marina A. (2002): Edição Facsimilada do Método Gramatical para todas as Línguas de Amaro de Roboredo. Introdução e notas. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LIEB, Hans-Heinrich (1978): «Universals and Linguistic Explanation». In: *Universals of Human Language*, vol. 1. Stanford: Stanford University Press: 157-202.

- MANTUNA, Sean P. Ó. (1986): *William Bathe, S.J., 1564-1614, A pioneer in Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, Series III – *Studies in the History of the Language Sciences*, vol. 37.
- MOUNIN, George (s.d.): *História da Linguística das Origens ao Século XX*, tradução portuguesa de F. J. Hopffer Rêgo. Coimbra: Edições Despertar, Col. «Humanitas», n.º 3.
- MOUNIN, Georges, 1967: *Histoire de la Linguistique des Origines au XX^e Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- MOURA, José Vicente Gomes de (1823): *Noticia Succinta dos Monumentos da Lingua Latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ROBOREDO, Amaro de (1615): *Verdadeira Grammatica Latina, para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua Portuguesa com exemplos na Latina*. Lisboa: Pedro Craesbeek.
- ROBOREDO, Amaro de (1619): *Methodo Grammatical para Todas as Linguas. Consta de tres partes: 1. Grammatica exemplificada na portugueza, & latina. 2. Copia de Palavras exemplificada nas latinas, artificio experimentado para entender Latim em poucos meses. 3. Phrase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica, como mostra a 3. & 4. folha. Autor Amaro de Roboredo natural da villa de Algozo. Inclui: Recopilaçam da grãmatica portugueza, e latina, pela qual com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as linguas. Ao senhor D. Duarte da Castelbranco Coutinho, primogenito do S. D. Francisco de Castelbranco, cõnde do Sabugal, Meirinho Môr nestes Reinos, e Senhorios de Portugal*. Lisboa: Pedro Craesbeek.
- ROBOREDO, Amaro de (1621): *Raizes da Lingua Latina mostradas em hum trattato e dictionario, isto he, hum compendio do Calepino com a composição, e derivação das palavras, com a ortografia, quantidade e frase dellas. Per Amaro de Roboredo Portugues*. Lisboa: Pedro Craesbeek.
- ROBOREDO, Amaro de (1623): *Porta de linguas ou modo muito accommodado para as entender publicado primeiro com a tradução Espanhola. Agora accrescentada a portuguesa com numeros interliniaes, pelos quaes possa entender sem mestre estas linguas o que as não sabe, com as raizes da Latina mostradas em hum compendio do Calepino, ou por melhor do Tesouro, para os que a querem aprender, e ensinar brevemente; e para os estrangeiros que desejão a Portuguesa, e Espanhola. Autor Amaro de Roboredo Português*. Lisboa: Pedro Craesbeek.
- ROBOREDO, Amaro de (1625): *Grammatica Latina de Amaro de Roboredo. Mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras*. Lisboa: Antonio Alvarez.
- ROBOREDO, Amaro de (2002): *Método Gramatical para todas as Línguas*. Edição facsimilada de Marina Kóssarik. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- ROMEO, Rogelio Ponce de León (1996): «La pedagogía del latín en Portugal durante la primera mitad del siglo XVII: cuatro gramáticos lusitanos». In: Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos, Servicio de Publicaciones U.C.M., Madrid, n.º 10: 217-228.
- ROMEO, Rogelio Ponce de León (2001): «En Álvarez en Vernáculo: Las Exégesis de los De Institutione Grammatica Libri Tres en Portugal durante el Siglo XVII». In: Revista da Faculdade de Letras do Porto, Línguas e Literaturas. Porto: II Série, Vol. XVIII: 317-338.
- ROMEO, Rogelio Ponce de León (2002): «La Recepción de la Minerva seu de Causis Linguae Latinae (Salamanca 1587) de Francisco Sánchez de las Brozas en Portugal durante el siglo XVII». In: (separata da revista) Interlingüística, Alicante: Universidade de Alicante: 1-13.
- Romeo, Rogelio Ponce de León (2003): «La difusión de las artes gramaticales latino-portuguesas en España (siglos XVI-XVII)». In: Península. Revista de Estudos Ibéricos, Instituto de Estudos Ibéricos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 0: 119-145.
- ROMEO, Rogelio Ponce de León (2006): «De pasiones gramaticales: en torno a las Obieções contra esta Grammatica, & respostas a ellas de Amaro de Roboredo». In: Península. Revista de Estudos Ibéricos, Instituto de Estudos Ibéricos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3: 61-99.
- ROSA, Maria Carlota (1994): «Um exemplo de descrição pedagógica no século XVIII: O Specimen linguae brasiliae vulgaris e a tradição jesuítica de ensino de segunda língua». In: Terceira Margem, 2: 181-189.
- ROSA, Maria Carlota (1999): «As línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras». In: Estudos de História da Língua Portuguesa. Frankfurt am Main: TFM: 173-229.
- Sánchez SALOR, Eustaquio (1995): Introducción. In: Brozas, Francisco Sánchez de las, Minerva o de causis linguae latinae. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, e Institución Cultural «El Brocense».
- SAUSSURE, Ferdinand de (1986⁵): Curso de Linguística Geral. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SCRIBOT, Aleixo Nicolau (>1761): Discours adressé aux plus insignes grammairiens de Portugal dans lequel M. Scribot Professeur Royal de la Langue Latine leur propose la Methode d'Amaro de Roboredo enrichie de nouvelles remarques pour traduire élégamment le Portugais en Latin et le Latin en Portugais, sans expliquer les Auteurs mot à mot, comme on fait dans les classes, étant une des principales causes de la décadence des Études [BNL: ms. da Coleção Pombalina, Cód. n.º 683, fl. 40 r. - 48 v.].

- SCRIBOT, Aleixo Nicolau (1780): *Modo para adquirir memoria per arte* [ACL: Ms. 1044a., fl. 1-23].
- VARIZO, Aníbal (1993): «Os Seminários na Diocese de Bragança-Miranda (Apontamentos Históricos)». In: *Brigantia - Revista de Cultura*, XIII, 3/4. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança, 3-29.
- VERDELHO, Telmo (2000): «O Calepino em Portugal e a Obra Lexicográfica de Amaro de Roboredo». In: *Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. XXIII. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Língua e Literatura Portuguesa: 125-149.
- VITÓRIA, Bento da (1738): *Regras da Orthografia da Linguagem Portuguesa: Recopiladas por Amaro de Roboredo: Expostas em Forma de Dialogo. Novamente correctas: com a Taboada exactissima de Andre do Avellar, Lente de Mathematica na Universidade de Coimbra: Ampliada com algumas curiosidades pelo P. Bento da Victoria*. Lisboa: Bernardo Fernandes Gayo.

CARLOS ASSUNÇÃO
GONÇALO FERNANDES